UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS VOLTADAS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

Josione Batista Pinto Barbosa

MANAUS-AM
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSIONE BATISTA PINTO BARBOSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS VOLTADAS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Iolete Ribeiro da Silva.

MANAUS-AM
2009

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Barbosa, Josione Batista Pinto

C314d

Práticas Educativas Inclusivas voltadas para Adolescentes Autores de Ato Infracional. Manaus: UFAM, 2009.

99 f.; s/ il.

Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.
Orientador: Prof.ª Dr.ª Iolete Ribeiro da Silva.

1. Adolescentes em conflito com a lei 2. Processos Educativos 3. Inclusão educacional I. Silva, Iolete Ribeiro da II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 371.1:331.106.29 (811.3)(043.3)

JOSIONE BATISTA PINTO BARBOSA

PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS VOLTADAS PARA ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Prof.ª Dr.ª Iolete Ribeiro da Silva.

Aprovado em 27/09/2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Selma Suely Baçal de Oliveira – Presidente
Universidade Federal do Amazonas/FACED – UFAM

Prof.ª Dr.ª Ana Carla dos Santos Bruno – Membro
Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA

Prof. Dr. Thomé Eliziário Tavares Filho – Membro
Universidade Federal de Roraima – UFRR

DEDICATÓRIA

Dedico todo o esforço empenhado na construção desse trabalho, a todas as pessoas que fizeram, e outras que ainda fazem, parte da minha vida, e que através dessa convivência, curta ou duradoura, contribuíram, de alguma forma, para que eu chegasse até aqui.

Também àquelas que acreditaram que eu realmente era capaz, mesmo quando eu mesma não acreditava, entre esses estão o meu esposo e companheiro de todas as horas e para todos os assuntos, Sandro Romero e minha orientadora Dra. Iolete Ribeiro, por sua paciência, cordialidade, amizade, estímulo e imensurável intelecto, quem está incluída entre os meus Mestres da vida e de academia.
Aos meus filhos, Cauê Gion e Cainã Aminon, de quem retiro a força e os motivos para lançar-me nas buscas de minhas conquistas.

Aos inesquecíveis Mestres da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entre tantos, Francisco de Assis Marinho e Raimundo Nonato Araújo da Rocha, que se tornaram inesquecíveis por terem me conduzido ao início dessa estrada como orientadores, amigos e exemplos, tanto nas relações pessoais como na conduta profissional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo milagre de ter chegado até aqui.

Ao meu esposo, que está entre as pessoas que acreditaram que eu conseguiria, por sua "quase" infinita paciência comigo, por seu eterno incentivo, e, principalmente por diariamente me presentear com sua angelical companhia, sempre nutrida de muito carinho, dedicação e paciência de fazer inúmeras vezes a revisão ortográfica deste trabalho e de tantos outros. Meu sincero amor e agradecimentos.

À minha orientadora, este trabalho não teria conseguido chegar a sua conclusão sem a sua eficiente, paciente e efetiva participação, que a qualquer hora, com sobre-humana atenção e sabedoria, sempre esteve solicita a ler, criticar e sugerir os textos produzidos, como também a toda sua família, que durante esse trajeto, sempre me recebeu com carinho e incentivo em sua casa, local de descanso, mesmo nos finais de semana, e, não raro, a noite.

Aos meus grandes amigos e amigas, de perto e de longe, que me adicionam em suas redes de distribuição de uma amizade verdadeira, e que sempre tiveram palavras de incentivo

quando eu precisei, entre eles: Régia de Almeida, Valdnor e Aninha, Sarnei e Rosana, Fabiane e Júnior. Obrigado por vocês deixarem a minha vida mais bonita.

Às minhas irmãs (os), cunhados (as), sobrinhos (as), *que abrilhantam o meu viver, dão mais cores aos meus dias e me presenteiam com o doce saber de me sentir querida por uma família.*

À Keleni Katiúcia, *grande companheira nesses quase cinco anos em Manaus, sem a sua contribuição principalmente nesses momentos finais, tudo teria sido muito mais difícil.*

À FAPEAM, *pelo apoio financeiro na realização dessa pesquisa.*

Agradeço!

A violência da miséria não é uma vocação, e sim a violência moderna, gerada pelo choque de culturas. Alimenta-se de seu brilho e exaspera-se com seu eco (GLISSANT, 1990, p. 213).

"Nietzsche radicaliza a autodeterminação individual, não mais conduzida pela idéia de aperfeiçoamento. Cada sujeito luta pela sua afirmação, tornando o conflito inevitável" (HERMANN, 2000, p. 149).

"Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes; e o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado" (BETINHO).

Terceira Carta do Assassinato de Galdino Jesus dos Santos – Índio Pataxó

Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranqüilo, numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto da morte, o índio não era um "tu" ou um "ele". Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva.

É possível que na infância, esses malvados adolescentes tenham brincado, felizes e risonhos, de estrangular pintinhos, de atear fogo no rabo de gatos pachorrentos só para vê-los aos pulos e ouvir seus miados desesperados, e se tenham também divertido esmigalhando botões de rosa nos jardins públicos com a mesma desenvoltura com que rasgavam, com afiados canivetes, os tampos das mesas de sua escola. E isso tudo com a possível complacência quando não com o estímulo irresponsável de seus pais.

Que coisa estranha, brincar de matar índio, de matar gente. Fico a pensar aqui, mergulhado no abismo de uma profunda perplexidade, espantado diante da perversidade intolerável desses moços desgentificando-se, no ambiente em que decresceram em lugar de crescer.

Penso em suas casas, em sua classe social, em sua vizinhança, em sua escola. Penso, entre outras coisas mais, no testemunho que lhes deram de pensar e de como pensar. A posição do pobre, do mendigo, do negro, da mulher, do camponês, do operário, do índio neste pensar. Penso na mentalidade materialista da posse das coisas, no descaso pela decência, na fixação do prazer, no desrespeito pelas coisas do espírito, consideradas de menor ou de nenhuma valia. Adivinho o reforço deste pensar em muitos momentos da experiência escolar em que o índio continua minimizado.

Registro o todopoderosismo de suas liberdades, isentas de qualquer limite, liberdades virando licenciosidade, zombando de tudo e de todos. Imagino a importância do viver fácil na escala de seus valores em que a ética maior, a que rege as relações no cotidiano das pessoas, terá inexistido quase por completo. Em seu lugar a ética do mercado, do lucro. As pessoas valendo pelo que ganham em dinheiro por mês. O acatamento ao outro, o respeito ao mais fraco, a reverência à vida não só humana, mas vegetal e animal, o cuidado com as coisas, o gosto da boniteza, a valoração dos sentimentos, tudo isso reduzido a nenhuma ou quase nenhuma importância.

Não é possível refazer esse país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(PAULO FREIRE, 21 de abril de 1997).

DIÁRIO DO AMAZONAS — Sexta-feira, 26 de janeiro de 2007

(D)ELTON Albuquerque não dispõe de números, mas toma como base os registros na delegacia

(P)romotor diz que marginalidade juvenil (a)umenta 10%, a cada mês, em Manaus

Escola, hoje, é excludente

Mudar os códigos sociais que acabam sempre excluindo os jovens, seja na família, no bairro ou na escola, é a sugestão do filósofo Marcos José para o trabalho com os jovens envolvidos em atos infracionais. Ele, que trabalha na Associação Filosófica Itinerante (Afin) e desenvolve projetos com teatro com jovens, propondo novas linguagens não só para conversar, mas também para ouvir a população, critica a metodologia de projetos como o Galera Nota 10, cujas regras, em vez de atrair, excluem. "O garoto quando entra é estimulado a denunciar o colega que continua cheirando e isso acaba afastando-o do programa", afirma. Marcos vê necessidade de Estado e Município abrirem as escolas para a comunidade. Bastaria, segundo ele, fazer isso durante a semana para mudar a concepção de escola que temos hoje, que é excludente.

"O rico explendor de uma sociedade se origina da ciência, da literatura, das belas-artes e da educação" - "criem os homens, criem os homens".
(Victor Hugo)

(IN)FÂNCIA E JUVENTUDE

Arrastão recolhe menores de idade

(O)peração de polícias e conselhos tutelares nas zonas Norte e Leste pega crianças e adolescentes em bares, motéis e *lan houses*

R$ 2,50 • MANAUS • DOMINGO • 19 DE MARÇO • 2006 • Ano LVI • Nº 19.704 • HOJE: 82 páginas, 9 cadernos • CLASSIFICADOS: 18 páginas 2.049 anúncios — www.acritica.com.br

acrítica — >> DE MÃOS DADAS COM O POVO

classificados Neste domingo 294 ofertas de emprego

DELINQÜÊNCIA JUVENIL PÁGINAS C1, C3, C4, C6 E C7

Meninos de gangue

Violência Manaus tem 20 grupos organizados de galeras que atuam, principalmente, nas zonas Norte e Leste, de acordo com a Polícia Civil. Maioria tem até 18 anos de idade.

"Sem a instrução, torna-se impossível desenvolver plenamente a personalidade humana, que constitui a mais sólida base da sociedade e objetivo da vida humana. A educação é a condição primordial para o desenvolvimento".
(Austregésilo de Athayde)

Dia a dia — AMAZONAS EM TEMPO - Manaus, domingo, 3 de maio de 2009 — diadia@emtempo.com.br

>> Samu — Trotes chegam a mais de 50% das chamadas — Dia a dia C5

Juventude transviada

Policiais que foram à escola Mauriety Coelho, no Ouro Verde, apreenderam adolescentes com armas na hora da saída

Ronda escolar encontra terçados

CAIO MOTA
contato@jornaldezminutos.com

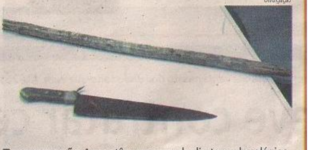
Três adolescentes, um de 15 e os outros de 16 anos de idade, foram presos com terçados, ontem à tarde, durante a saída da escola estadual Antônio Maurity Coelho, no bairro Ouro Verde, zona leste de Manaus.

As prisões aconteceram três dias depois que a Polícia Militar intensificou as rondas escolares naquela área. Os próprios diretores dos colégios em Manaus denunciaram à polícia o aumento da violência, que acontece principalmente na hora da saída.

Segundo o capitão Anézio Brito, comandante da 11ª Companhia Interativa Comunitária (11ª Cicom), que atua na área onde as prisões aconteceram, os adolescentes presos não estudavam naquela escola. Mas estavam lá no final da tarde porque tinham uma rixa com alunos do colégio Antônio Maurity.

De acordo com o capitão, os adolescentes foram encaminhados para a Delegacia Especializada em Apurações de Atos Infracionais (Deaai). O escrivão da delegacia, Vinícius Freires, disse que eles serão liberados se os pais ou responsáveis forem até a delegacia para pegá-los.

Caso sejam liberados, o escrivão explicou que eles têm a obrigação de retornar, na segunda-feira, para serem ouvidos por um promotor de Justiça.



Divulgação

Preocupação Armas têm preocupado diretores de colégios

Rondas Escolares

Dados do Conselho Municipal de Defesa à Criança e ao Adolescente (CMDCA) mostram que a violência entre alunos das escolas públicas aumentou cerca de 20% neste ano, em comparação com o primeiro trimestre do ano passado.

De acordo com o capitão Hermes Macedo, da assessoria de comunicação da PM, esse aumento intensificou as rondas escolares em toda a cidade.

BRASIL — a crítica — MANAUS, DOMINGO, 26 DE ABRIL DE 2009 — A1(1)

CÓDIGO PENAL

CNBB é contra maioridade

Posição da Igreja Católica saiu na 47ª Conferência Nacional realizada na semana passada no interior de São Paulo

CIDADES — ANIVERSÁRIO DO ECA — a crítica — MANAUS, DOMINGO, 13 DE JULHO DE 2008

18 ANOS DEPOIS

ECA chega à maioridade em defesa dos 'pequenos'

Lei deu aos cidadãos direito de exigir a execução de políticas sociais para a criança e o adolescente

CIDADES — SOLIDARIEDADE — a crítica — MANAUS, DOMINGO, 23 DE JULHO DE 2006

DEDICAÇÃO

Voluntários da periferia

Projetos sociais comunitários fazem a diferença em áreas da cidade pouco lembradas por ações do Estado. Voluntários representam "uma mão amig(a)

RESUMO

Nos últimos anos tem sido praticamente uma constante, nos noticiários nacionais e locais, por todo o Brasil, manchetes noticiando o envolvimento de adolescentes em atos infracionais. Esses acontecimentos acabaram por impulsionar a população a cobrar alguma atitude das autoridades competentes. Essas autoridades, por sua vez, como em forma de resposta rápida a essa população, e seguindo o modelo aplicado por países ditos do primeiro mundo, lançaram a proposta de mudança na legislação brasileira, reduzindo a idade penal de 18 para 16 anos de Idade. Essa proposta se transformou em uma grande polêmica nacional, envolvendo representantes dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Diante desse quadro, esta pesquisa teve, como corte analítico, a investigação de qual o papel desempenhando por escolas públicas da rede municipal de ensino fundamental (6^{o} ao 9^{o} ano) da cidade de Manaus, diante da presença dentro do seu universo, de adolescentes em conflito com a lei, principalmente adolescentes que fazem parte de galeras, ou, gangues de rua. Dessa forma, partindo do princípio de que para a construção do conhecimento de uma determinada realidade, se faz necessário a compreensão das inter-relações que emergem em torno do contexto observado, essa pesquisa adotou uma perspectiva qualitativa, e como instrumento de investigação para uma melhor compreensão da vinculação da educação com a realidade social, delimitou-se o universo das observações ao cotidiano de duas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Manaus, como também consultas à relatórios das referidas escolas. O contexto analisado permite concluir que os resultados apontam para o fato de que a educação, no que se refere as escolas de ensino público municipal da cidade de Manaus, de uma forma geral, necessita fortalecer o clima de convívio escolar no que se refere a inclusão, nessa comunidade, de adolescentes em conflito com a lei. Apesar de vários estudos científicos apontarem para a necessidade da implantação de prevenções primárias, principalmente dentro das escolas, para se trabalhar a redução do número de adolescentes infratores, pouco, ou quase nada vem sendo realizado, tanto nas escolas quanto por demais instituições públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente em conflito com a lei. Processos educativos. Inclusão educacional.

ABSTRACTC

Felonies involving adolescents have been happening a lot in the last years. These incidents require that harsh attitudes should be taken on the part of the competent authorities. Then, the authorities decided to quickly respond to it by launching a new proposal that changes the current Brazilian legislation like reducing the come of age of the perpetrators from eighteen years old to sixteen years old, following the same model of the developed countries. This proposal turned the issue into a big controversy debated nationwide.This survey refers to an investigation in what the role of the state schools and high schools of the city of Manaus might be in face of the students with problems with the law, and most importantly, in face of students that belongs to street gangs.It is necessary to understand the interrelations that emerged from the observed context to fully comprehend the reality in which the students live in. This research adopted a qualitative perspective and investigated two county high schools to better understand the relationship between the education and the social reality of the observed students. And it also looked for information in their reports.The analysed context allowed us to conclude that the results pointed to the fact that it is necessary to enhance the scholar environment when it comes to including the adolescents with problems with the law in their society. Despite the fact the several researches pointed out to the necessity of implementing primary preventative measures, especially inside the schools in a way to reduce the adolescents perpetrators, nothing or almost nothing has been done to improve this scenario, either on the part of the schools or the public institutions.

KEY-WORDS: Adolescent in conflict with the law. Porcess educator. Educational inclusion.

RÉSUMÉ

Pendant ces dernières années ça a été une constante et un fait comun de savoir par des reportages autant à niveau national que regional, la participation d'adolescents dans des actes d'infraction. Ces événements ont fini par précipiter la population à exiger une attitude des autorités compétentes pour résoudre ce problème. Celles-ci comme réponse rapide à cette question, et suivant un modèle appliqué par des pays dits plus évolués, ont proposé un changement de la législation brésilienne en altérant l'âge de la majorité pénale à partir de 16 ans au lieu de 18 ans. Cette proposition s'est transformée dans une grande polémique nationale en mobilisant les plus divers secteurs de la société brésilienne. Devant cette situation, la recherche a eut pour objectif l'investigation du rôle accompli par les écoles publiques municipales qui administrent les cours primaires (6 à 9 ans) de la ville de Manaus, en voyant de plus en plus des adolescents en conflit avec la loi et qui prennent part dans des gangs de rue. De cette manière en partant du principe que pour le développement des connaissances d'une certaine réalité, il se fait nécessaire la compréhension des inter-relations qui surgissent aux alentours du contexte en question. La recherche a adopté une perspective qualitative comme moyen d'investigation pour obtenir une meilleure compréhension de la relation qui existe entre l'éducation et les conditions sociales, ensuite s'est limitée à l'ensemble des observations du quotidien de deux écoles municipales d'enseignement primaire de Manaus, ainsi que des consultations à des dossiers de ces deux écoles. L'analyse de cette situation a permi de determiner que les résultats se dirigent vers le fait que l'éducation, en ce qui se rapporte aux écoles de l'enseignement public et municipal de Manaus, à besoin de renforcer l'ambience et le climat du convive scolaire, qui se situent comme point de référence pour l'inclusion de ces adolescents en conflit avec la loi dans la communauté. Même après avoir realizé plusieurs études d'ordre scientifique, il s'est avéré une necessite de l'implantation de systèmes de prévention primaire, principalement dans l'écoles, dans l'objectif d'obternir une significative réduction de la proportion d'adolescents infracteurs, malheureusement trés peu est fait jusqu'à présent dans les écoles comme dans les services publics.

MOTS CLEFS: Adolescence en conflit avec la loi. Procès éducatif. Inclusion éducative.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

CAPÍTULO 1
1 – **ADOLESCÊNCIA: O DESAFIO DA FUSÃO DE VÁRIOS PROCESSOS**..... 22

CAPÍTULO 2
2 – **VULNERABILIDADE, VIOLÊNCIA E ADOLESCÊNCIA – PROTAGONISTAS OU VÍTIMAS**..... 33

CAPÍTULO 3
3 – **A ESCOLA, A EDUCAÇÃO E A HUMANIZAÇÃO: O PROCESSO CONSTITUTIVO DA PRÁTICA EDUCATIVA PARA A FORMAÇÃO HUMANA**..... 45
3.1 – **Um breve histórico sobre a educação no Brasil e em Manaus**..... 45

CAPÍTULO 4
4 – **PERCUSO METODOLÓGICO**..... 54
4.1 – **Tipo de pesquisa**..... 55
4.2 – **Local da pesquisa**..... 56
4.2.1 – Um breve histórico da cidade de Manaus..... 57
4.2.2 – A SEMED..... 59
4.3 – **Procedimentos na Coleta de Dados**..... 61
4.3.1 – Análise documental..... 62
4.3.2 – Observação da rotina de funcionamento das escolas..... 62
4.4 – **Procedimentos para análise dos dados**..... 64
4.4.1 – Análise dos documentos..... 64
4.4.2 – Registro dos dados da observação..... 65

CAPÍTULO 5
3 – **RESULTADOS E DISCUSSÃO**..... 67
3.1 – **Percebendo a relação escola e adolescentes**..... 70
3.2 – **Leis e representações sociais para adolescentes na cidade de Manaus**..... 83

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 88

REFERÊNCIAS..... 92

ANEXOS..... 99

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, no cenário nacional, presencia-se um intenso e extenso debate que envolve representantes de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente, parlamentares e a população como um todo. Esse debate se constitui a partir de índices que mostram um aumento gradativo no número de jovens e adolescentes envolvidos com vários tipos de violência. A intensificação desses debates têm sido impulsionada, principalmente, pelo ganho crescente do número de pautas nos noticiários nacionais, o que tem ocorrido como conseqüência da busca de um sensacionalismo que circunda o tema em questão. Essas divulgações, além dos debates em si, vêm provocando uma pressão que resultou em determinada cobrança de atitudes dos governantes brasileiros, os quais por sua vez apresentaram como solução "emergencial" e "amenizadora", uma alteração da legislação penal, reduzindo a maioridade penal de 18 para 16 anos de idade.

É perceptível o fato de que o debate sobre a redução da maioridade penal é um recorte dos demais problemas sociais brasileiros, diante dos quais sempre se apresentam soluções que reduzem e simplificam a questão. Dessa forma, atualmente no Brasil, a reclusão a partir de 16 anos de idade, nos casos de crimes inafiançáveis (considerados hediondos) e o tráfego de drogas, já foi votado e aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e encaminhado ao Plenário, onde até o presente momento, está aguardando prosseguimento.

Contrapondo essa visão primeira e imediatista dos governantes e representantes do país, realiza-se, nesta pesquisa, uma reflexão que apresenta por um lado o fato real que é o aumento crescente de crianças, adolescentes e jovens envolvidos com diversas formas de violência, seja como vítima ou como protagonista; e por outro, uma realidade conhecida por todos os brasileiros e brasileiras, principalmente os pertencentes às camadas sociais menos favorecidas, a qual abrange entre outros aspectos, as agruras de se estudar em espaços

inadequados, com professores e funcionários mal remunerados, insatisfeitos e conseqüentemente desinteressados.

É relevante ressaltar que a atual problemática da violência infanto-juvenil não é uma peculiaridade da realidade brasileira. Trata-se de um fenômeno mundial presente principalmente nas grandes cidades de países ocidentais, o que conseqüentemente tem despertado a atenção de estudiosos de várias partes do mundo.

Em relação a essa realidade no Brasil, estudiosos, principalmente ligados às Ciências Humanas, como sociólogos, psicólogos e educadores, entre outros segmentos, têm se dedicado à observação desse fenômeno. Com isso se vê como resultado, um crescimento, mesmo que ainda tímido, na produção literária científica sobre o tema em destaque.

Um primeiro olhar nessa literatura já desperta a percepção que o crescimento da violência e da marginalização, entre o público infanto-juvenil no Brasil, está relacionado principalmente com os componentes sócio-educativos-culturais, como é colocado por Menin (2005). No entanto, torna-se importante ressaltar que o aumento nos índices de jovens e adolescentes envolvidos com práticas de atos violentos se faz presente em todas as camadas sociais, como também vem demonstrando o envolvimento de indivíduos pertencentes a uma faixa etária cada vez menor.

A partir da percepção dos aspectos acima citados, se propõe aqui uma pesquisa sobre o papel que a educação escolar, especificamente, instituições educacionais públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Manaus (6° ao 9°ano), vem desempenhando diante da presença de adolescentes envolvidos em ações de violência e que se encontram inseridos nessas escolas. Nesse caso, serão observadas duas escolas de ensino fundamental desse Município, capital do Estado do Amazonas, as quais serão tomadas como mostra da realidade que se pretende observar.

O despertar do interesse em desenvolver uma análise aprofundada sobre qual o posicionamento que a educação, nesse município, vem desempenhando diante da presença, em número crescente, de adolescentes envolvidos com violência e atos infracionais, surgiu a partir do contato, através da função de professora em uma das escolas da Secretaria Municipal de Educação dessa respectiva cidade, e o encontro e convívio, dentro dessa escola, com adolescentes infratores.

Outro aspecto que também motivou o despertar do interesse em realizar esse estudo aprofundado sobre a relação da escola com esses adolescentes, foi o fato de que esses alunos envolvidos com várias formas de violência, na maioria das vezes como protagonistas dessa violência, não raro, costumam usar a escola como palco para expressão desses conflitos,

diante disso, surgiu a inquietação de buscar compreender, qual o posicionamento que essas escolas vêm tomando diante dessa realidade?

Entre as demais peculiaridades percebidas nas escolas de ensino fundamental do Município de Manaus, se destaca o fato de que, nesse Município, a maioria dos adolescentes envolvidos com a violência dentro do universo escolar, são aqueles que se reúnem em grupos urbanos (gangues de rua), os quais recebem localmente a denominação de "galeras". Essas "galeras" aglutinam normalmente adolescentes e jovens pertencentes a um mesmo bairro ou até a uma mesma rua, e a territorialidade parece ser o elo principal e característico entre os seus membros, como também o aspecto impulsionador da rivalidade entre diferentes "galeras".

Presenciar, no cotidiano das escolas, a manifestação dessa rede de relações construída por propostas organizacionais distintas, ou seja, por um lado a representatividade da ordem legal, que é a escola, e por outro, a ordem estabelecida por esses grupos urbanos, que apresentam a violência como um de seus modos constitutivos de vida, o que envolve as suas estratégias de agir, de se organizar, de se relacionar entre os seus e entre os seus opositores, desencadeou a motivação de tentar compreender a posição que essas escolas vêm assumindo diante dessa relação.

A identificação desses aspectos veio contribuir para o despertar do interesse nessa pesquisa, já que, no caso de adolescentes vinculados de alguma forma com grupos urbanos, ou, galeras, a escola, nesses casos, centraliza indivíduos pertencentes a grupos diferentes, ou seja, "galeras rivais". Diante desse aspecto, as escolas assumem a forma de "campos de batalhas", ou seja, tornam-se locais de manifestação de atos violentos, não raro fazendo-se necessário a presença permanente de policiais para manter a ordem nesse espaço, prioritariamente destinado à educação.

A dimensão desses acontecimentos tem alcançado proporções que chegam a ocupar espaços nos meios de comunicação popular da cidade de Manaus, como nas demais partes do Brasil. Assim, se assiste quase que cotidianamente, manchetes que apresentam adolescentes como protagonistas de ações, entre outras, como o tráfego de drogas, assaltos, roubos, ameaças, lesões corporais, e, no caso de Manaus, ainda há o conflito entre "galeras", que não raro, termina em espancamentos, mutilações e até mortes. Por outro lado, são raros os casos apresentados por esses meios, que mostram, por exemplo, os índices de adolescentes que são vítimas de situações como o conflito familiar; espancamento por parte dos pais, padrastos, madrastas e outros familiares; fuga do lar; vítimas de crimes sexuais como a exposição e a exploração, aliciamento à prostituição e ao uso de drogas. Como também é quase inexistente a

exibição, ou mesmo debates, na mídia de questionamentos sobre os fatores que impulsionam esses adolescentes ao envolvimento com gangues de rua, em ações de violência ou a prática de atos infracionais.

Mesmo considerando o sensacionalismo com que, de forma geral, a mídia costuma tratar aspectos sociais como a violência, a aproximação com o universo escolar, mais especificamente com as salas de aula das escolas públicas do ensino fundamental do Município de Manaus, e assim resultando na aproximação com alguns adolescentes envolvidos com a problemática da violência, diante disso, tornou-se perceptível que o assunto em questão é merecedor de um olhar com preocupação, de uma reflexão aprofundada, por parte de toda a sociedade, principalmente por parte das famílias, pais, escola e poder público.

No artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988, consta que: "É dever da família e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito a vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, á dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Apesar da conquista de se introduzir o artigo 227 na Constituição Federal Brasileira de 1988, que se baseia na Doutrina da Proteção Integral, fundamento da Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e de outra conquista que foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei-8069/90 – ECA), que, pela primeira vez na história desse país, colocou a questão da criança e do adolescente como prioridade absoluta e de responsabilidade da Nação como um todo, passados 21 anos, ainda não se vê colocado em prática, em sua integra, em nenhuma parte do país, o que reza o artigo 227 da Constituição Federal, nem tampouco o que estabelece outras convenções como a Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Diante disso, no tocante à polêmica referente às questões que envolvem adolescentes em conflito com a lei, no Brasil, em todos os âmbitos da questão, o que realmente se assiste é um verdadeiro "jogo de empurra" entre todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com essa problemática. Como por exemplo, o Estado, a família, as instituições de ensino e os setores jurídicos, entre outros, ainda não conseguiram estabelecer pensamentos e estratégias homogêneas sobre esse assunto.

Nem mesmo cientistas, autoridades, especialistas, família e a sociedade civil, conseguiram estabelecer algum consenso em relação a essa realidade. Diante desse quadro, o que realmente se assiste são acusações mútuas, as quais acabam por dificultar ainda mais a possibilidade de se encontrar soluções eficazes, o que muito provavelmente aconteceria com mais fluidez a partir da união dessas instituições. Essas divisões de opiniões se fazem

presentes em todos os méritos da questão, se estendem desde as possíveis causas e origens da problemática até os métodos de prevenção e correção. A situação se torna ainda mais agravante quando a questão é o menor de baixa renda, seja ele infrator ou vítima da violência.

Ao contextualizar essa observação com a perspectiva sócio-histórica, diante da realidade atual brasileira, e defrontando o contexto escolar público com a problemática da violência – que, como citado anteriormente, vem apresentando um aumento em seus índices e envolvendo cada vez mais jovens e adolescentes, e como conseqüência os remetendo ao conflito com a lei – não se pode deixar de explicitar outros aspectos que se somam ao *déficit* educacional na construção dessa realidade. Entre eles destacam-se os direitos necessários para se garantir uma cidadania justa e igualitária, que ao contrário disso, no Brasil, se apresenta parcial, mutilada e principalmente excludente.

Diante desse debate, apresentam-se aqui alguns dos aspectos que normalmente ganham destaque entre aqueles que buscam encontrar explicações para o aumento significativo da relação estreita entre adolescentes com a violência. Um desses fatores é a falta de determinados valores inter e intrapessoais. Essa deficiência, para os defensores dessa linha teórica, surge principalmente como resultado da ausência da família no cotidiano desses jovens, principalmente dos pais, e a peculiaridade desse aspecto se constitui por ele atingir todas as camadas sociais, ou seja, envolve inclusive jovens que não possuem carências ou necessidades mais urgentes como as geradas pelo fator econômico.

Assim, os defensores desses preceitos se baseiam em argumentos como o que se segue:

> Desde o seu nascimento, a família é o principal núcleo de socialização da criança. Dada a sua situação de vulnerabilidade e imaturidade, seus primeiros anos de vida são marcados pela dependência do ambiente e daqueles que dela cuidam. A relação com seus pais, ou substitutos, é fundamental para sua constituição como sujeito, desenvolvimento afetivo e aquisições próprias a esta faixa etária. A relação afetiva estabelecida com a criança e os cuidados que ela recebe na família e na rede de serviços, sobretudo nos primeiros anos de vida, tem conseqüências importantes sobre sua condição de saúde e desenvolvimento físico e psicológico. (BRASIL, 2008: p. 21).

Compreende-se então, que para esse grupo, a ausência dos pais, motivada na maioria das vezes pela necessidade do trabalho fora de casa na busca de garantir uma melhor qualidade de vida aos membros da família, provoca, entre outros fatores, a desestruturação da célula familiar. Dessa forma, essa ausência se inclui no conjunto de fenômenos apontados

como influenciadores para a formação desses novos conceitos por parte dos jovens e adolescentes.

Entretanto, para complementar esse quadro, especialistas em desenvolvimento humano como Mussen (1977 citado por BRASIL, 2008, p. 21), são unânimes em destacar a fundamental importância, principalmente nos primeiros anos de vida, tanto da família quanto do acesso aos serviços como educação, saúde e demais direitos sociais. De acordo com esses especialistas "... é a família quem mediará a relação da criança com o mundo e poderá auxiliá-la a respeitar e introjetar regras, limites e proibições necessárias à vida em sociedade..." (BRASIL, 2008, p. 21).

No entanto, para que realmente uma família, ou indivíduo, possa desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções, tanto afetivas quanto socializadoras, torna-se fundamental o acesso aos direitos universais. Seja como indivíduo ou como estrutura familiar, é fundamental para o ser humano poder desfrutar de direitos básicos como habitação, saúde, educação, alimentação adequada, como poder contar, como a exemplo do Canadá, de orientação e assistência para o acompanhamento do desenvolvimento dos filhos.

Através do suprimento desses requisitos, aí sim se pode estar munido para superar possíveis vulnerabilidades no comportamento de seus filhos, já que aqui se compreende que a responsabilidade para o desenvolvimento adequado de uma criança ultrapassa a fronteira familiar e estende-se também ao Estado, à sociedade e às inúmeras instituições que deveriam perceber a criança e o adolescente como sujeitos de processos educativos, como exemplo a escola, a mídia e o próprio mercado de trabalho.

Ao se abordar a questão do "contexto familiar", torna-se fundamental ressaltar que, na atualidade, o núcleo familiar vem adquirindo formas de constituição bem diferentes dos moldes de séculos anteriores, como por exemplo, o modelo de família nuclear tradicional herdado do padrão patriarcal colonial. Assim, ao se tratar de "modelo familiar" nesse trabalho, pensa-se na família nos moldes atuais, ou seja, na atualidade se pode encontrar as funções familiares sendo desenvolvidas nos mais diversos contextos socioculturais. Percebem-se famílias nucleares coexistindo com famílias monoparentais (chefiadas apenas por uma mulher ou por um homem), casais homossexuais e relações de segundo ou terceiro matrimônio. No entanto, independente do modelo sociocultural no qual a família esteja inserida, o que aqui se enfatiza é a importância da estrutura familiar e a valorização de suas funções de cuidado e socialização entre seus membros.

Quanto à ausência do referencial afetivo proporcionado pelo núcleo familiar durante a formação do indivíduo, na opinião de Leocádio (2007), esse fator, característico da sociedade

moderna, e que atinge crianças e adolescentes pertencentes a todas as camadas sociais, desencadeia processos como as carências afetivas, as quais surgem através da ausência intensiva, primordialmente, das figuras paterna e materna. Esse vácuo afetivo, construído a partir dessa ausência, acaba por contribuir com a impulsão desses adolescentes na busca por se sentirem pertencentes a algum grupo. Nesses casos, portais de relacionamentos da Internet, como o Orkut e Gazzag, entre outros, são apontados como locais onde encontram outros "semelhantes", ou seja, outros adolescentes em conflito emocional. A partir de então se estabelecem certos modelos de irmandades, que podem tender a se consolidar em torno de algum tipo de violência, como por exemplo, o etnocentrismo, racismo, anti-semitismo, formação de gangues de rua, etc.

Além das relações familiares (a ausência, a presença inadequada ou a desestruturação do núcleo familiar), outro aspecto presente na sociedade atual e que também ganha destaque ao ser apontado como colaborador, ou influenciador, para a formação de um caráter com certo declínio para a violência, principalmente entre crianças e adolescentes, é a indústria do entretenimento, a qual dia-a-dia vem investindo intensamente em tecnologia na busca do aprimoramento, por exemplo, em jogos, filmes, videogames e programas de televisão.

A indústria do entretenimento, que também alcança todas as camadas sociais, na opinião de uma parcela significativa de estudiosos, vem também exercendo bastante influência nesses novos modelos de comportamento. Apesar de encontrar defensores, como o norte-americano Gerard Jones (2004), esses produtos, que teriam a finalidade de oferecer divertimento, é questionado por seus opositores por estar desenvolvendo temas cada vez mais voltados para violência, além do que, através dos seus efeitos especiais, almejam alcançar uma perfeição cada vez mais realística.

O *déficit* educacional, principalmente no que envolve "**adolescentes em conflito com a lei**", também tem sido apontado por inúmeras literaturas especializadas (CFP; OAB, 2006), como um dos fatores que põe o adolescente em situação de risco para o início de uma carreira infracional. Como profissional da educação, a percepção dessa realidade influenciou na escolha do universo escolar como palco para essa análise, especificamente a rede pública municipal de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), pois atende a faixa etária que aqui interessa.

Nesse sentido, a relevância dessa pesquisa se apóia na importância da produção de conhecimentos que contribuam para: 1) sensibilizar, principalmente, aqueles que se encontram envolvidos com a educação, mais especificamente com o ensino fundamental da cidade de Manaus, para um despertar em relação à questão dos adolescentes presentes nesses espaços escolares e que já se encontram em situação de risco, seja como vítima ou como

infrator; 2) que materiais como este aqui presente contribuam como subsídio auxiliar, tanto na construção como execução de mecanismos de intervenção no combate à propagação, como também na redução, do número de jovens envolvidos em gangues; 3) para a construção e o desenvolvimento de ações voltadas para a redução do abandono escolar praticado por esses jovens; 4) incentivar autoridades, instituições, poderes públicos e a sociedade civil como um todo, a pensarem em mecanismos adequados, visando um resgate da equalização social e superação do fenômeno da marginalidade entre adolescentes que ainda se encontram em idade escolar; 5) sensibilizar instituições, principalmente as públicas, responsáveis pela educação no Brasil, para um novo olhar diante de questões como as abordadas nesse trabalho.

Diante desse quadro, a obtenção da informação de índices como os anteriormente mencionados, ratifica a relevância do tema aqui tratado, como também acrescenta aos objetivos, a intenção de chamar a atenção, da sociedade como um todo, para a realidade vivenciada por adolescentes autores de ato infracional, no caso especifico, adolescentes residentes no Município de Manaus e inseridos nas escolas públicas municipais de ensino fundamental.

Fundamentando-se no contexto aqui exposto, esta pesquisa apresenta como **objetivo geral** identificar e analisar como escolas de ensino fundamental da rede municipal da cidade de Manaus vem reagindo diante da presença dentro do seu universo, de adolescentes envolvidos em ações de violência e atos infracionais. E como **objetivos Específicos**:

1. Identificar e analisar possíveis propostas pedagógicas inclusivas que estejam sendo desenvolvidas por essas escolas de ensino fundamental do Município de Manaus, e que sejam direcionadas a adolescentes autores de atos infracionais;
2. Buscar compreender os processos metodológicos aplicados nessas ações, seus significados e implicação nos processos de desenvolvimento e aprendizagem desses adolescentes.
3. Investigar, a partir dos relatórios desses projetos, o papel interventivo que essas ações vêm alcançando no cotidiano existencial desses adolescentes que se encontram inseridos em uma vivência de violência, dentro e fora do [illegible] escolar.

CAPÍTULO 1

1 – ADOLESCÊNCIA: O DESAFIO DA FUSÃO DE VÁRIOS PROCESSOS

Nos dias atuais, se presencia, tanto no contexto nacional quanto internacional, um intenso e extenso debate sobre a infância e juventude, no qual se insere de forma expressiva o adolescente em conflito com a lei. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a criança e o adolescente são prioridade nacional e absoluta. Segundo Abenhaim (2004), isto significa que o Estado deve dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria dos sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Para o aprofundamento dessa discussão, torna-se perceptível à necessidade de uma reflexão sobre o que é adolescência. Para tanto, passa-se a buscar contribuições em teóricos de algumas áreas do conhecimento como a Psicologia, a Antropologia Social e a Educação. Dentro da Psicologia do Desenvolvimento, para autores como Palacios (1995), a adolescência é conceituada como uma etapa do desenvolvimento humano que foi se estabelecendo através do processo histórico da própria humanidade, e que sofre influências de aspectos como as circunstâncias culturais, históricas e sociais, como também, das experiências particulares.

Dentro desse contexto, Palácios (1995) mostra significados que a infância e a adolescência foram adquirindo ao longo da história, se constituindo em inventos sócio-culturais bem diferentes dos dias atuais. Durante séculos, as crianças foram tratadas como adultos menores, mais frágeis e menos inteligentes. Só a partir dos séculos XVII e XVIII, com o advento de movimentos como o Iluminismo e a Revolução Francesa, é que se abrem espaços para concepções de infância diferente da idade adulta, e como conseqüência dessas mudanças, no século XIX, as crianças foram liberadas da realização de trabalhos pesados. Mas, foi somente no século XX que ocorreu a concepção definitiva da infância como um

período claramente diferenciado e, sobretudo, o conceito de adolescência. Assim, se pode concluir que o conceito de adolescência está diretamente relacionado a um espaço evolutivo social e cultural, antes de ser psicológico, ou um fato psicosocial novo.

Portanto, torna-se possível conceber a compreensão de que o conceito de adolescência se estabelece sob a influência da cultura e nas dinâmicas das mudanças e desenvolvimentos da mesma, no entanto, não pode ser estabelecida como uma regra universal. Diante disso, Palácios ilustra esse debate ao colocar que:

> [...] a diminuição da mortalidade infantil, o prolongamento da vida humana, a extensão do ensino obrigatório até idades mais elevadas, o excesso de mão-de-obra adulta para a realização de trabalhos que requerem cada vez menos mão-de-obra abundante e mais força de trabalho especializada, tudo isso tem contribuído em nossa cultura para o nascimento da adolescência como época diferenciada tanto da infância como da idade adulta (PALÁCIOS, 1995, p. 11).

Cole (1992), também é defensor da possibilidade de que certos estágios do desenvolvimento humano, como a adolescência, são conseqüência de circunstâncias histórico-culturais específicas e não universais. Nesse caso, em sociedades industrializadas, como o Brasil, se detecta uma lacuna entre sete a nove anos que separa a infância das mudanças biológicas que caracteriza a maturidade sexual. Essas mudanças, por sua vez, refletem nas relações sociais dos indivíduos. O que de acorde com Cole, "é um período necessário porque é o tempo que o indivíduo precisa para se adquirir habilidades que garantam a independência financeira e a reprodução cultural" (p. 57).

Nesse sentido, as mudanças provocadas pela ascensão da revolução industrial no ocidente, durante o início do século XX, e, conseqüentemente adventos como o desenvolvimento tecnológico que acompanhou essa industrialização, forçou a necessidade do prolongamento da permanência dos jovens e adolescentes nas escolas, já que suscitou a necessidade de uma educação mais adequada por parte dos trabalhadores, dessa forma, esses processos, ajudaram a construir uma imagem da adolescência como o período em que jovens, principalmente com idades entre 12 e 20 anos, encontram-se no sistema escolar e de formação profissional, dependem e moram com os pais e fazem parte de uma "cultura da idade", que se caracteriza por hábitos, costumes e valores próprios dessa faixa etária.

Ao tratar a questão da adolescência, torna-se relevante ressaltar a referência que Palácios (1995) faz à existência de culturas onde a adolescência é encarada de forma diferente da ocidental industrializada. Nessas culturas, como as tradicionais, por exemplo, a

incorporação à condição de adulto se dá precocemente, na maioria dos casos, através de ritos associados às mudanças físicas da puberdade. Para concluir, o autor expõe que:

> A adolescência por seu turno é um fato psicossociológico não necessariamente universal, e que não adota, em todas as culturas, o padrão de características adotado na nossa, na qual se deu origem a uma importante variação histórica, que, ao longo de nosso século, foi configurada a adolescência que nós conhecemos (PALACIOS, 1995, p. 265).

Sprinthall e Collins (2003) compartilham com esse grupo a concepção da adolescência como um período distinto do desenvolvimento humano, e também corroboram com a idéia de que os acontecimentos sociais e culturais são os maiores influenciadores para a emergência dessa percepção. Esses autores ilustram suas colocações, acrescentando que acontecimentos como a expansão geográfica interna, a industrialização, a urbanização, a identidade nacional fortalecida como resultado da Guerra Civil, a intensa imigração, principalmente européia, e as condições proporcionadas pelos movimentos históricos no trabalho, especificamente a partir da virada para o século XX nos Estados Unidos, fizeram surgir o contexto favorável à descoberta da adolescência, ou mesmo, influenciaram na construção de condições que tornassem inevitável o aparecimento da adolescência nos moldes que se compreende hoje. Como por exemplo, no país que ainda predomina como referencia, principalmente se tratando de ciência, que é os Estados Unidos, acontecimentos como o crescimento da força laboral dos adultos nas indústrias, e conseqüentemente o aparecimento dos sindicatos, levou o Congresso a decretar leis sobre o trabalho infantil, as quais, na verdade, refletiam a necessidade de proteger o trabalho adulto, já que os jovens representavam mão-de-obra barata.

Contemporaneamente a esses acontecimentos surgiu, também nos Estados Unidos, no campo da ciência, o filósofo com Doutoramento em Psicologia G. Stanley Hall, que de acordo com Sprinthall e Collins (2003), foi um dos pioneiros mais importantes no campo do estudo da adolescência. Hall, apesar de ter sido bastante criticado, principalmente por seus contemporâneos, devido à defesa que fazia a idéias elitistas e sexistas, na atualidade tem muitos dos seus conceitos reconhecidos, como, por exemplo, o reconhecimento da adolescência como um estágio único de desenvolvimento humano, em que ocorrem as principais transformações psicológicas e fisiológicas, as quais alteram a qualidade dos processos cognitivos e emocionais do indivíduo. Esse fenômeno anteriormente era ignorado pela Psicologia e pela sociedade. Hall teria criado um lugar para a adolescência:

> A adolescência constituía uma fase difícil, porque ela recapitulava um período histórico de transformações rápidas e caóticas ligadas à civilização. Não há um único solo em que as sementes, tanto as boas como as más, atinjam raízes tão profundas, cresçam de forma tão viçosa ou produzam frutos com tanta rapidez e regularidade (HALL, *apud* SPRINTHALL; COLLINS, 2003, p. 15).

Campos (2001), complementa as teorias aqui apresentadas ao caracterizar a adolescência como um processo construtivo, no meio do qual o individuo se encontra vulnerável aos efeitos decorrentes das transformações biológicas, às influências procedentes e provocadas pela acelerada transformação social do mundo moderno, como também, as novas aspirações humanas que seguem esse contexto. Na visão desse autor, a formação do adolescente sofre ainda influência de aspectos relacionados aos ambientes familiar, social e cultural.

Araújo (2004), traz a contribuição do campo da Educação, e se uni ao demais teóricos que defendem a idéia de que a construção e a percepção do conceito de adolescência tem se dado de acordo com o momento histórico, e assim considerada de modos variados, dependendo de cada um desses momentos. Para reforçar suas colocações, Araújo cita em seu trabalho, Levisky, que, apesar de apresentar as dificuldades para definir a categoria "adolescência" coloca:

> A adolescência, do ponto de vista psicológico, caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo momento em que o psiquismo humano passa por uma reestruturação. Esse processo dinâmico é marcado por perdas, des-investimentos e re-investimentos afetivos por parte do jovem, que, por estar vivendo um momento de reformulação de valores morais e éticos, nem sempre consegue transitar com tranqüilidade por essa fase. As pressões internas e externas, biológicas, psicológicas, sociais, econômicas, fazem parte do seu cotidiano e, pelo período de transição no qual se encontra, o jovem tem seu aparelho psíquico mais vulnerável e suscetível a influências (LEVISKY *apud* ARAÚJO, 2004, p. 22).

Trazendo a contribuição da Psicologia sócio-histórica para essa discussão e fundamentando-se no materialismo histórico e dialético, Ozella (2003) diz que: "a abordagem sócio-histórica não considera a adolescência como uma fase natural do desenvolvimento humano, mas sim uma criação histórica da humanidade" (p. 8), o que acaba por influenciar em aspectos como a determinação de ações pessoais, políticas, sociais e profissionais. Trata-se de uma construção histórica em contraposição a visões estereotipadas, vigentes e hegemônicas, encontradas tanto na Psicologia quanto na mídia e no imaginário popular, que tendem a perceber a adolescência como:

> [...] Uma etapa natural, inerente e própria do desenvolvimento do homem, marcada por conflitos e crises "naturais" da idade, por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade, enfim, uma etapa marcada por características negativas, sofridas, patologizadas, que ocorreria necessariamente em qualquer condição histórica e cultural, isto é, universalizada (OZELLA, 2003. p. 9).

Através dessas colocações, Ozella (2003) chama a atenção para o fato de que se faz necessária a superação das concepções naturalizantes da adolescência. É preciso passar a percebê-la como uma constituição social que surge a partir de necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais, como também é necessária a compreensão de suas características como aquelas que vão se constituindo paralelo ao desenvolvimento desses processos.

Fundamentado em seu trabalho de pesquisa sobre o significado de adolescência para os profissionais em Psicologia e suas práticas, Ozella (2003) concluiu que ainda predomina, na Psicologia, "uma visão romântica que vem permeando o estudo da adolescência como uma fase caracterizada por comportamentos típicos estereotipados que não correspondem aos fatos e ao adolescente concreto com os quais nos deparamos" (p. 39).

É crescente o tamanho do grupo de pesquisadores, principalmente da área da Psicologia, que fortalecem o estabelecimento desse ponto de vista em relação ao conceito de adolescência. Cole e Cole (2003) fazem parte dos que vêm engrossar essa fileira, pois também defendem a idéia de que o desenvolvimento humano é entendido como uma fusão de processos, como os sociais e psicológicos que interagem com o cultural.

Nesse sentido, através da observação das teorias expostas nesta discussão, se pode estabelecer a conclusão de que a concepção do conceito de adolescência está diretamente relacionada com processos histórico-sociais, dessa forma, trata-se de um conceito que não pode se manter estático diante de todas as épocas e todas as culturas. Sprinthall e Collins (2003) chamam a atenção ainda, para o fato de que, apesar de todos os fatores aqui apresentados, apenas recentemente, nas nações e culturas industrializadas, a sociedade adulta começou a considerar as necessidades e capacidades fisiológicas e psicológicas características dos adolescentes.

Através da observação desse conjunto teórico constituído de contribuições tanto da Psicologia, quanto de educadores e da Antropologia Cultural, onde se vê construída a opinião unânime de que, a adolescência é o resultado de um processo sócio-histórico em que se inserem aspectos como os culturais, sociais, psicológicos, biológicos, econômicos, transitórios e emocionais, ou seja, resulta das expectativas e exigências variáveis da cultura em que o indivíduo está inserido, através disso, se chega à conclusão de que, sendo os adolescentes

sujeitos histórico-sociais, o conceito de adolescência tem sido, de acordo com o momento histórico, considerado de modos variados. Paralelo a esse processo torna-se perceptível que a adolescência vem sendo tratada da maneira como a sociedade a compreende, ou, a constrói, sendo a partir dessa compreensão ou construção, que se define o lugar do adolescente na sociedade. Toda via, se esse conceito se estabelece de acordo com os aspectos que compõem o momento histórico, então não pode ser generalizado, mas sim, contextualizado.

Por fim, ao se compreender que a concepção de adolescência se estabelece como resultado da união de vários aspectos, entre eles o sócio-histórico, e, ao se fazer um paralelo entre essa concepção e o comportamento violento que o mundo adolescente vem assumindo, torna-se possível pensar esse comportamento violento como uma resposta/reação ao modelo de sociedade que ele vem enfrentando.

Dessa forma, ao se estabelecer o reconhecimento da relação entre o contexto sócio-histórico e a construção da identidade de adolescência, com todas as características que permeiam a identificação dessa identidade, sobretudo, diante do que compõe esse estudo, que é a violência que vem se entrelaçando à formação de adolescentes; diante disso, se faz necessária uma observação do quadro sócio-histórico que vem contextualizando o modelo brasileiro no que se refere a criança e o adolescente. Para tanto, Arantes e Tonin (2006) trazem algumas informações nesse sentido.

Arantes e Tonin (2006), nos contam que, no caso do Brasil, criança e adolescente como problemas à ordem social vão surgir a partir da Lei do Ventre Livre e da abolição da escravidão. Esses dois acontecimentos permitiram o aparecimento dos primeiros meninos de rua, pois a partir de então surge uma nova classe social, a qual não pertence mais a um senhor, pois agora é livre, sem, no entanto, possuir condições materiais mínimas para exercer plenamente a cidadania.

Os filhos e as filhas dos ex-escravos, a partir dessa liberdade, passam a freqüentar as ruas, brincando, trabalhando, esmolando e até cometendo pequenos furtos, sendo nesse momento histórico que passam a receber a denominação de “menores”. Arantes e Tonin (2006) dizem também que ao ser implantada a República, instituiu-se uma legislação especifica para esses menores, que visava o controle daqueles considerados abandonados. Um ano após a proclamação da República, o Código Penal de 1890 reduziu a idade penal para nove anos. Nesse momento, as crianças a partir dessa idade já podiam ser enviadas para as casas de detenção, sendo regulamentado o trabalho infantil e permitido que crianças ficassem fora da escola regular.

O advento da República regulamentou não só a idade penal e o trabalho infantil, mas também a destituição do pátrio poder e a internação dos menores pobres. As autoras destacam que o Código Civil de 1916 tratou dos "filhos de família", e o 1° Código de Menores de 1927 tratou dos menores "em perigo", "perigosos", "expostos", "abandonados", "desvalidos", "vadios", "viciosos" e "libertinos". Como podemos perceber, esses dois modelos envolvem o controle social através do método do confinamento.

Para Arantes e Tonin (2006), o sistema caritativo daquele período estava voltado para a pobreza, visando prioritariamente a "salvação das almas" e a filantropia. Apesar da sua natureza cientificista e de sua assistência estatal, apresentava-se preconceituosa, direcionando sua atenção para uma gestão técnica dos problemas sociais, e definindo a criança pobre como "anormal", "deficiente" ou "delinqüente".

Só a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente no período da Ditadura Militar, se dá inicio a um processo de rompimento com essa lógica, através de movimentos sociais, pastorais, sindicais, de partidos políticos e demais grupos e de organizações da chamada sociedade civil, que se encontravam envolvidos na mobilização pelo fim da Ditadura Militar, pela redemocratização do Brasil, na luta pelos Direitos Humanos e pela cidadania dos diferentes grupos marginalizados da população brasileira, inclusive os "menores".

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987 leva a questionamento o modelo de assistência oferecido aos "menores" até aquele momento, o que provocou a emergência de novas propostas. No artigo 227 da Constituição Federal de 1988, foi adotada, no Brasil, a Declaração Universal dos Direitos da criança e o pré-texto da Convenção Internacional da ONU sobre esses mesmos direitos, o que foi promulgado em 20/11/1989. Em 1990 foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente / Lei 8.069, abolindo-se de vez o Código de Menores de 1979.

A partir do estabelecimento do conceito de adolescência, como também da percepção dos conflitos que envolvem esse grupo em inúmeros aspectos, como referido anteriormente, surgiu então a necessidade de se estabelecer os direitos primários e fundamentais para esses indivíduos que são caracterizados por suas peculiaridades, principalmente para os adolescentes em conflito com a lei, para quem foram pensadas e estabelecidas as medidas sócio-educativas. Nesse sentido, entre as Leis estabelecidas e voltadas especificamente para crianças e adolescentes, no caso do Brasil, o que se tem como maior referência é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), diante do qual Damiani (2005) coloca que:

> O ECA se configura num aliado precioso para entender porque ainda não alcançamos o tão almejado acesso de todas as crianças e adolescentes aos direitos fundamentais. Numa matéria sobre sistemas de internação de jovens em conflitos com a lei, por exemplo, se exploraria a existência, e em que condições são aplicadas, as medidas sócio-educativas anteriores ao regime fechado, apurando e denunciando os casos de descumprimento das responsabilidades legais, e apontando as implicações para o jovem e a sociedade (DAMIANI, 2005 p. 55).

Soares, Amselem e Faiola (2005), corroboram com as colocações de Damiani ao lembrar que, no que se refere ao adolescente autor de ato infracional, as medidas sócio-educativas devem pautar-se no princípio da lei, objetivando a intervenção no processo de proteção e desenvolvimento desse adolescente, baseado no que dispõem os artigos 227 da CF e 104 do ECA, ou seja:

> São inimputáveis todos os menores de 18 anos, presumindo, em caráter absoluto, a incapacidade de compreender a ilicitude do ato e de portar-se de acordo com tal; são pessoas em desenvolvimento e, portanto, cabe o princípio constitucional da proteção integral. Pela doutrina da proteção integral, a criança e o adolescente são portadores de necessidades particulares, que se encontram em condições de pessoa em desenvolvimento físico e psíquico, que os coloca na posição de merecedores de uma atenção especial por parte do Estado, da Sociedade e da família (SOARES, AMSELEM E FAIOLA, 2005. p. 69).

Uma reflexão aprofundada da relação do referencial histórico aqui apresentado com as mudanças comportamentais, reconhecidas como embasamento para uma contextualização mais ampla, no que se refere a identificação da presença de adolescentes envolvidos em ações de violência e atos infracionais de um modo geral, percebe-se que o agravamento desse quando foi se estabelecendo nos moldes que se encontra nos dias de hoje, a partir das décadas de 1960-70, momento esse em que essa parcela da sociedade iniciou um processo de conquista de espaço social através da autonomia, principalmente em relação à cultura familiar e à cultura escolar.

A história nos mostra que a partir do pós-segunda-guerra mundial, passou a ocorrer um processo de desintegração social e familiar na medida em que se acentua a saída, não só mais dos pais, mas a partir de então, também das mães, em busca de empregos fora de casa. Para os filhos restou a recriação de novas formas de socialização, que no caso dos adolescentes, entre essas novas formas de socialização está a formação de grupos que, como já dito anteriormente, originam-se a partir da identificação entre seus membros de características semelhantes como, por exemplo, pertencerem à mesma classe social, freqüentar os mesmos lugares e a aproximação do local de moradia.

Um dos reflexos que surge a partir da formação desses grupos juvenis, e que aqui mais interessa, é a extensão das suas ações dentro do universo escolar, percebendo-se que a escola é vista nesse estudo, como um local que possibilita o encontro desses adolescentes, tanto aqueles pertencentes a um mesmo grupo, como pertencentes a grupos rivais. Torna-se importante também a percepção de que esses grupos se constituem e se fortalecem através do estabelecimento de regras, leis, territórios e códigos específicos, chegando a se tornarem verdadeiras microssociedades e, não raro, estão envolvidos com uma, ou várias, formas de violência.

A constatação desses fatos tem provocado o surgimento de uma crescente preocupação com a associação entre adolescência e violência, seja ele a vítima ou o protagonista dessa violência, e seja essa relação dentro ou fora do universo escolar. Dessa forma, para estudiosos do assunto, como Araújo (2004), "Tentar entender essa associação pode ser um caminho para compreender a influência da violência na constituição das identidades dos jovens e adolescentes" (p. 27).

Ao tratar da questão referente à situação do adolescente em conflito com a lei, torna-se perceptível, diante dos debates que vem surgindo na sociedade brasileira sobre o tema, que grande parte dessa sociedade é favorável ao endurecimento da legislação, inclusive apontando para a redução da idade penal no Brasil, como também acusando o Estatuto da Criança e do Adolescente de facilitar a impunidade, e com isso provocar o aumento da violência. No entanto, torna-se fundamental destacar que inúmeras pesquisas já realizadas comprovaram que a maior parcela da população brasileira, de todas as camadas sociais, não possui um conhecimento aprofundado desse estatuto.

De contra partida, se presencia mobilizações, como a Campanha Nacional de Direitos Humanos que, através de Comissões, como as dos Direitos Humanos, dos Sistemas de Conselhos de Psicologia e da Ordem dos Advogados do Brasil, pedem pelo fim da violência e das práticas de privações de liberdade para adolescentes autores de atos infracionais, mostrando que apesar da predominância do modelo de atendimento correcional-repressivo, presente no Brasil desde do século XVI, ele não vem alcançando, ao longo de sua existência, resultados positivos, como também é destacável o fato de que o ECA ainda não foi implantado em sua integra em nenhuma cidade brasileira.

Menin (2005), aprofunda esse debate ao fazer o seguinte questionamento: "Quais serão as relações entre as instituições que se encarregam de elaborar e de fazer respeitar as leis e as que se incubem de socializar os indivíduos da coletividade abrangida pelas normas, como as escolas?" (p. 43). Seguindo a reflexão colocada por Menin, se busca compreender o

papel que as escolas vêm assumindo diante da convivência bem próxima com adolescentes em conflito com a lei dentro do seu universo, ou seja, alunos pertencentes a grupos "galerosos", que estão permeados de valores e estratégias reinterpretados sob a influência de processos sociais historicamente constituídos, entre eles uma forma de organização social diferenciada, especifica, articulada e expressiva que se manifesta através de comportamento ou ações violentas.

Ao se trazer essa reflexão para a realidade da cidade de Manaus, Tavares Filho (2001) afirma que, a maioria dos adolescentes em conflito com a lei nesta cidade, está imersa no que ele denomina de "cultura de pobreza", ou seja, em 75% dos casos, esses adolescentes possuem condições mínimas de subsistência social. Através disso o autor conclui que: "A falta de condições financeiras para se sobreviver, trata de uma contingência sócio-demográfica que implica na marginalização social, o que acaba por se relacionar com o desvio social" (p. 234).

No que diz respeito ao papel que escolas da cidade de Manaus vem desempenhando em relação a esses adolescentes, de acordo com Tavares Filho (2001), o que ocorre em relação ao que está estabelecido no ECA, ou seja, entender a criança e o adolescente como prioridade absoluta, na cidade de Manaus, de acordo com esse autor, a conduta anti-social dos adolescentes em conflito com a lei tem mostrado que o atraso escolar é um fator relacionado com a conduta delitiva.

O embasamento teórico aqui estabelecido permite a leitura de que, a adolescência é construída e concebida como o resultado de um conjunto de fatores, como os que envolvem aspectos sociológico, biológico, psicológico e cultural, e que tudo isso se encontra regido por um sistema econômico dominador, determinador, alienador e excludente, o que leva essa parcela de indivíduos a estar exposta a diferentes formas de violência, uma delas, ou, a principal delas é a violência social, já que as instituições sociais, as quais detêm um grande percentual de poder em suas mãos, não executam seus desígnios de forma igualitária a todas as camadas da sociedade. Até mesmo as camadas beneficiadas não estão abstidas da influência dominante desse poder que tem, entre seus principais interesses, a manutenção de um grupo hegemônico dominador.

Quanto ao papel da escola, a educação deveria, através de seus métodos, contribuir mais com as inspirações típicas dessa fase do indivíduo, ajudando na construção de uma perspectiva de futuro, na compreensão das mudanças típicas dessa fase, na socialização e na preparação para a responsabilidade de uma independência responsável. No entanto, é de conhecimento geral o fato de que as políticas públicas direcionadas para o segmento

educacional no Brasil, através dos seus conceitos e das suas práticas, reproduzem como resultado principal a exclusão educacional, que por sua vez produz a exclusão social.

Arantes e Tonin (2006) colaboram com a conclusão dessa reflexão ao nos lembrar que, apesar do estabelecimento constitucional que define a criança e o adolescente como prioridade nacional e absoluta, e de relevância enquanto assunto do Estado, da sociedade e da família, em nome do equilíbrio fiscal e do comprimento de metas pactuadas com organismos internacionais, o Brasil vem descumprindo a Constituição à medida que diminui gastos com as políticas sociais básicas, políticas essas que devem assegurar a esses sujeitos seus direitos primários, e um dos reflexos desse descumprimento da lei, é o aumento da violência que envolve principalmente adolescentes e jovens pobres.

CAPÍTULO 2

2 – VULNERABILIDADE, VIOLÊNCIA E ADOLESCÊNCIA PROTAGONISTAS OU VÍTIMAS?

Ao se tentar compreender a relação entre violência e adolescência nesse estudo, se parte do princípio de que, no âmbito da cultura a natureza do comportamento humano está diretamente relacionada com as circunstâncias sóciocultural-histórica em que o indivíduo se encontra inserido. Como coloca Rogoff (2005), "Os seres humanos se desenvolvem por meio de sua participação variável nas atividades socioculturais de suas comunidades, as quais também se transformam" (p. 21).

Seguindo este percurso, ou seja, compreendendo que essa relação entre adolescência e violência pode está inserida nas transformações sociais reproduzidas no atual modelo de sociedade, resultado dos sistemas multinacionais impostos pelo capitalismo global, ou, como coloca Trassi (2006), "pelas rápidas transformações tecnológicas e científicas, pelos novos padrões de convivência representados pela fragilidade dos laços amorosos, pelo consumo exagerado, enfim, pelo novo jeito de ser criança, adolescente e adulto" (p. 12), se torna necessário entender a concepção de violência diante desse contexto.

A busca desse conhecimento tornou perceptível que são inúmeras as definições, conceitos e hipóteses que tentam explicar o que é, o que provoca, as causas e os efeitos da violência, como também que o conceito de violência, de certa forma, vem sofrendo mutações, na medida em que várias formas de atitudes e comportamentos vêm passando pelo processo de serem reconhecidos como formas de violência. Assim, a palavra violência assume vários significados, como também o ato violento recebe suas definições de acordo com as condições históricas e culturais nas quais esteja inserido. Diante dos vários conceitos e concepções relacionados à definição do que é violência, foram aqui elencados alguns autores e suas percepções para enriquecer essa discussão.

Quanto ao dicionário Michaelis, o mesmo define violência como ato de violentar, constranger, emprego da força, causar dano à outra pessoa, a um outro ser vivo ou a um objeto. “A violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou tenta convencer o outro, simplesmente agride”.

Para Amoretti (1992), a violência é um fenômeno humano que acontece sempre dentro do contexto social, e pode ser definida como o “ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer opressão e tirania contra a vontade e a liberdade do outro” (p. 41).

Fachini (1992) já coloca que: “Mais do que um conceito, a violência é uma expressão patológica do impulso agressivo desproporcionado. É uma forma descontrolada da agressividade contra o indivíduo ou sociedade” (p. 49).

Diante do exposto, percebe-se que há uma determinada complexidade ao tentar se conceituar violência, tanto quanto nas leis que tentam combatê-la. Ela é polissêmica e assume várias formas e significados dependendo do contexto e do momento histórico, como citado acima. Por exemplo, se pode compreender como violência desde as pichações e grafitagem dos adolescentes até o crime organizado das máfias, passando pela criança que tenta martirizar o seu bichinho de estimação até os seqüestros, comuns em grandes cidades de todo o mundo, os conflitos religiosos e raciais, as decapitações em países árabes e a indiferença à miséria de tantos.

Trassi (2006) complementa essa abrangência da concepção do que é violência ao colocar que “a violência é um fenômeno que aglutina fatos sociais díspares: a contaminação das águas, a guerra, as mortes no trânsito, o trabalho infantil, a tortura dos presos, a expulsão da terra, o fracasso escolar, o abuso sexual, a omissão, a intolerância, o suicídio, o homicídio...” (p. 205).

No entanto, diante da abrangência do conceito e dos variados modos de expressão da violência, esse trabalho está, de certa forma, direcionado para a observação do que é mais comumente denominado de violência urbana, ou seja, aquela violência inserida nos grandes centros urbanos, naquelas cidades em que seus habitantes aspiram ter a casa própria, pavimentação, água, luz, telefone, escolas, saúde, etc, e que, como todos os grandes centros urbanos do mundo já minados pela nova ordem mundial, vivem as suas seqüelas sociais como a insegurança, o pânico, as micro-guerras dos meninos de rua, o tráfico, as ações das gangues de rua, entre tantas outras expressões da violência.

Um número significativo de teóricos desse assunto, das mais diversas áreas, são praticamente unânimes em seus conceitos em relação às causas do crescimento da violência

nesses grandes centros urbanos. Boa parte desses estudos aponta para a explicação de que a presença crescente da violência, o que envolve a formação de bandos juvenis, se estabelece a partir da desigualdade social, que juntamente com a privação do acesso aos direitos básicos da cidadania, tendem a impulsionar indivíduos pertencentes às camadas menos favorecidas, social e economicamente, à vulnerabilidade social, apresentando como uma das suas principais causas a formação de bolsões da exclusão social. Nesse sentido, para Pedrazzini (2006) "a cidade contemporânea é perigosa na medida em que a globalização a divide em fragmentos antagônicos, transformando-a em um conflito de forças e interesses" (p.70).

Entre os teóricos que seguem essa diretriz ideológica, Bazílio (1985) fortalece essa corrente quando expõe a idéia de que seriam as dificuldades de acesso a estruturas como saúde, educação de qualidade, lazer, cultura, trabalho e principalmente, no caso dos adolescentes de famílias de baixa renda, a impossibilidade de aquisição de bens de consumo, o que provoca uma determinada tensão que termina por conduzir essa parcela da população à violência e à criminalidade. Para esse autor, problemas como atos infracionais realizados por jovens e adolescentes, "é o resultado da injusta distribuição de renda, das precárias condições do sistema educacional, da falta de empregos, enfim, é parte de todas as mazelas provocadas pelo que se convencionou chamar de capitalismo selvagem" (p. 11).

Diante da reflexão aqui estabelecida sobre violência-adolescência, se torna necessário lembrar que essa problemática não é característica única das camadas menos favorecidas da sociedade, nem tão pouco está reduzida a determinados centros urbanos. Na realidade, trata-se de uma questão que vem ultrapassando os limites sociais e geográficos, e, ano-a-ano observa-se um crescimento paulatino nos índices que fazem referências a episódios violentos envolvendo adolescentes e, principalmente, grupos de adolescentes. A violência vem assumindo proporções de um fenômeno social de forma que não existem mais grupos sociais isentos do seu alcance, seja como vítima ou como agente.

Apesar da percepção de que, diante de um contexto mais macro, há uma determinada homogeneidade na concepção do que vem provocando o aumento da violência por todo o mundo, e nisso estão implícitos aspectos como o sócio-econômico. É possível identificar estudos que se direcionam para aspectos micros que compõem o todo dessa problemática, e que tentam explicar a presença da violência entre adolescentes pertencentes a diferentes camadas sociais.

Entre alguns dos estudos realizados nesse campo encontra-se, por exemplo, os que foram desenvolvidos por Menin (2005), Hespanhol (2005) e Guimarães (1998), que dão uma ênfase maior à justificativa de que, a violência e a marginalidade na adolescência estão

relacionadas diretamente com a "vida moderna", já que essa modernidade gera os filhos e as filhas criados por famílias ausentes, o que resulta em uma determinada falta de valores entre adolescentes carentes e não carentes.

Essa ausência da família, na opinião desses autores, produz acontecimentos novos e complexos no mundo das relações desses adolescentes, podendo proporcionar o direcionamento dos mesmos à filiação em irmandades, ou seja, procurar se integrar em grupos, que não raro, estão envolvidos com algum tipo de violência, e nesses casos a relação com a violência passa a ser um dos elos dessas irmandades.

Paralelamente ao distanciamento entre os membros da família, provocado pela necessidade de se atender às imposições estabelecidas pelo novo modelo de sociedade, "a sociedade de consumo", existem outros aspectos que também são apontados como contribuidores para essa reestrutura/desestrutura das concepções dos indivíduos que se voltam para a prática da violência. Um desses aspectos é a chamada indústria do entretenimento, que de acordo com os seus opositores, estabelece uma influência previamente arquitetada e direcionada para crianças e adolescentes, e que alcança esse público através de diversos setores, estendendo-se desde o sistema educacional até os aspectos sócio-econômico e cultural. Os opositores desse setor criticam principalmente a presença da violência no mundo do entretenimento, que geralmente é exibida através de jogos, videogames, filmes, programas de TV, desenhos animados, etc, e que estão cada vez mais sangrentos, mais realísticos.

Apesar de ter defensores ferrenhos como Gerard Jones[1], esses aspectos são duramente questionados, principalmente por estarem expostos no dia-a-dia desses indivíduos, tanto na vida pessoal quanto através dos meios de comunicação, o que Cancline (1995) ratifica quando denomina de "influência dos meios eletrônicos de comunicação", ou "indústria cultural transnacionalizada", ou seja, trata-se de um multiculturalismo de caráter polifônico, imaginário, híbrido e arquitetado pelas indústrias culturais, trazendo repertórios textuais e icnográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e pela globalização da vida urbana.

Ao estabelecer uma reflexão sobre essas colocações, torna-se de fundamental importância lembrar que a violência é considerada, por muitos estudiosos do assunto, como um comportamento aprendido. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa, ao expor a violência da forma como vem ocorrendo, ou seja, banalizadamente através de filmes,

[1] Gerard Jones. Norte americano, Jornalista e Escritor veterano da indústria dos Super-heróis, autor do livro "Brincando de matar monstros; por que as crianças precisam de fantasia, videogames e violência de faz-de-conta?

videogames, músicas, Internet, e principalmente, os programas de TV, estão contribuindo para a aprendizagem da violência por parte das crianças e dos adolescentes. Morin (1977) fortalece essa corrente expondo que "uma característica básica de grande parte dos jovens atuais é a sua relação com a violência, traduzida no consumo de grande quantidade de violência imaginária" (MORIN, 1977, p. 142, em GUIMARÃES, 1988, p. 22).

Conclui-se então que há um conjunto mais abrangente de fatores que, direta ou indiretamente, acabam por envolver ou vitimar, não só os adolescentes como também a toda a sociedade. São fatores que provocam uma convergência para a desigualdade social gerada pelo modelo econômico de um capitalismo globalizado que, entre outras conseqüências, gera mazelas sociais como o desemprego, a quebra da estrutura familiar, a pulverização social, a dissolução de laços comunitários que deságuam para o desenvolvimento de outros processos, como a delinqüência e a violência. No caso do Brasil especificamente, existem outros fatores que colaboram, no mínimo como estímulos, para tornar favorável o crescimento da violência em todos os seus aspectos dentro desse país, entre eles estão a impunidade, a corrupção, a ambição, o individualismo, a falta de solidariedade, a desigualdade econômica e educacional etc.

Alguns teóricos como Feffermann (2006), atribuem à violência assistida nas grandes cidades, mais conhecida como "violência urbana", que é da qual se trata nesse estudo, uma determinada legitimidade, já que ela é também compreendida como uma forma de manifestação diante das contradições presentes nesses grandes centros. Nesse sentido, essa violência é vista como conseqüência do desencadeamento de frustrações, dificuldades de sobrevivência, crescimento das desigualdades, ausência de políticas sociais justas, segregações sociais e espaciais, entre tantos outros aspectos.

Nesse contexto, os autores dessa violência, que normalmente é a prática do crime protagonizada pela juventude, a compreendem como uma forma de identificar-se com o seu inimigo de classe, o que para os jovens de classes menos favorecidas, seria a tentativa de ocupar o lugar do milionário, usurpando-lhe a condição e os privilégios. Essas manifestações de violência seria uma resposta ao capitalismo que não produz uma sociedade justa, mas sim 'o excluído'. Portanto, essas manifestações de violência seria a demonstração de que a dominação não se dá por completo.

Para Feffermann (2006), essa violência que se assiste e que se tornar cada vez mais generalizada e banalizada, é um meio de enfrentar as desigualdades, impostas pela globalização das relações econômicas determinadas pela estratégia de dominação, que na maioria das vezes não são noticiadas e que em outras vezes são apenas questionadas por

pequenos grupos. Portanto, diante desse quadro que gera tantas rupturas e tão poucos laços, essa autora coloca que:

> Na atual sociedade brasileira, a violência permeia várias práticas, despojando o indivíduo de seus direitos como indivíduo (causando transtornos físicos e psíquicos) e como cidadão. Tais práticas, à medida que são desvendadas apenas parcialmente, tornam-se formas de manipulação, por serem práticas de dominação. A violência, conseqüência da desigualdade de classes, é ideologicamente naturalizada, não reconhecida e até negada como algo que surge em condições históricas específicas. Assim, quando a injustiça impera, e a miséria contrapõe-se à ostentação de poucos, o elenco de valores, acolhidos por todos, que deveria constituir o ideal do EU de uma sociedade, se esvaece, e o campo se torna fértil para a criminalidade (FEFFERMANN, 2006. p. 165).

Seguindo a diretriz do que foi exposto até o presente, se pode concluir que as seqüelas apontadas como resultado desse modelo econômico globalizado, que têm entre os seus resultados a exclusão de muitos, são tão abrangentes quanto o próprio conceito de violência, e que têm, entre as suas maiores vítimas, os jovens e os adolescentes de todo o mundo. Torna-se perceptível então, que diante dessa exclusão, resta a esses adolescentes, que se encontram no momento das buscas das identificações, encontrar seu destaque enquanto indivíduo dentro de grupos que inserem os seus iguais. Teria-se assim, uma das causas das formações das "galeras", ou gangues de rua.

O Brasil, já se encontra rotulado internacionalmente como um dos países mais violentos do mundo, principalmente no referente a assaltos, assassinatos, seqüestros, extermínios, enfim, tudo o que está inserido no conceito de violência urbana, sem isentar outros tipos de violência, como a doméstica, familiar, contra a criança e o adolescente, contra a mulher, etc. Diante disso, se faz importante lembrar que o fenômeno da disseminação da violência não é mais um fato exclusivo dos grandes centros urbanos. Na atualidade ela se espalha por todas as partes, seja nas pequenas e médias cidades, como também chegando à zona rural.

Essa concepção de um país extremamente violento pode ser percebida através do lançamento de filmes como "Turistas", lançado em 2006 e classificado como de terror. Nele, conta-se a história de seis jovens norte-americanos, que em passeio pelo litoral brasileiro, acabam sendo assaltados, drogados e vitimados por uma quadrilha de tráfico de órgãos. Diante de inúmeras críticas, o produtor Raul Guterres, que é um brasileiro maranhense radicado em Los Angeles há onze anos, diz que o filme retrata a realidade do Brasil.

Como citado anteriormente, por perceber que na atualidade o universo escolar também está inserido como cenário para a representação e expressão de manifestações de violência,

esse estudo se debruça sobre os desdobramentos e interferências da violência dentro desse universo e entre aqueles que o compõe, mais especificamente, alunos do ensino fundamental, prioritariamente por estarem na faixa etária comumente denominada de adolescência, o que é o foco principal desse estudo.

Para Araújo (2004), a violência é um conceito polissêmico, contextualizada através do processo sócio-histórico e construída por seus atores de modos diversos. Assim, a banalização da violência presenciada por crianças e adolescentes, por exemplo, na mídia, no bairro e não raro na própria família, juntamente com outros aspectos, como os citados acima, ou seja, o desemprego e a quebra da estrutura familiar provocam desdobramentos e interferências que se tornam constitutivos das identidades desses indivíduos, os impulsionando para uma delinqüência e para a violência, o que conseqüentemente acaba por refletir no espaço da escola.

As mídias de todo o mundo veiculam diariamente casos de violência, principalmente as que estão inseridas no conceito de "violência urbana", mas tenta encobrir seus reais problemas, principalmente no que refere à violência e a urbanização. Diante desse contexto, faz-se necessário compreender o impacto da globalização econômica no mundo contemporâneo, perceber conseqüências provocadas por essa globalização como a coesão social, que empurra milhares de pessoas por todo o mundo para a pobreza e conseqüentemente para a violência.

Pedrazzini (2006) traz a lembrança de que a violência é intrínseca da história da humanidade, pois desde a Pré-História, os antepassados da humanidade já atacavam e defendiam-se, matavam e eram mortos entre e por seus semelhantes. Desde então, se assiste a atos de barbáries como as guerras, pilhagens, extermínios, genocídios, guerras civis, guerrilhas, revoluções, deportações, assassinatos políticos, mortes passionais, violência doméstica, incestos, pedofilia, campos de concentração, terrorismo, penas de morte, máfias, tráficos, corrupções, segregações social e racial, explorações, exclusões, sadismo, etc.

Assim sendo, apesar de normalmente ser nos bairros periféricos que se encontra com mais freqüência registros de representações emblemáticas da violência, não se pode estabelecer como verdadeiro o mito de que são os moradores desses bairros os únicos produtores dessa violência. Não é a miséria que torna o ser humano violento. Na realidade, essa parcela desprovida de uma qualidade de vida digna, ou seja, os socialmente e economicamente excluídos, de certo, esse grupo é muito mais vítima do que protagonista dela.

No entanto, para vários sociólogos, entre eles Pedrazzini (2006), entre esses grupos de excluídos se formam engendramentos de organizações, o que para esse autor representa uma mensagem destinada a todos os demais, pois, seguindo essa diretriz, a violência se legitima socialmente como uma forma de superação das segregações econômicas.

Esses determinados grupos, formados a partir dos excluídos socialmente, manifestam suas formas de representações através do que muitos denominam de uma "contra-ordem", já que normalmente suas ações estão vinculadas à prática da violência. Como por exemplo, no caso do Brasil, se tem o C.V. (Comando Vermelho ou Falange Vermelha), organização criminosa originária do presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro; o P.C.C. (Primeiro Comando da Capital), facção criminosa que atua no Estado de São Paulo, e tantas outras gangues, inclusive aquelas conhecidas como gangues de rua, que de acordo com Pedrazzini:

> Se para cada época há um símbolo, a época da metrópole "merece" o da gangue, fomentada da cultura do asfalto, cuja força, resistência e popularidade merecem destaque. A gangue dá sentido aos sinais caóticos e contraditórios das sociedades urbanas, um sentido social à violência, o sentido de urgência e da recusa da miséria. Integrar uma gangue significa pertencer à cultura urbana mais moderna, reduzir ou eliminar as desigualdades sociais. A violência das gangues de rua responde, de maneiras mais diversas e em contextos diferentes, a uma mesma violência genérica, a esse mesmo crime que é a globalização da economia neoliberal (PEDRAZZINI, 2006. p. 71).

Esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que obras e relatórios de pesquisa, elaborados e divulgados nos últimos anos, estão sempre apontando para o crescimento relativo de atos criminosos cometidos por menores. No entanto, essas informações devem passar pelo crivo da crítica social, devem ser interpretadas à luz das ideologias e interesses que envolvem estas estatísticas.

Através da observação desse contexto, se pode concluir que são vários os fatores que influenciam para o desdobramento de condutas relacionadas com a violência, e que se faz necessário ouvir a voz das populações marginalizadas, ouvir a voz dos bairros carentes para que a violência seja superada.

Faz-se também necessário questionar a idéia que é imposta, principalmente através da mídia, de que são nos setores menos favorecidos que se concentram os atores da violência. É fundamental analisar as ações desses atores específicos da urbanização, como por exemplo, os grupos urbanos, as gangues, assim como buscar compreender por que a juventude vem sendo associada a episódios violentos, seja na escola ou fora dela. Nesse sentido, para esse trabalho, o desafio maior se estabelece na compreensão dos reflexos da violência junto ao setor

educacional. O surgimento, crescimento desenfreado, desdobramentos e interferências das varias formas de violência como elemento constitutivo da identidade desses adolescentes, tanto sistematicamente organizada quanto individual, e seus reflexos dentro do universo escolar.

Na atualidade, diante do aumento da violência entre menores dos bairros pobres das grandes cidades do chamado "Terceiro Mundo", o que se observa é o crescimento, principalmente nos últimos 20 anos, da ação policial, que vem substituindo os programas de reabilitação social, já que esses jovens são vistos e combatidos, pelas autoridades e pela polícia, como bandos perigosos que constituem um problema à ordem social.

Em estudos que vêm sendo realizados pela UNESCO[2] e que remetem a escola, está sublinhado a diversidade de sentidos que o termo violência vem adquirindo, como também a ampliação das fronteiras que vem alcançando, como por exemplo, o preconceito e a discriminação, que tanto podem ser externizados verbalmente através de ofensas e ameaças, ou de outras formas, como ataques físicos, através de opiniões, esteriótipos, ou ainda, através do próprio silêncio. De acordo com Abramovay *et. Alli* (2003), "na ambiência escolar também é função pedagógica o combate a essas violências". (p. 255).

Assim, a principal preocupação dessa análise é a de buscar identificar qual o papel que a educação, no caso as escolas especificamente, vem desempenhando diante desse processo sócio-histórico, compreendido nesse trabalho como uma imposição do modelo econômico atual, e que apresenta, como um dos seus resultados, o aumento do número de adolescentes envolvidos com a violência.

No entanto, no referente às escolas, é interessante a observação das mudanças que vêm ocorrendo nos últimos tempos dentro das mesmas, em relação aos conceitos dados a atos de transgressões das regras protagonizados por escolares, como por exemplo, depredações, agressões entre alunos, entre aluno e professor, entre outros. É perceptível, no que diz respeito a esses atos, que antes eram vistos, ou conceituados, como indisciplina, atualmente passaram a ser compreendidos como agressividade ou violência.

Ao tratar da questão da violência inserida na escola, torna-se importante perceber o que diz alguns autores como Araújo (2004). A autora chama a atenção para a percepção do que ela conceitua como "violência escolar", "violência na escola" e "violência da escola". Para essa autora, ao se fazer referência à "violência escolar", está se tratando de reações contra a instituição escolar, como por exemplo, depredações do patrimônio, roubos, furtos,

[2] Publicações UNESCO em Abramovay e Castro, 2003.

ameaças aos professores, diretores e outros funcionários, como também o vandalismo em seus carros. Nesses casos, para Araújo, essas ações podem representar um descontentamento em relação à escola por parte dos alunos que praticam esses atos, um sinal de que alguma coisa não está indo bem dentro desse espaço.

Quanto à "violência na escola", ainda de acordo com a autora, é aquela que também ocorre no interior da escola, mas que não diz respeito especificamente a ela. Essa poderia ocorrer em outros espaços, mas como a escola é um local em que adolescentes e jovens se encontram, os mesmos acabam por manifestarem, dentro desse espaço, suas práticas relacionadas a atos de violência, impulsionados por motivos exteriores à mesma.

E no que diz respeito à "violência da escola", para Araújo (2004), trata-se da "violência da educação", que de acordo com a sua ótica, é inerente à ação pedagógica e não acontece necessariamente só dentro do espaço escolar:

> O ser humano não se faz sozinho, sem a sociabilidade que o inclui no mundo da cultura. Essa inclusão exige a ação de um adulto sobre a criança, ou, do professor sobre o aprendiz, o que pode ser entendida como uma ação que comporta, de certa forma, uma imposição sobre ela. Afinal, a criança, ou o aprendiz, deverá abrir mão de "ter tudo / ser tudo" e viver limites que são necessários para a vida em sociedade. Se há uma imposição, podemos pensar que há uma certa violência, pois submete alguém a uma ordem, a um limite, a uma regulação (no caso, a criança) (ARAÚJO, 2004, p. 19).

Ao tratar a questão da violência, manifestada dentro do universo escolar e protagonizada por adolescentes, evidencia-se que na maioria dos casos, essas ações estão muito mais relacionadas a ações de grupos do que de um único indivíduo. No caso da cidade de Manaus, os relatos de gestores, pedagogos e professores, confirmam essa percepção. Já estão se tornando uma prática comum nesta cidade os conflitos entre gangues, ou, "galeras", em horário de saída das escolas. Uma espécie de cultura local que vem se fortalecendo entre adolescentes de ambos os sexos. O que se identifica no estabelecimento e formação desses grupos, é que é nele que esses adolescentes encontram proteção, *status*, aventura e ganho de dinheiro fácil através de ações ilegais como as oferecidas pelo tráfico de drogas.

Para Cancline (1995), no que diz respeito aos problemas relacionados com a violência infanto-juvenil, enfrentados na atualidade pelas grandes cidades de todo o mundo, os bandos juvenis recebem um destaque especial, especificamente no que trata da questão de identidades homogêneas. Para esse autor, esses grupos se formam, por um lado, diante da perda de expectativas como na educação e no mercado de trabalho, e por outro, diante de uma forma de

socialização. Isso é uma das representações da incapacidade das macro-políticas sociais e culturais em dar respostas totalizadoras.

Diante desse contexto, percebe-se que o que ocorre no caso do Brasil, e nos demais países que sofrem com o problema da crescente violência entre adolescentes, é que ainda não se sabe o que fazer com ela a não ser acusações mútuas. Por exemplo, culpam a miséria, a falta de educação, a indisciplina, a rebeldia dos jovens, a ausência da família, a falta de programas específicos voltados para o público jovem, a falta de leis específicas, etc. No entanto, torna-se fundamental a compreensão de que trata-se de um fenômeno que é de ordem social e engloba praticamente todos os aspectos que compõem a sociedade atual, chamada de "moderna", ou seja, o fenômeno do crescimento da relação entre adolescência e violência está interligado a fatores como o econômico, antropológico, político, psicológico, cultural, jurídico, etc. Trassi (2006) reforça essas colocações ao expor que:

> O tema "adolescência-violência" é um ponto crítico, de saturação, condensação de múltiplas determinações, pois revelador das mutações, transformações da cultura, dos padrões de relações entre os seres humanos, da fragilidade dos vínculos amorosos, do modo de pensar, sentir, agir – estar no mundo – dos indivíduos, neste momento histórico. Revela o que é comum e o que é singular, o que permanece e o que flutua, o estrutural e o conjuntural. A multideterminação do fenômeno é constitutiva do fenômeno e se revela tanto na sua dimensão macroscópica – a vida coletiva – como na dimensão microscópica – a biografia pessoal (TRASSI, 2006, p. 205).

Praticamente não se ouve falar de prevenção à violência no Brasil, principalmente ações empregadas por instituições governamentais. No entanto, diante da complexidade da questão, qualquer busca de solução, por mais simples que seja, não pode ser reducionista. Ao se levantar a possibilidade de se pensar em um processo de desconstrução desse quadro de violência, que envolve principalmente adolescentes e jovens, primordialmente se faz necessário estabelecer a cultura de se compreender as características dessa etapa da vida, que cientificamente já é reconhecida como uma fase de transformações do sujeito, que envolve todos os aspectos de sua constituição, como o físico, psíquico, emocional, moral e social. É importante que se perceba o contexto e os processos sociais nos quais está inserida essa parcela da população, no caso, os adolescentes, que se compreenda suas expressões, seus comportamentos e suas frustrações.

Portanto, conclui-se que se trata de uma justaposição de explicações, da junção de conhecimentos e especialidades transdisciplinares para se encontrar o caminho para essa desconstrução da violência tão cedo instalada nos espíritos desses adolescentes. Se faz urgente

iniciativas como mais investimento na educação, em programas de incentivo, apoio e formação para os adolescentes, já que essa parcela da população, antes de ter projetos para o futuro, precisa de ações para o presente. Outro aspecto importante é a necessidade de se estabelecer mais rigor no cumprimento da lei, pois as que temos já ficaram velhas e não são cumpridas igualitariamente e de forma justa perante todos.

No entanto, buscar soluções implica no estabelecimento de conexões, entre os vários setores da sociedade, para alcançar investimentos adequados e corretos com fins de lidar com a questão da violência, já que ela envolve aspectos morais, intelectuais e sociais desses adolescentes e jovens. É necessária uma ação conjunta envolvendo a família, o setor educacional, instituições públicas e de outros setores, como os meios de comunicação e profissionais das mais diversas áreas que possam contribuir com esse processo, enfim, o envolvimento de toda a sociedade.

CAPÍTULO 3

3 – A ESCOLA, A EDUCAÇÃO E A HUMANIZAÇÃO: O PROCESSO CONSTITUTIVO DA PRÁTICA EDUCATIVA PARA A FORMAÇÃO HUMANA

3.1 – Um breve histórico sobre a educação no Brasil e em Manaus

> Para que a escola exerça a sua função com dignidade, ela precisa manter a dialética herança-ruptura: ao transmitir o saber acumulado, deve ser capaz de romper com as formas alienantes, que não estão a favor do homem, mas contra ele. Ela deve estar a favor da democracia, não contra ela. Deve formar o jovem. A escola é dualista, já que para a elite é oferecida uma escola de boa qualidade intelectual, enquanto para a classe trabalhadora resta a educação elementar, geralmente de má qualidade, e é perverso esse tipo de dicotomia (ARANHA, 2006, p. 26).

O reconhecimento da educação como um direito no Brasil percorreu um longo caminho até poder ser expressa a partir da emenda constitucional de 1969, a partir de quando a mesma foi formulada como direito de todos e dever do Estado. Apesar das longas discussões sobre o assunto, principalmente ao longo do período republicano, por muito tempo a educação esteve sendo unicamente direito das instituições particulares e das associações. Só na Constituição de 1934, no artigo 149, que pela primeira vez a educação ganhou um capítulo específico e passou a ser declarada "direito de todos que deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos". A partir desse momento ocorreu um movimento em direção à renovação no campo educacional, o reconhecimento da educação como um direito individual e universal.

À família é repassada a competência de enviar e manter os seus filhos em escolas, enquanto que em contrapartida ficou estabelecido aos poderes públicos à gratuidade do ensino. O governo federal adquiriu o direito de interferir na educação em toda a sua extensão, pois ficou com a competência de traçar as diretrizes da educação nacional. À União restou a responsabilidade de, através do Congresso Nacional de Educação, se responsabilizar pelo

Plano Nacional de Educação. Os Estados, a partir desse momento, passaram a se tornar gradativamente presentes no campo da educação.

Quanto à Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira, essa começou o seu ciclo na Carta Constituinte de 1946. Na Emenda Constitucional de 1969, ficou estabelecida a redução de recursos federais para o ensino fundamental e o repasse dessa responsabilidade para Estados e Municípios. A partir da década de 1960, o ensino secundário ginasial e colegial passou a apresentar a tendência profissionalizante para atender às orientações da assistência técnica norte-americana.

É na Constituição Federal de 1988 que se redefine o dever do Estado ante os ditames do ensino obrigatório e à vinculação constitucional de recursos para a Educação. É a partir dessa Constituição que a educação passa a ser percebida como um direito fundamental para a cidadania e a universidade assume, pela primeira vez, o estatuto da autonomia.

As aberturas na educação nacional foram sendo realizadas à margem da organização regular escolar depois de 1961. Através de medidas como o Movimento de Educação de Base (MEB), foram surgindo campanhas como as de alfabetização de adultos e centros da cultura popular. A partir da modernização da economia, de acordo com Cury, Horta e Fávero (2005), a escolarização passou a ser a principal via de ascensão social, o que provocou uma forte pressão por parte da classe média brasileira em favor da democratização do ensino superior. No entanto, para esses autores, a expansão quantitativa do ensino após 1964, ocorreu, não através da reforma da legislação, mas vinculada à evolução que vinha ocorrendo no cenário nacional obedecendo a um toque de marcha mundial.

Quanto à cidade de Manaus, as primeiras escolas dessa cidade surgiram durante a administração do Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, segundo presidente da Província do Amazonas. Tratava-se de uma educação formal, restrita à pequena parcela da sociedade privilegiada economicamente. Porém, a partir da segunda metade do século XIX, com a ascensão da economia gomífera, a educação vai sofrer uma reformulação, não ainda se direcionando para a formação do indivíduo como ser social, mas para se adequar às transformações que passam a exigir uma massa trabalhadora habilitada à nova situação econômica regional, que exige do trabalhador mais produção e eficiência.

A partir da construção desse novo cenário no Amazonas, o Estado passa a assumir oficialmente a instrução pública como agente promotor dessa tarefa. Diante disso, de acordo com Figueiredo (2003), surgem as primeiras escolas públicas destinadas às populações índias e mestiças, dando ênfase ao amparo e educação profissional de órfãos e pobres desvalidos da província. Nesse período surgiram na cidade de Manaus o Instituto Amazonense de

Educandos Artífices, o Gimnásio Pedro II e o Instituto Benjamim Constant. No entanto, quanto a essas instituições, segundo Figueiredo (2003), "... mais se assemelhavam a prisões penais, pelo rigor e disciplina impostos nesses estabelecimentos, que previa até punições em cárcere privado aos que infringissem as regras..." (p. 88).

Em 17 de janeiro de 1909 surgiu a Universidade Livre de Manaus, uma parceria entre a iniciativa privada e o Estado. Nessa Universidade eram oferecidos os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, Ciências Naturais e Farmacêuticas, Engenharia Civil, Agricultura e Agronomia e Ciências e Letras, que refletiam as principais carências da sociedade manauara no início do século XX. No mesmo período também foi criado o Museu Botânico de Manaus, e no ano de 1917, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. No ano seguinte foi criada a Academia Amazonense de Letras. E nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, houve um aumento no número de escolas primárias na cidade de Manaus, mas a formação secundária continuou limitada ao curso acadêmico até 1942, período em que foi implantada a Escola Técnica Federal do Amazonas.

Quanto à formação de ensino superior, a Universidade Livre de Manaus teve as suas portas fechadas em 1926 devido ao declínio do ciclo da borracha, só se mantendo a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, posteriormente passando a ser denominada de Faculdade de Direito, que se manteve autônoma até ser incorporada à Fundação Universidade do Amazonas (FUA), criada em 12 de junho de 1962 e oficializada em 17 de janeiro de 1965, com os cursos de Direito, Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências e Letras, Serviço Social e Enfermagem.

No entanto, no referente à educação na cidade de Manaus, Figueiredo (2003) encerra seu discurso expondo que:

> A oferta de vagas ainda não consegue atender à demanda e ao ensino, considerado de baixa qualidade. Além de deixar crianças e jovens fora das salas de aula, o ensino ainda não alcançou os seus objetivos fundamentais, tendo como resultado a colocação do Estado do Amazonas como um dos Estados com maior índice de analfabetismo do país. Mesmo assim, houve um aumento da oferta de cursos superiores e a expansão do ensino privado caro e exclusivo das classes mais favorecidas (FIGUEIREDO, 2003 p. 117).

Assim, de acordo com Saviani (1989), a escola surgiu, a partir da segunda metade do século XIX, como um instrumento para transformar súditos em cidadãos livres, sendo, no entanto, essa liberdade controlada através da participação política. A partir do período de transição da velha para a nova ordem social, a educação passa a servir como um instrumento vencedor da barbárie, para afastar as trevas da ignorância e constituir o cidadão, o homem

apto a contribuir com os novos mercados econômico, social e político. A educação passou a ser creditada como um meio para se implantar a democracia efetiva. Representava os anseios, tanto da classe dominante quanto da classe dominada.

No entanto, a expectativa da classe dominante era que o povo instruído seguisse seus governantes, o que não ocorreu. O povo continuou seguindo demagogos e tiranos, na visão dos dominantes. Como alternativa para solucionar essa frustração, a classe hegemônica recorreu à implantação da "Escola Nova", que segundo Saviani (1989), foi implantada buscando deslocar o âmbito político para o âmbito técnico-pedagógico, de forma que se mantivesse a expansão da escola nos limites suportáveis pelos interesses dominantes, com isso, se oprimindo a qualidade do ensino.

Depois da Segunda Guerra Mundial passa-se a atribuir, à escola, a tarefa de implantação de uma educação permanente, valorizando-se a informalidade, as potencialidades educativas dos meios de comunicação de massa e aproveitando-se das conquistas tecnológicas nos processos educativos. De acordo com a Lei nº 9.394, Título II, dos princípios e fins da Educação Nacional, Art. 2º, "A educação, dever da família e do Estado, tem por pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Alguns séculos depois do estabelecimento da nova ordem mundial, o número de excluídos continua sendo bem mais numeroso do que dos eleitos. A educação moderna passou a ser um dos mecanismos para se estabelecer as novas cercas de uma liberdade conquistada, porém vigiada e limitada. A educação e a cidadania reduzem o espaço da ação política aos "educados". Diante desse quadro se observa, que a humanidade ainda vive uma época de exclusão, guerras e conflitos, e que a escola vive um paradoxo onde, na teoria muitas atribuições e cobranças lhes são lançadas, mas na prática encontra-se incapacitada devido às muitas limitações que lhes são impostas, principalmente pelos agentes governamentais.

Alguns estudiosos do assunto apresentam propostas em busca de soluções, como no caso de Gentilli (2001), que lançou uma idéia denominada de "pedagogia da esperança".[3] No entanto, todas essas idéias acabam esbarrando no insistente questionamento: "Como construir práticas educativas igualitárias diante de uma sociedade profundamente desigual?".

É sabido que a escola possui a incumbência de contribuir para uma formação instrutora universal. No entanto, para que se cumpra sua proposta de inclusão é necessário que

[3] A Pedagogia da Esperança é uma proposta educacional criada por Pablo Gentilli, que sugere a criação de um Programa Educacional não reducionista que se afirma na aplicação do direito social à educação e na luta contra o monopólio do conhecimento.

aconteça uma ruptura na atual estrutura organizacional, que se passe a respeitar as diferenças culturais, sociais, éticas, religiosas e de gênero, entre tantas outras características da humanidade. A partir dessa quebra de paradigmas, então será possível se pensar na existência de uma instituição onde os indivíduos serão capazes de ter uma formação digna, de se expressar plenamente, de conhecer e valorizar as suas origens, seus valores e sentimentos.

O modelo atual de educação, ou o pensamento científico moderno educacional é determinista, mecanicista, formalista, reducionista, ignora a subjetividade, a afetividade, a criação, não conseguindo romper com o velho modelo escolar, para a partir de então, impor a inclusão. Diante dessa realidade, para autores como Frigotto (2003), para se estabelecer a inclusão dentro do universo escolar, se faz necessária uma mudança de perspectiva educacional, cuja intenção passe a ser a de melhorar a qualidade do ensino, das escolas enquanto estruturas físicas e técnico-funcionais, como também, buscar atingir todos os alunos que, de alguma forma, já sofreram a exclusão ou já fracassaram em sua vida escolar.

Quanto à situação educacional no Brasil na atualidade, de acordo com Frigotto (2003), trata-se do resultado de uma história marcada por ditaduras e golpes, que tolheram as lutas populares e uma democracia de massa. Para esse autor, a partir do governo Collor de Mello, o que encontrou seqüência no governo Fernando Henrique, ocorreu a implantação de uma proposta de desregulamentação, de flexibilização, de descentralização e de privatização do setor educacional, procedimentos estes elaborados por arquitetos intelectuais, funcionários de organismos internacionais, que orientaram administrativamente, institucionalmente e pedagogicamente estas reformas, direcionando-as à subordinação e neocolonização. Dessa forma, a atual política de educação básica no Brasil é o resultado de uma aceitação e subordinação à atual divisão internacional do trabalho.

Outro aspecto identificado e que se faz comum entre as escolas analisadas, é alto índice de fracasso escolar, traduzido pelo fenômeno da evasão e da repetência, como também o baixo índice de rendimento, o que se reflete através das avaliações do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação no Brasil), que no caso das escolas municipais da cidade de Manaus, a maioria delas apresentam uma média entre dois a três diante da média nacional estabelecida que é de cinco. No caso das setenta escolas vinculadas à Divisão Distrital Leste I, o maior índice alcançado por uma única escola foi quatro. Constitui-se assim, o grande drama da educação brasileira, onde se sabe que essa realidade pertence às camadas populares, pois é nela que a grande maioria dos alunos é reprovada ou se evadem das escolas.

Para Saviani (1980), apesar das reformulações que a educação vem sofrendo ao longo dos anos no Brasil, ainda não é possível afirmar que houve inovações de ganhos significativos

para esse setor. Ainda não ocorreu uma ruptura necessária para se falar em inovação. Na verdade o que se assiste é a implantação de políticas para a preservação de uma ordem sócio-econômica, onde a educação escolar continua sendo um aparelho reprodutor das relações sociais vigentes, o que pode ser confirmado através da atual legislação, a qual fortalece essa diretriz ideológica, pois para autores como Cury, Horta e Fávero (2005), apesar do direito à instrução primária (hoje ensino fundamental) ter sido estabelecido desde a Constituição de 1934, a realidade ainda é bastante negadora da efetivação do mesmo. A organização escolar brasileira continua refletindo as tendências dominantes do processo sócio-econômico aplicado neste país.

Para Horta (2005), a educação está situada entre as atividades consideradas de interesse geral, pois é através dela que a sociedade se torna mais livre e mais democrática. Nesse sentido, a intervenção nesse setor é vista como um direito e um dever do Estado, e deve ser estabelecida através de mecanismos como a criação e manutenção de escolas por parte do Estado e promulgação de uma legislação específica para a educação. A política educacional estatal vem sendo direcionada de acordo com a hegemonia e os interesses da classe dominante. Nessa política educacional o Estado cumpre o seu papel de mediador desses interesses, "a educação no Brasil preside a implantação de um ensino público e obrigatório para difundir os princípios da ordem, cujo conhecimento leva automaticamente à aceitação e ao cumprimento do desenvolvimento econômico estabelecido" (p. 203).

Diante desse contexto, Horta (2005) complementa as suas colocações expondo a visão de que:

> Há uma relação dialética entro o processo político e o processo de planejamento, onde é da práxis do planejamento não prescindir da decisão política, e dentro desse quadro encontra-se a legitimação da elite enquanto constituinte do poder, e conseqüentemente apresenta o poder de incorporar suas aspirações e seus interesses como interesses e aspirações de classe (HORTA, 2005, p. 218).

Para esse autor, essa relação se consolidou através do desenvolvimento da economia da educação e da elaboração de técnica de planejamento dos sistemas de ensino, o que ele denomina de tecnocratização da educação. No que se refere ao papel da educação enquanto socializadora, esse deveria ser um dos seus papéis como responsável pela transmissão dos valores culturais ao grupo, visando através desses procedimentos, desenvolver nos indivíduos as incumbências e capacidades que constituem pré-requisitos essenciais para seu futuro desempenho do papel de cidadão. Entretanto, o que se assiste é a prática de uma educação que vem formando indivíduos segundo a sua posição social, e assim o preparando para

desempenhar papéis de acordo com o que a sua posição lhe atribui, ou seja, cada um vem sendo educado de acordo com o seu lugar na sociedade.

Mendez e Horta (2005) reforçam essa percepção ao colocarem que, no que se refere à política educacional brasileira, o Projeto Político Pedagógico brasileiro está submetido a planos políticos e econômicos que obedecem a uma hegemonia mundial que impõem ao Brasil adotar esses modelos alienantes de ensino. A política educacional no Brasil vem seguindo uma política burguesa, elitista e excludente, que através de seus representantes políticos tenta manter o controle do processo pedagógico educacional, que em sua gênese, desde a Revolução Francesa, tem como missão ser universal, pública e gratuita. No entanto, diante da lógica capitalista predominante, vem expropriando o povo, pois um povo sem o devido esclarecimento e consciência não corre o risco de transformar-se em um perigo, ou obstáculo, para a execução dos objetivos das classes de dominação e hegemonia. Esse seria o principal motivo pelo qual o povo, as classes menos favorecidas, que representam o maior número populacional no Brasil, recebe uma educação fragmentada e deficitária, a começar pelo ensino básico.

Assim, as camadas menos favorecidas no Brasil vêm sendo prejudicadas há séculos por essa má formação dos setores educacionais e seus processos. Os inseridos nessas camadas vêm, ao longo da história da educação desse país, sendo as maiores vítimas desse sistema mercantilista que se estabeleceu dominantemente no setor educacional brasileiro. Essas práticas, que vêm sendo aplicadas aos longos dos anos, são grandes contribuidoras para a perpetuação das profundas desigualdades sociais, discriminação e segregação.

Como alternativa para se superar essa justaposição proporcionada pela educação escolar, ou seja, a desigualdade presenciada entre as classes dominantes e as dominadas, Mendez (2005) propõe uma mudança através de uma articulação entre representantes de ambas as classes. Uma ação conjunta que envolva todos os segmentos da sociedade, educadores, pensadores, cientistas, intelectuais, políticos e técnicos, todos voltados para a elaboração de conteúdos igualitários e de acordo com a realidade do país, respeitando as individualidades culturais de cada região, os valores de cada indivíduo, para que assim se consiga sair desse quadro que expõe uma educação de baixa rentabilidade de ensino.

Saviani (1980) reforça esse pensamento ao colocar que seria muito benéfico que o Conselho Nacional de Educação fosse pensado como um órgão revestido de autonomia, representatividade e legitimidade. Assim evitaria a descontinuidade das ações implantadas e depois cessadas devido às mudanças de governo. Porém, apesar de todos os entraves, de acordo com esse autor “a situação atual está mais bem definida no texto da Lei, em relação às

incumbências e à abrangência das instâncias federal, estadual e municipal dos estabelecimentos escolares que em outrora" (p. 209).

Neves (2000) conclui o pensamento dessa linha teórica expondo que:

> O programa educacional apresentado pelo governo brasileiro está voltado para a integração submissa do brasileiro à lógica capitalista de trabalho e de vida, direcionados a obedecer as regras neoliberais estabelecidas pelos organismos internacionais, enquanto que deveria estar direcionada para a formação de profissionais, cidadãos críticos e competentes que devem participar ativamente e criativamente do mundo do trabalho e da construção coletiva de uma sociedade livre e justa (NEVES, 2000, p. 179).

No entanto, é importante se destacar aqui que nos últimos vinte anos, principalmente através do movimento de organização dos educadores, ocorreu a retomada das Conferências Nacionais de Educação, a criação de novos centros de estudos educacionais, lançamentos de revistas, dentre elas, as de algumas faculdades de educação de universidades brasileiras, a produção coletiva de educadores nacionais e Fóruns Educacionais. Essas mobilizações permitem a interpretação de que se vem construindo uma determinada resistência ao pensamento pedagógico oficial.

Uma das soluções possíveis para se oferecer uma escola de boa qualidade estaria na exigência da aplicação adequada dos recursos do governo, e, além disso, no esforço conjunto de educadores e do próprio povo, pois a educação está incluída como um direito social da cidadania, apesar de seu aspecto lento, ambíguo e contraditório. Entretanto, cabe também à sociedade civil buscar meios e inventar caminhos para conseguir uma escolarização em que o conteúdo dos estudos seja, acima de tudo, a prática social vigente.

Assim, pode se concluir que no caso do Brasil, ainda não se alcançou uma educação de boa qualidade igualmente distribuída a todas as camadas sociais. Ainda não se encontra, principalmente nos setores públicos de ensino fundamental da cidade de Manaus, escolas que funcionem bem em seus múltiplos aspectos, que prepare seu alunado solidamente para o domínio de conteúdos, para a superação de sua classe social, para o estabelecimento de uma visão crítica do que está em seu entorno, enfim, que sirva como instrumento de conquista para uma cidadania concreta e plena enquanto indivíduos e sociedade.

Faz-se necessário unir forças dentro do setor educacional, para se defender e trabalhar pela inclusão da maioria e pela igualdade dos processos educacionais, que a sociedade se una em favor de uma tomada de posicionamento contra a pedagogia de exclusão, que tem impedido o direito de igualdade e dignidade para todos.

É preciso pensar no sentido real da prática da solidariedade, desconfiando das definições e propostas oferecidas pela elite liberal dominante nesse país, e postular uma solidariedade como um compromisso de luta para uma sociedade mais justa e igualitária, em prol dos excluídos. É necessário reconhecer a importância da qualidade social na educação, que deve ser medida pelo grau de participação da comunidade, onde todos se sintam sujeitos nos processos educacionais.

Faz-se necessário exigir que a educação no Brasil desenvolva seu verdadeiro papel de formadora do ser humano diante da luta social contemporânea, que parte do princípio da consolidação da cultura dos direitos iguais para todos. Igualdade de conhecimento, da oportunidade de acesso ao trabalho, a cultura, aos direitos sociais, enfim, como contribuidora para a formação dos sujeitos sociais em toda a sua amplitude.

Ao se compreender que a escola é uma instituição que ocupa, entre os seus papeis, o de contribuidora do processo de formação da trajetória histórica que forma o sujeito, como também formadora do próprio sujeito, se percebe que a medida em que ela assuma os vínculos que a constitui como instituição educativa diante desse sujeito, estará contribuindo pedagogicamente, como um fio condutor, para que esses sujeitos partam do um olhar de si mesmo até a capacidade de enfrentar os desafios deste e de todos os tempos.

Nesse sentido, se conclui que a escola, ou melhor, a educação escolar, também tem como tarefa ajudar a constituir nas pessoas e na sociedade, além da formação histórica e humana, o aprender a cuidar de si e dos outros enquanto nação e enquanto povo. É assim que uma escola passa a ser mais que uma escola, e passa também a ser construtora de indivíduos preparados para alargar e aprofundar sua condição humana diante dos processos que o envolvem como, o social, histórico e o cultural.

CAPÍTULO 4

4 – PERCURSO METODOLÓGICO

Indo buscar em Alves-Mazzotti e Gewandsznajder o pensamento de que "as ciências sociais são tão interpretativas como explicativas, já que a junção desses aspectos pode contribuir para a produção de teorias confirmáveis" (2001. p. 127), a natureza deste trabalho apresenta em sua estruturação uma preocupação primeira com o aspecto interpretativo da realidade observada, sem, no entanto, esquivar-se da tentativa de explicação dos fenômenos componentes da mesma

Para Minayo (1994), nas Ciências Sócias e Humanas, o que se busca é compreender e explicar a dinâmica das relações sociais. Quanto aos estudos desenvolvidos nessas correntes, para essa autora, "não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho, mas seres humanos, grupos e sociedades dão significados e intencionalidade às suas ações e construções" (p.14).

Partindo desse pressuposto, compreende-se que tanto investigadores quanto os objetos de investigação, pertencem a um mesmo universo, e isso está implícito em todo o processo investigativo, ou seja, desde a sua concepção até a sua conclusão. Nesse sentido, essa pesquisa apresenta, desde a constituição e produção dos diagnósticos até a construção dos resultados finais, uma preocupação com a manutenção e organização do conhecimento, articulando-o e relacionando-o de uma maneira lógica, durante todo o processo de construção até a conclusão, com os critérios de "cientificidade", ou seja, como coloca Gamboa (2007), respeitando "os critérios da concepção de ciência, concepção dos requisitos da prova, concepções de causalidades, etc" (p. 54).

1 - **Tipo da pesquisa**

Para Santos (2004), uma pesquisa científica pode ser qualificada de acordo com os seus objetivos. Dentro dessa perspectiva e dependendo do grau de aproximação e do nível conceitual do pesquisador em relação ao fenômeno estudado, essa pesquisa adquiri o caráter exploratório.

> Explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo. Quase sempre se busca essa familiaridade pela percepção de materiais que possam informar ao pesquisador a real importância do problema, o estágio em que se encontra as informações já disponíveis a respeito do assunto, e até mesmo revelar, ao pesquisador, novas fontes de informação. Por isso, a pesquisa exploratória é quase sempre feita na forma de levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que estudam e atuam na área, visitas a websites, etc. (SANTOS, 2004, p. 26).

A partir destas articulações, essa pesquisa adota um caráter exploratório, pois parte do princípio de que o emprego desse recurso possibilita que o pesquisador vá ao encontro de enfoques, percepções e terminologias novas durante o período de construção da sua análise, permitindo também a construção de um conhecimento mais aprofundado e completo da realidade pesquisada.

Através do emprego dos mecanismos oferecidos pelo modelo exploratório, torna-se possível uma estruturação das questões e das respostas pertinentes com maior rigor, pois os procedimentos sugeridos por esse modelo de pesquisa, exigem uma determinada exaustão por parte do pesquisador diante da apreensão e transferência das informações adquiridas. O estudo exploratório permite também aliar as vantagens de se obter os aspectos qualitativos das informações à possibilidade de quantificá-los quando necessário.

A análise do processo de inclusão, mais especificamente “Inclusão Educacional” de adolescentes autores de atos infracionais, e que se encontram inseridos em escolas municipais do ensino fundamental de Manaus, se desenvolverá apresentando como ponto de partida uma revisão de literatura organizada em duas seções. A primeira tratará da compreensão da associação entre o adolescente e a violência. A segunda abordará a inclusão educacional como uma estratégia de enfrentamento à violência crescentemente presente no contexto de vida desses adolescentes.

Na etapa seguinte desta pesquisa se realizará uma análise documental e observação da rotina de duas escolas.

2 – **Local da pesquisa**

A atual pesquisa apresenta, como campo de análise, duas escolas pertencentes à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), de Ensino Fundamental maior, especificamente do 6º ao 9º ano, inseridas na Divisão Distrital Leste I, localizadas na Zona Leste da cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

A escolha dessas duas escolas se justifica por as mesmas terem sido identificadas como locais que apresentam um alto índice de ocorrências em relação a conflitos entre "galeras", tanto no interior quanto no entorno das mesmas. Apesar de apresentarem características bem distintas em relação à estrutura física e funcional, ambas localizam-se em bairros conhecidos pelo elevado índice de violência entre grupos de adolescentes.

Os critérios estabelecidos para selecionar essas duas escolas foram pensados por se ter identificado, dentro do seu universo, a presença de adolescentes envolvidos em "galeras", com tráfico de drogas e outros tipos de infração, como o estelionato; além da localização das mesmas, já que elas estão inseridas em bairros ditos como violentos dentro da cidade de Manaus. A identificação de adolescentes envolvidos em atos infracionais dentro dessas escolas se deu por meio de um levantamento prévio, possibilitado através de visitas a várias escolas que se encontram inseridas na Divisão Distrital Leste I. As respectivas visitas prévias foram viabilizadas através da função de Assessora Pedagógica dessa Divisão Distrital.

Assim, buscou-se compreender, através do contato com essas escolas, o desenvolvimento da relação das mesmas diante desse contexto, ou seja, como essas escolas vêm lidando com a presença, em alto índice, da violência protagonizada por adolescentes em seu interior e em seu entorno, como também identificar as possíveis ações de prevenção e de combate diante da presença dessa violência. Observou-se também o posicionamento do corpo docente dessas escolas enquanto participantes e colaboradores dessas ações.

Como citado anteriormente, o interesse por esse tema foi dispertado a partir da aproximação com o universo escolar através da função de educadora, pois, essa aproximação possibilitou a percepção dos conflitos vividos nla escola, originados pela presença de alguns adolescentes que já se encontravam envolvidos em problemas com a lei, apesar da pouca idade, e que também pertenciam a gangues, no caso de Manaus, "galeras" de rua. Em uma primeira observação, ainda que bastante superficial na época, foi identificado que, no caso desses adolescentes, a escola, por ser um ponto em comum entre grupos diferentes, torna-se uma espécie de campo de digladiação.

Entretanto, a compreensão de que é a escola um espaço destinado à ação educacional, no sentido de formação do sujeito enquanto indivíduo e cidadão provocou, a inquietação diante da escolha das mesmas como campo de investigação. Impulsionou o direcionamento à tarefa de identificar metodologias e conhecimentos que possivelmente possam estar sendo aplicados por essas escolas, e que estejam intervindo como força contrária na realidade dessas crianças e adolescentes envolvidos com atos infracionais e com a violência de uma forma mais geral.

4.2.1 – Um breve histórico da cidade de Manaus

De acordo com Braga (1975), a cidade de Manaus teve sua pedra fundamental instalada a partir da criação do Fortin da Barra em 1669, passando a categoria de Vila em 1833, Cidade da Barra do Rio Negro em 1848, e por fim, Cidade de Manaus em 1856.

Figueiredo (2003) nos conta que essa capital, ou seja, a Capital da Barra do Rio Negro, surgiu a partir de 1849, quando foi aprovada a autonomia do Amazonas na Assembléia Nacional, até então Comarca dependente política e administrativamente do Pará. Foi durante a gestão do segundo presidente desta província, Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda, que ocorreu a construção de várias escolas públicas, tanto na capital como no interior desta província.

Manaus tem a sua história marcada por três grandes apogeus econômicos que a elevou a um nível de grande importância nacional e internacional. O primeiro destes, mais conhecido como a “era da borracha”, deu-se entre meados do século XIX, mais especificamente a partir de 1851, com a expansão do mercado de pneumáticos na Europa e nos Estados Unidos. Ainda de acordo com o que nos diz Figueiredo (2003), entre 1870 e 1907, a população desta cidade passou de 5.000 habitantes para 60.000 devido ao grande percentual de imigrantes, que originavam principalmente do Nordeste do Brasil, como também, em menor número, de outras partes do mundo, como portugueses (1854), chineses (1867) e norte-americanos (1871), entre outros. Estes vinham em busca de fortunas através do trabalho com o “ouro negro”, ou o látex.

Durante esse período existiu em Manaus uma dinâmica econômica que girava em torno da borracha, a qual levou a cidade a sofrer reformas de grande porte, tanto nos aparelhos do Estado e das demais instituições públicas, como em sua infra-estrutura e urbanização. A cidade viveu um frenesi impulsionado pela elite extrativista que esbanjava suas fortunas, construindo uma cidade para si mesma. No entanto, por outro lado, havia também na cidade

de Manaus uma massa de trabalhadores miseráveis, composta principalmente por nordestinos e índios destribalizados, que ocupavam a periferia da cidade.

O símbolo maior desse período fausto foi a construção do imponente Teatro Amazonas em 1896, período em que também foram erguidas muitas outras suntuosas construções como o Palácio Rio Negro, a Alfândega e o Palácio da Justiça, entre outros. Nesse período, a educação formal era restrita a uma pequena parcela da população.

A partir de 1913, com a ascensão da borracha asiática e a perda do mercado mundial para os ingleses, a economia da cidade de Manaus cai em declínio, e só vai encontrar uma reestruturação com o advento da Segunda Guerra Mundial, quando alguns países, como os Estados Unidos da América, voltam seu interesse para a borracha da Amazônia. A retração econômica pós 1913 foi de tal porte que dois mil e quinhentos imóveis foram abandonados na cidade durante esse período. Desse modo, quando os anos 40 chegaram, encontraram uma típica capital de província, um pacato aglomerado urbano com um entorno de 100 mil habitantes e com três décadas de estagnação econômica. Manaus, nesse período, apresentava características de uma cidade de classe média, de pequenos burgueses.

A partir de 1967, através da política de integração nacional, implantada pelo regime militar imposto no Brasil a partir de 1964, foi criada a Zona Franca de Manaus pelo Decreto n^{o} 288. Tratava-se de uma estratégia para atrair investimentos do estrangeiro e assim promover o desenvolvimento da região, como também garantir a soberania brasileira nesta parte do país, já que nesse período estavam ocorrendo movimentos revolucionários em países fronteiriços, como Colômbia, Peru e Bolívia.

Dessa forma, as vantagens oferecidas pelo modelo da Zona Franca de Manaus atraíram uma média de 500 fábricas oriundas dos Estados Unidos, Europa e Ásia, que incluíam entre seus produtos, eletroeletrônicos, duas rodas, relógios, brinquedos e atualmente, computadores e seus acessórios, entre outros. Entre as vantagens oferecidas pelo modelo da Zona Franca de Manaus, destacou-se a isenção em 100% dos tributos, mão-de-obra muito mais barata que nos países de origem dessas fábricas e no mercado nacional e sul-americano. Assim, “essas fábricas chegaram a alcançar um faturamento bruto superior a 15 bilhões de dólares no ano de 1997” (FIGUEIREDO, p. 107. 2003).

Entre as mudanças ocorridas na cidade de Manaus devido à implantação da Zona Franca está o índice populacional, que no ano de 1967 era de 150.000 habitantes e já em 1975 alcançou a marca de 600.000 habitantes, atualmente encontrando-se em torno de 1.700.000 (um milhão e setecentos mil habitantes).

Em relação a essa explosão demográfica, Figueiredo (2003) coloca que em pouco mais de 10 anos da implantação da Zona Franca na cidade de Manaus, proliferou-se um caos urbano, pois surgiram bairros superpopulosos sem as devidas estruturas sociais, sem saneamento básico, sem escolas suficientes para atender a demanda de novos alunos e sem serviço de saúde, principalmente capaz de atender à população de baixa renda.

A mão-de-obra desqualificada levou uma multidão de trabalhadores às atividades informais e ao subemprego, gerando um exército de excluídos, vivendo em condições subhumanas, vendo seus filhos distantes da escola e delinqüindo-se.

Situada na confluência dos rios Negros e Solimões, Manaus está localizada no extremo norte do país, a 1932 quilômetros da Capital Federal, e é tida como um dos principais centros financeiros da região Norte do Brasil.. É a cidade mais populosa da Amazônia e a oitava do Brasil, de acordo com as estatísticas do IBGE / 2008. Devido ao marketing do nome Amazônia pelo mundo afora, em Manaus vem crescendo o turismo e o ecoturismo. É a sétima cidade mais rica do Brasil e possui a segunda maior região metropolitana do Norte do País e a décima segunda do Brasil.

4.2.2 – A SEMED

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Manaus (SEMED), que atualmente possui 424 escolas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, com previsão para 2009 de atendimento a 255 mil alunos, foi criada através do advento da Lei N° 1.094, de 21 de outubro de 1970, promulgada pelo então Prefeito Dr. Paulo Pinto Nery.

A criação dessa secretaria se deu porque o governo do Estado do Amazonas, naquele período, representado pelo Sr. Danilo Duarte de Mattos Areosa, repassou ao Município, por meio de Decreto, a responsabilidade sobre todos os professores das então existentes "escolas isoladas". Nesse primeiro momento, de acordo com o Art. 16 da Lei que estabelecia essas reformas administrativas, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário (SEDECO), a quem estava atribuída a Educação e o Ensino, Cultura, Letras e Artes, Assistência Social, Abastecimento, Saúde, Promoção, Desporto e Turismo, Administração de Bairros e Distritos e o Corpo de Bombeiros.

A Lei nº 1.175, de 03/05/74, altera a Lei anterior e modifica a estrutura administrativa da Prefeitura, criando a Secretaria de Educação, da Cultura e do Bem Estar Social (SEBEM). Em 10/11/75 passou à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC). Em 1974, essa

Secretaria implantou a sua primeira turma de 5a série do 1o Grau do município, com todos os professores qualificados.

Na década de 1980, a então SEMEC passou por transformações, ampliando seu atendimento escolar, resultado do intenso crescimento populacional da cidade de Manaus, causado pela criação da Zona Franca. Em 1989, sob a administração do então prefeito Arthur Virgílio Neto, ocorreu mais uma reformulação e a Secretaria passou a se chamar de Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Durante essa administração foi elaborado o primeiro Plano de carreira e Vencimentos e um Novo Plano de Trabalhado que não chegou a ser efetivado. Essa gestão também ficou marcada pelo Projeto Brigada da Alfabetização destinado a jovens e adultos e fundamentado nas idéias do Prof. Paulo Freire.

Em 10/03/93, passam a também ser atribuídos à SEMED o Desporto e o Lazer. Em 1997 assume a prefeitura da cidade de Manaus o Sr. Alfredo Nascimento. Nesse período a SEMED passa a sofrer importantes transformações que dão um novo direcionamento às práticas do ensino-aprendizagem, principalmente, com a gestão democrática.

Ainda no ano de 1997, a SEMED incentivou a implantação da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), uma organização não governamental que tem o compromisso no âmbito nacional e estadual de desenvolver estratégias decisivas em prol da melhoria da qualidade e a universalização da escola pública, dando suporte técnico aos secretários municipais de Educação. Nesse mesmo período construiu-se a proposta curricular denominada de Programa de Redimensionamento da Educação Básica do Município de Manaus (PROERD), que promoveu um avanço na qualidade infra-estrutural das escolas, o que foi reforçado com a implantação do Programa de Gestão Educacional (PGE), em 1999, que por sua vez, deu suporte para a implantação do Plano Estratégico da Secretaria (PES), em 2001.

A partir de 2001, na segunda gestão do então Prefeito Alfredo Nascimento, a secretaria assume a denominação de Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e passa a desenvolver programas de incentivo aos valores da terra. Também foram criados, no mesmo período, quatro Distritos Educacionais (Leste, Sul, Oeste e Norte), com o objetivo de descentralizar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da rede municipal de ensino.

Também data do ano de 2001 a implantação do novo Plano de Carreira, Cargos e Remuneração; a criação do Centro de Formação Permanente (CFP), que é voltado para o estudo e pesquisa educacionais, e que coordena o processo de formação inicial (graduação em pedagogia e licenciaturas plenas) e continuada dos educadores da Rede Municipal de Ensino;

o Centro Municipal de Educação Especial (CMEE), que é composto por equipes formadas por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, psicopedagogos e fonoaudiólogos, que realizam avaliação diagnóstica com o apoio psicológico a pais e alunos; a criação do Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CEMEJA) e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Atualmente, além dos centros referidos acima, a SEMED também incorpora cinco departamentos: Departamento de Gestão Educacional, Departamento de Planejamento, Departamento de Administração, Departamento de Ações Complementares e Departamento de Cultura. São seis Distritos Educacionais: Norte, Sul, Leste I, Leste II, Oeste e Rural.

A rede municipal de ensino é constituída da educação infantil e do ensino fundamental, um Centro Municipal de Educação Especial e um Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos. É orientado por quatro eixos temáticos: I – Gestão Participativa, II – Infra-Estrutura, III - Monitoramento e Avaliação, e IV – Formação e valorização dos Profissionais do Magistério. 82% dos seus prédios são próprios e o restante é cedido ou alugado.

4.3 – **Procedimentos na Coleta de Dados**

O desenvolvimento desse trabalho, o que inclui a coleta de dados, tem por base a percepção de que é a dinâmica da inter-relação universal, estabelecida no materialismo histórico, um dos fatores que alicerçam a compreensão precisa de um dado fenômeno observado. Assim sendo, torna-se importante o reconhecimento do contexto no qual esse fenômeno está inserido.

Estruturando-se nessa concepção, a coleta dos dados desenvolvida nessa análise assume um aspecto determinante para a elaboração do conhecimento que se pretende construir. Na medida em que se concebe a idéia de que esses fenômenos se encontram inseridos em uma teia de significados, torna-se fundamental o uso do conjunto de materiais adequados para se abstrair desse todo a compreensão do fenômeno determinado.

Partindo desse princípio, entre as diferentes técnicas de coleta de dados e informação, de acordo com a necessidade exigida nessa pesquisa, decidiu-se adotar como meios para essa coleta a observação do cotidiano, conjuntamente com o levantamento documental e bibliográfico. Diante desses preceitos estabeleceu-se a devida cautela na coleta e processamento das informações, buscando assegurar-se da profundidade e possíveis incoerências ou contradições das fontes consultadas.

4.3.1 – Análise documental

De acordo com Santos (2004), compreendendo-se as fontes como os lugares e as situações de onde se extraem os dados de que se precisa para a construção de uma pesquisa, essas fontes são, o campo, o laboratório e a bibliografia. No entanto, as conclusões adquiridas através da análise dos dados levantados no campo e no laboratório, geralmente adquirem a forma de livros, periódicos, relatórios, ou materiais áudio-visuais. Com isso, boa parte dos dados e das informações que compõem o conhecimento é veiculada através dos meios escritos, de um modo mais especial, o conhecimento formalizado.

Para Santos (2004), documento é o nome genérico dado às fontes de informação bibliográfica que não chegaram a ser publicadas. Diante disso, para esse autor, a utilização de fontes como tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos, arquivos de repartição pública, associações, igrejas, hospitais, sindicatos, correspondências pessoais ou comerciais, etc, constitui uma análise documental.

Baseando-se nesses pressupostos, a análise documental realizada nessa pesquisa envolve um conjunto de documentos composto de Projetos Políticos Pedagógicos, Planos de Gestão Anual, Plano de ação escolar e relatórios encontrados tanto nas escolas, como na Divisão Distrital Leste I.

Por fim, através da consulta e análise dessas fontes documentais, buscou-se alcançar a compreensão das relações estabelecidas entre, o corpo que compõe essas escolas e adolescentes autores de atos infracionais que se encontram inseridos no universo das mesmas, como também identificar os resultados alcançados através dessas relações e ainda compreender o contexto maior que envolve tanto as escolas como esses adolescentes.

4.3.2 – Observação da rotina de funcionamento das escolas

De acordo com Vianna (2003), há uma grande discussão metodológica sobre a observação como método de pesquisa, principalmente depois da consolidação dos métodos qualitativos de natureza naturalista. No entanto, para esse autor, “as técnicas de observação em pesquisa são, praticamente, as únicas abordagens disponíveis para o estudo de comportamentos complexos” (p. 9).

A observação é compreendida como uma importante fonte de informação, principalmente quando se trata de pesquisas qualitativas em educação referente a comportamento. O emprego desse instrumento pode se unir a qualquer um outro método de

coleta de dados, como por exemplo, no caso dessa pesquisa, a análise documental. Outro aspecto positivo apresentado em defesa da observação, é que, a partir da casualidade, esse mecanismo proporciona o registro no ato e no momento da ocorrência, podendo, através disso, subtrair com profundidade aspectos relevantes dos comportamentos.

Essa técnica, ou a técnica da observação é vista como a mais disponível para a coleta dos dados. No entanto, é a que demanda mais tempo e envolvimento por parte do pesquisador, além de exigir uma formação e treinamento prévio. É necessário que o pesquisador faça uso, não só da sua visão, mas de todo o conjunto dos seus sentidos, para se alcançar resultados sérios e válidos.

No caso dessa pesquisa, para a aquisição de informações, foi adotado o método da observação como coleta dos dados. Considerando o tipo de observação empregado, por se compreender essa técnica como bastante flexível e que possibilita ao pesquisador fixar-se naquilo que julga importante, tratou-se de uma observação não-participante, estabelecendo-se como observação não-participante aquela em que o observador não se envolve nas atividades do grupo observado.

Juntamente com a observação não-participante, foi empregada a pesquisa não-estruturada, entendendo como pesquisa não-estruturada aquela que, de acordo com Vianna (2003), o observador não procura um comportamento específico, mas apenas observa e registra as diferentes ocorrências.

Quanto à categorização da técnica da observação para coleta de dados, no que refere ao campo de pesquisa, nesse caso ela pôde ser dimensionada como naturalista, já que as observações foram realizadas no campo previamente selecionado, que no caso compreendeu a observação do cotidiano de duas escolas localizadas na Zona Leste de Manaus, e no entanto, adicionadas à Divisão Distrital Leste I da SEMED.

Por concordar que é ética a identificação do pesquisador, a observação desenvolvida assumiu o caráter aberto diante do corpo técnico das escolas observadas. Pelo menos parte dele tinha conhecimento da presença e dos objetivos do pesquisador. No entanto, diante do alunado, que foi o objeto principal dessa observação, considerando a natureza do problema, assumiu-se o caráter oculto, tentando manter a maior discrição possível.

O que se buscou compreender, efetivamente, através das observações realizadas, foi o comportamento e as relações dos alunos, principalmente aqueles identificados como já envolvidos em atos infracionais. Entre os métodos empregados para a observação do cotidiano das escolas selecionadas, buscou-se, através desses mecanismos, o estabelecimento de um rico diálogo entre o pesquisador e a realidade pesquisada, como evidencia Freitas

quando assinala que *"o pesquisador não pode se limitar ao ato contemplativo, pois se encontra perante um sujeito que tem voz"* (FREITAS. 2002, p. 24).

4.4 – **Procedimentos para a análise dos dados**

Para Minayo (1994) o objeto das Ciências Sociais é qualitativo. Seguindo essa diretriz, esta investigação, que envolve realidades humanas vividas socialmente, é composta de uma natureza metodológica qualitativa, o que se reforça diante da colocação de Deslandes (1994), quando essa autora relata que é a forma de proceder que agiliza a dimensão prática para a construção das etapas necessárias a uma investigação,

Tomando por base esses conceitos estabelecidos por Minayo (1994) e Deslandes (1994), através dos quais essas autoras defendem a união dialética entre o teórico e o empírico, nesta pesquisa coloca-se em prática a concepção de que os conjuntos de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas sim se complementam. Nesse sentido, também se lançará mão do método **quantitativo**, mesmo que de uma forma menos abrangente, já que este método se fará necessário diante da proposta de se conhecer, quantificar, catalogar e mapear as ações voltadas para a inclusão sócio-educacional desenvolvidas pelas escolas observadas e direcionadas aos adolescentes em questão.

4.4.1 – Análise dos documentos

É relevante ressaltar que o presente trabalho será desenvolvido sob a diretriz da abordagem sócio-histórica, já que se compreende que essa abordagem proporciona inúmeras perspectivas para a investigação qualitativa, "*... a pesquisa qualitativa desenvolvida a partir de uma orientação sócio-histórica, é a arte da descrição complementada pela explicação...*" (FREITAS, 2002. p.21).

Portanto, partindo do estabelecimento de uma **matriz analítica** composta de aspectos como a definição do campo a ser observado e pesquisado, da instituição de um cronograma a ser cumprido, da escolha e aplicação dos instrumentos devidos, e dando seguimento à diretriz por ela direcionada para a análise dos materiais coletados, fazendo uso dos recursos oferecidos por esse referencial metodológico, as observações se desenvolveram de uma forma direta e através de registros cursivos. Depois de observados e registrados os fatos, foram dados aos mesmos uma interpretação e consecutivamente uma categorização para o desenvolvimento da análise de conteúdos através de uma leitura crítica e científica.

Seguindo o que propõe Denzin (2006), para alcançar uma maior fundamentação para as conclusões das análises dos dados, a avaliação dos materiais empíricos e a interpretação dos mesmos, se deu buscando realçar as estruturas, as situações e as relações da experiência etnográfica, articulando todos esses procedimentos com os conhecimentos previamente adquiridos e colocados em prática diante do manuseio dos dados recolhidos especificamente nessa pesquisa.

Durante o desenvolvimento de todo o procedimento de construção das conclusões, seguindo o que diz Laville (1999), manteve-se a preocupação de compreender os dados coletados articulando-o com o contexto sócio-cultural da realidade observada. Como orienta Moroz (2002), após a leitura crítica dos conteúdos, para análise final das observações se estabeleceu a interpretação dos dados, buscando através desse procedimento alcançar um melhor significado para os resultados almejados. Durante o desenvolvimento das interpretações dos dados, buscou-se desenvolver esse procedimento sob a luz do referencial teórico estabelecido antecipadamente. Para o encaminhamento das conclusões realizou-se uma discussão com outras pesquisas anteriormente realizadas e utilizadas durante o desenvolvimento dessa análise, como apoio e delimitação do problema observado.

Após esse primeiro momento, os resultados alcançados foram levados para serem revisados pelos funcionários que foram consultados nas escolas observadas, para que assim pudessem avaliar e, confirmar ou não, as conclusões através de uma segunda visão, que ao mesmo tempo seria a visão de quem está cotidianamente mais próximo dos grupos observados.

4.4.2 – Registro dos dados da observação

As informações foram estruturadas no momento da coleta dos dados, ou no momento em que se realizaram as observações, e esses registros foram refinados e codificados no momento da transcrição. O registro das observações teve a natureza narrativa, ou seja, no decorrer dos acontecimentos buscou-se a fidelidade do que e de como aconteceram os fatos observados e registrados.

As observações que complementaram esse estudo, apesar de apresentar uma determinada estruturação e seletividade na coleta das informações, foram desenvolvidas dentro do próprio campo, o que a classifica tecnicamente como naturalista e, conseqüentemente lhe direciona a uma abordagem etnográfica, já que essa abordagem é assim classificada por ter como objetivo principal a descrição de grupo ou sub-grupos diante de uma

visão sociológica, que nesse caso, trata-se de grupos de adolescentes autores de atos infracionais diante do universo escolar.

CAPÍTULO 5

5 – **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao se dar inicio a uma análise do *status* geral e atual da realidade do Município de Manaus, esta cidade, nos dias atuais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2008), apresenta um número populacional em torno de 1,7 milhão de habitantes e o de jovens até 19 anos é de 641,1 mil (37,71%). No que se refere à presença de adolescentes envolvidos em atos infracionais, os meios populares de comunicação local proporcionam um panorama primeiro dessa questão, quando divulgam que a marginalidade juvenil vem aumentando nessa cidade numa proporção em torno de 10% a cada mês (LITAIFF, 26/01/2007).

Quanto aos índices, ao se estabelecer uma reflexão em relação aos mesmos, principalmente aos que são lançados na mídia, torna-se perceptível o fato de que eles encontram-se muito mais direcionados a mostrar e quantificar adolescentes enquanto infratores, do que mostrar que esses mesmos adolescentes também são vítimas, e numa proporção até maior, dos mais variados tipos de violência.

Recentemente, um levantamento feito pela Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Município de Manaus, mostrou que mais de 15 mil jovens, em idade entre 12 e 20 anos, estiveram envolvidos em atos infracionais entre o período de 2007 e 2008; e neste ano corrente, até o presente momento, já foram 500. Já a Delegacia Especializada de Apurações em Atos Infracionais (DEAI), a Inspetoria do Juizado da Infância e da Juventude e os seis conselhos tutelares dessa cidade, apresentam o número de cinco mil menores que foram abordados ou detidos, desde o início do ano até o presente momento, enquanto se encontravam em situação de risco ou praticando alguma infração.

As informações sobre acontecimentos envolvendo adolescentes e violência são divulgadas cotidianamente com bastante rapidez através da globalização da mídia que, muitas

vezes, promove a sensação de impotência diante da impossibilidade de compreender o que está acontecendo no mundo. No entanto, essas notícias têm alcançado dimensões e aspectos que induzem, principalmente cientistas e pesquisadores dedicados às ciências humanas, oriundos de diferentes partes do mundo, a buscarem compreender e explicar fenômenos que seriam os possíveis impulsionadores do aumento nos índices de jovens e adolescentes envolvidos com a violência.

Uma observação primeira dessas análises, permite estabelecer que, um grande número delas apresentam como embasamento as mudanças nas relações sociais entre grupos e indivíduos humanos, como mostra Diegues (2004) para quem, apesar das diferentes formas encontradas, todos os aspectos que articulam e constituem uma sociedade, como por exemplo, a reprodução econômica, ecológica e sócio-cultural, passam pela formação social capitalista, tornando-se impossível desconectar a sociedade moderna e suas mudanças comportamentais do capitalismo globalizado e hegemônico.

Seguindo esse direcionamento, tanto para Diegues (2004) quanto para Kumar (1997), diante das inúmeras mudanças surgidas na atualidade, entre elas as mudanças comportamentais, o fenômeno da "globalização", visto como resultado do sistema capitalista, merece um destaque especial, já que é através dessa globalização que se vê, diminuindo significantemente, as fronteiras entre as mais diferentes sociedades.

Entre os resultados dessa interconexão, percebem-se fundir claramente, principalmente aspectos como o político, o econômico, o social e o cultural. Kumar (1997) ainda acrescenta que "... Há um pluralismo e uma diversidade irredutíveis na sociedade contemporânea. É isso que a torna moderna, em contraste com a tradicional. Há um fluxo um tanto aleatório, sem direção, que perpassa todos os seus setores..." (KUMAR, 1995, p. 114).

Dando continuidade à diretriz teórica estabelecida por esses dois autores, encontra-se dentro dessa perspectiva, uma relação estreita entre as mudanças comportamentais e o estabelecimento delas articulado com os novos modelos sociais. Ou seja, entre essas mudanças e o aumento desenfreado de uma violência delinqüente e infanto-juvenil, o que pode ser considerado, em um primeiro momento, um dos resultados da relação do sujeito observado com a sociedade a qual pertence.

No entanto, torna-se relevante ressaltar que essas mudanças, vistas como características desse momento histórico vivenciado pela humanidade, são tão intensas e expressivas que estão sempre induzindo inúmeros teóricos a aprofundarem e inovarem, de formas distintas, suas interrogações, reflexões e interpretações sobre essa questão. Como resultado, além de aspectos como o sistema econômico capitalista e a globalização, têm se

levantado inúmeras outras hipóteses na tentativa de identificar os possíveis impulsionadores dessas mudanças que, muito provavelmente, acabam por refletir intensivamente nas relações sociais entre grupos e indivíduos humanos na contemporaneidade, o que engloba os jovens e os adolescentes.

Assim, a execução desse trabalho investigativo, apresenta como estrutura primeira, a idéia de que as atuais mudanças comportamentais humanas estão intrinsecamente atreladas com a ascensão de um capitalismo monopolista, excludente e que impulsiona a um consumismo compulsivo, o que vem dando à sociedade um caráter unidimensional, ao mesmo tempo em que se solidifica como instrumento de produção e de dominação, principalmente em países do "terceiro mundo", onde se assiste de uma forma bem mais livre e expressiva, a um processo de integração econômica sob a égide do neoliberalismo, caracterizado pelo predomínio de pequenos grupos que manipulam os interesses financeiros do país, através de aspectos como a desregulamentação dos mercados, as privatizações das empresas estatais e, principalmente, pelo abandono do estado de bem-estar social.

Estes aspectos levam inúmeros críticos, estudiosos e pesquisadores a apontarem para a globalização, principalmente a globalização econômica, como principal responsável pela intensificação da exclusão social, no qual assiste-se, como dito anteriormente, como reflexo, o aumento do número de pobres e desempregados, e conseqüentemente, o aumento da violência em praticamente todos os seus aspectos. Harvey (1992) encerra essa discussão expondo que "... há abundantes evidências a sugerir que a maioria dos escritores'modernos' reconhece que a única coisa segura na modernidade é a sua insegurança, e até a sua inclinação para 'o caos totalizante'" (HARVEY, 1992, p. 22).

Sob a luz dessa perspectiva, essa análise perpassa pela contextualização do relacionamento do ser humano com a sociedade na qual se encontra inserido, seguindo a idéia de que o homem é um ser que se constitui através do meio cultural, onde é ao mesmo tempo produtor e intérprete desses sistemas, o que, no caso aqui presente, dá a diretriz para a busca da compreensão do curso das transformações comportamentais que aqui se questiona, o que também envolve a compreensão da gênese social que se presencia nesse momento histórico.

Neste estudo, priorizou-se a compreensão do relacionamento entre os eventos singulares com outros planos do meio cultural no qual os sujeitos observados estão inseridos, ou seja, se estabeleceu como fundamentação teórica a visão do ser humano como um ser histórico-social, que encontra-se inserido em uma totalidade dialética, como coloca Aranha (2006), "isso significa que as coisas estão em constante relação recíproca e que nenhum

fenômeno da natureza ou do pensamento pode ser compreendido isoladamente, separado dos fenômenos que o rodeiam" (p. 132).

Portanto, esta pesquisa, no que se refere à relação entre adolescência, violência e o universo escolar, busca compreender, como contribuição para o processo de construção do conhecimento, as redes de relações estabelecidas por esses adolescentes dentro de suas respectivas escolas. Assim, a análise aqui desenvolvida, ao buscar a compreensão de formas de inserções praticadas pelas escolas observadas, enquanto instituições educacionais, intencionou subtrair a compreensão de ações que essas instituições estejam desenvolvendo diante da presença de adolescentes, ou grupos de adolescentes, vinculados a "galeras", e que são voltadas para combater ou prevenir a presença significativamente numerosa de adolescentes freqüentadores das respectivas escolas, e que se encontram envolvidos em atos infracionais ou violentos.

5.1 – **Percebendo a relação escola e adolescentes**

O fato de trabalhar como professora há três anos e estar como Assessora Pedagógica da Divisão Distrital Leste I da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), há aproximadamente um ano, facilitou em muito o acesso às escolas. Primeiramente diante do corpo técnico-administrativo, pois já havia um conhecimento prévio, o que proporcionou uma abertura para conseguir todos os documentos analisados e para realizar a observação não participante. Essa facilidade também se estendeu diante do alunato, pois minha presença nas escolas, apesar de não ser uma constante, também não foi percebida como uma novidade.

Quanto aos procedimentos empreendidos para o desenvolvimento das observações, buscou-se estabelecer a seguinte seqüência: em um primeiro momento dar um determinado passeio pelos corredores e arredores da escola, intencionando identificar a rotina de funcionamento da mesma e o tipo de movimentação dos alunos nesses espaços. Em seguida, foram realizadas observações no interior de algumas salas de aula, especificamente salas de aulas que foram apontadas pelo corpo técnico da escola como as que incluíam alunos com o perfil buscado.

Quanto ao passeio nos corredores e arredores da escola, o objetivo foi, além de identificar os alunos ausentes da sala de aula durante o horário de aula, registrar o por quê dessa ausência, como também identificar como a escola reage diante desse fato. Por manter vínculos profissionais, mesmo que de uma forma indireta, com as escolas observadas, foi permitido o estabelecimento do conhecimento prévio, tanto da estrutura física quando do

corpo técnico da escola. Também foi possível o acesso a relatórios das escolas, elaborados pela Divisão Distrital Leste I, os quais abordam, de uma forma geral, questões como a infra-estrutura, aspectos pedagógicos, rendimentos escolares, falta ou frequência de professores, etc.

Em relação ao comportamento e a inter-relação dos alunos observados, tanto à sala de aula quanto aos demais espaços, como corredores, refeitório e pátios, principalmente durante o intervalo, serviram como local de investigação. No primeiro momento se buscou perceber o comportamento dos alunos previamente identificados através dos registros das fichas de acompanhamento dos estudantes. Dentro da sala de aula, buscou-se identificar aspectos como comportamento, relações interpessoais com os colegas e com o professor, participação nas atividades coletivas e individuais, rendimento, interesses e curiosidades, como também identificar seus gestos, suas falas, expressões e movimentos.

A execução dessas observações se manteve embasada, em todo o seu percurso, na percepção de escola de acordo com o que é colocado por Aranha (2006), ou seja, essa autora traz a idéia de que a escola é um espaço detentor de inúmeros desafios. Dentre eles está o de também ser esse espaço um transmissor de idéias e valores que refletem a prática social vigente, e na medida em que não consegue assimilar e transmitir todos esses segmentos acaba por se tornar um espaço de exclusão, privando, principalmente os seus alunos de uma apropriação cultural. Em resumo, essa autora coloca que "é importante a intervenção da escola na recuperação do universo de valores" (p. 26).

Para facilitar a identificação das escolas que foram observadas, as mesmas receberam as seguintes classificações: "J" e "E".

A escola "J" atende ao ensino de 1º ao 5º ano do ensino fundamental e tem uma turma de PAA (Programa de Aceleração da Aprendizagem), que é programa voltado para crianças entre 10 a 14 anos que se encontram fora da idade escolar estabelecida pelo MEC no que refere ao ensino fundamental menor. O espaço físico da escola é algo peculiar. A escola ocupa um prédio alugado, no entanto só algumas salas do prédio podem ser utilizadas. Outras não fazem parte do contrato do aluguel, dificultando a realização de atividades extraclasse. Outra peculiaridade da escola "J" é que essa escola só se tornou autônoma há aproximadamente um ano e meio, antes desse período estava anexada a uma outra escola e funcionava no que se conhece por horário intermediário, ou seja, entre os horários de dez às quatorze horas. Por esse motivo essa escola é definida como "recente" e não "nova".

Além do Gestor e da Pedagoga, a escola "J" é composta por dezoito Professores, quatro Auxiliares de Serviços Gerais e quatro Seguranças, sendo dois no turno diurno e dois

no noturno. O corpo administrativo dessa escola é composto apenas pelo Gestor e pela Pedagoga, o que os leva a além de assumir as suas próprias obrigações como orientação, apoio, planejamento, etc., necessitam assumir as demais funções como as da secretaria.

Talvez por se tratar de uma escola com um pouco mais de um ano de independência, ainda não foi instituído o Conselho Escolar, mas já se encontra em processo final de elaboração, necessitando de alguns reajustes finais e do montante de R$ 700,00 (setecentos reais) para registro em cartório. A não instituição do Conselho Escolar tem limitado demasiadamente o repasse de recursos financeiros para essa instituição.

A escola hoje trabalha com um contingente de 650 alunos, divididos nos turnos matutino e vespertino e distribuídos em 13 salas de aula. Além das salas de aula a escola também é composta por um espaço que abriga a secretaria, a direção, a biblioteca, e um depósito onde se guardam tanto os mantimentos para merenda escolar quanto os produtos de limpeza. Há também uma sala de vídeo e uma outra sala onde são realizadas as atividades de Educação Física.

Em relação a alunos envolvidos com violência ou gangues de rua, foram encontrados na escola "J" inúmeros registros de dificuldades relacionados aos alunos, principalmente os alunos do PAA. Diante do que foi observado em relação aos registros referentes a esses alunos, evidenciou-se que além da relação dos mesmos com a violência, uma outra dificuldade enfrentada pelo gestor dessa escola, é que um número significativo deles, apesar de matriculados, não estão freqüentando a escola.

Como tentativa de amenizar esse problema, o Gestor da referida escola conseguiu um mapa do bairro, o anexou na parede da sua sala, mapeou a residência de cada um desses alunos, elaborou um questionário[4] e rastreou cada um deles até as suas respectivas residências, em sua própria motocicleta. Diante da atitude desse Gestor, torna-se importante ressaltar que o bairro onde se localiza a escola "J" é popularmente conhecido como um dos mais perigosos da cidade de Manaus por concentrar cartéis de tráfico.

Nos diálogos estabelecidos com esse Gestor durante as visitas a respectiva escola, o mesmo externou o seu desconforto diante também da estrutura física da mesma, inclusive por essa limitação lhe impedir de desenvolver trabalhos extracurriculares com os alunos, principalmente os alunos do PAA, que segundo ele, são adolescentes que na maioria dos casos vivem em condições sub-humanas (o que ele constatou durante as visitas às residências dos mesmos), como também que esses adolescentes são privados de qualquer tipo de lazer.

[4] Modelo do questionário em Anexo.

Diante desse fato, e com recursos próprios, o Gestor já deu início à construção de alguns canteiros para desenvolver um projeto de Horta-Escolar com esses alunos. No entanto, de acordo com ele, o espaço é tão pequeno que o impede de conseguir apoio de empresas, como a Petrobras[5], que já chegaram a visitar o local, mas o considera inviável. Além dessas dificuldades referentes ao espaço físico da escola, que limita o desenvolvimento de qualquer projeto extraclasse, outra colocação feita pelo Gestor foi que não aparece ninguém para fazer a limpeza dos espaços em volta do prédio, o que possibilita o crescimento do que ele denomina como "mato", como também a proliferação de ninhos de pombos nos telhados.

Quanto à documentação consultada referente à escola "J", foi tido acesso ao Relatório Sócio-comportamental de alguns alunos. Há um relatório de análise geral sobre o primeiro bimestre da escola, gráficos com as análises técnicas dos rendimentos do primeiro bimestre das turmas do PAA e um relatório sobre o processo evolutivo e avaliativo dos alunos do PAA.

Em relação aos relatórios dos aspectos sócio-comportamentais dos alunos do PAA, foram observados os de quatro alunos apontados pelo Gestor como os casos que realmente são dignos de destaque. O Gestor está mantendo, inclusive, contato com o Núcleo de Estudos em Psicopedagogia Diferencial (NEPPED) da Universidade Federal do Amazonas, objetivando o encaminhamento desses alunos para aquele centro de apoio. Dos quatro alunos destacados, três já estabeleceram o primeiro contato com o núcleo. O quarto, o pai que é o responsável pelo adolescente, negou-se a levá-lo, justificando que não se faz necessário tal acompanhamento. Diante da atitude desse pai, o Gestor retornou à casa do mesmo, disse ter tido uma conversa ríspida em relação ao assunto, chegando a ameaçá-lo a denunciá-lo ao Conselho Tutelar.

Através de uma análise geral desses quatro relatórios, destacaram-se os pontos que são comuns aos quatro alunos, como por exemplo, o fato de que todos apresentam dificuldade de concentração em relação à realização das atividades de classe; não demonstram satisfação em estarem no espaço escolar; conseqüentemente apresentam também dificuldades em outros aspectos pedagógicos, como a linguagem oral e a escrita; não apresentam rendimento satisfatório e são alunos faltosos.

Entre os quatro relatórios analisados, há um deles que se destaca entre os demais, pois além das dificuldades acima relacionadas, também apresenta outras características como o fato de não ter um bom relacionamento e demonstrar agressividade com os colegas de sala de aula; riscar a carteira e o material escolar, como livros e cadernos; não gostar de socializar-se

[5] A Petrobras desenvolve vários outros projetos nesse bairro da cidade de Manaus.

com os colegas; não respeitar as regras da professora; não gosta de ser chamado a atenção, chegando a se irritar quando isso acontece; além de muito raramente concluir as atividades, sejam individuais ou de equipe. Esse aluno está com 13 anos. No momento do intervalo, na maioria das vezes, permanece isolado dos demais. Em relação a esse aluno em especial, a escola tem solicitado da mãe o acompanhamento com especialista o que, segundo o Gestor, não tem apresentado resultados. Esse aluno já trocou de sala e pouco tem freqüentado a escola este ano.

Entre esses quatro alunos há um adolescente, com também 13 anos de idade, que não vem freqüentando a escola. O Gestor relatou que ao chegar no endereço registrado na ficha do aluno na escola, deparou-se com a avó do mesmo, que além de lhe repassar o novo endereço onde o adolescente se encontra morando com a mãe, também lhe contou que o mesmo está trabalhando para o tráfico de drogas.

Chegando a casa do menor e lhe perguntando o por quê do abandono à escola, o mesmo lhe respondeu que perdeu o interesse pela escola após assistir ao assassinato do irmão mais velho de 15 anos, fato que ocorreu há aproximadamente dois meses. No entanto, comprometeu-se com o Gestor que estaria voltando a freqüentar a escola. A mãe, animada com a resposta do filho, comprometeu-se em acompanhá-lo, que, de acordo com o Gestor, foi reprimida com tom grosseiro pelo adolescente, afirmando que não fazia sentido a mesma o acompanhar. Os outros dois alunos observados também não se encontravam presentes durante as visitas às escolas, e ainda, de acordo com as colocações do Gestor, são jovens envolvidos com “galeras”.

Ao ser feita uma análise sobre o perfil geral desses quatro adolescentes, evidencia-se que, além dos aspectos sócio-comportamentais relatados pela escola, há outras características que também são comuns aos mesmos, entre elas destaca-se a situação de pobreza extrema em que vivem. De acordo com os questionários preenchidos pelos responsáveis desses adolescentes quando da visita do Gestor em suas residências, os quatros adolescentes são filhos de pessoas que migraram do interior para a capital Manaus nos últimos anos, são do sexo masculino, estão em idade entre doze e treze anos, três moram só com um dos pais, o quarto mora com a avó. Quanto à residência desses adolescentes, de acordo com o Gestor, todos moram em “becos”.

Há ainda a junção de outros aspectos como a falta de formação dos pais, baixo nível salarial da família, falta de assistências básicas por parte dos órgãos governamentais, entre tantos outros, que impulsiona à reflexão que, no caso da escola “J”, mesmo diante de tanto esforço desprendido por seu Gestor, a soma desses aspectos tem dificultado o sucesso do seu

empenho, como a própria limitação do espaço físico e dos demais recursos identificados na referida escola.

Diante desse quadro, e da nova ordem comportamental, que vem surgindo e se estabelecendo entre adolescentes, no caso dessa análise, adolescentes alunos de escolas públicas periféricas de grandes centros urbanos como a cidade de Manaus, Feffermann (2006) nos leva a refletir sobre a seguinte questão: Adolescentes e jovens necessitam de reconhecimento social para a construção de uma identidade. Diante do que foi visto, até que ponto o aumento nos índices, do que a autora denomina como "violência juvenil", está atrelada a formas variadas e esforços desses adolescentes para se afirmarem e participarem de um mundo contraditório, que freqüentemente os lançam à vulnerabilidade provocada por uma socialização incompleta?

Portanto, se pode perceber que a soma da necessidade de reconhecimento social, diante de um Estado que oprime, de uma forma ainda mais injusta, a classe subalterna, levando esses adolescentes à situação de desrespeito e privações, como diz Feffermann (2006), "acaba por ser a vereda propiciadora para a adesão ao crime, principalmente o tráfico de drogas, que vem se expandindo onde o Estado vem igualmente se tornando omisso" (p. 14).

Quanto ao Parecer Técnico Pedagógico, no que diz respeito às anotações referentes aos rendimentos do primeiro bimestre da escola, ele relata que apesar dos obstáculos impostos pela infra-estrutura e de outros entraves a respeito do espaço inadequado para o funcionamento da escola, a equipe técnica e os professores têm buscado desenvolver atividades focadas no desenvolvimento das habilidades da leitura e da escrita dos alunos, como também buscado dinamizar as aulas envolvendo materiais concretos e jogos pedagógicos. Também foi considerado pela equipe de assessoramento pedagógico, responsável pela análise e elaboração do parecer técnico, que as atividades desenvolvidas pela escola, durante o primeiro bimestre do corrente ano letivo, foram diversificadas e desenvolvidas de forma a estabelecer uma integração, proporcionando momentos agradáveis com a intenção de nortear o conhecimento dos educandos.

Em relação a equipe de assessoramento pedagógico, se torna relevante ressaltar que essa equipe técnica é responsável por uma intermediação entre as escolas e a própria SEMED. Ela é formada por profissionais da Educação, em sua maioria pedagogos, que têm entre as suas obrigações acompanhar as escolas, pelas quais são responsáveis, durante todo o ano letivo, fazendo um levantamento de todos os aspectos que constroem o ambiente escolar,

como os pedagógicos, administrativos, de infra-estrutura, etc; emitir parecer e contribuir como lhe for possível para a melhoria da educação como um todo.

Neste caso, em relação ao parecer técnico emitido por essa equipe, no que diz respeito à análise do desempenho geral da escola "J" durante o primeiro bimestre, foi percebido uma determinada superficialidade, uma falta de aprofundamento em relação aos vários aspectos que envolvem a escola e que não estão expostos no relatório.[6]

Em relação ao relatório emitido pela escola, através dele se torna possível detectar, com maior profundidade, os aspectos pedagógicos vivenciados, como também as dificuldades enfrentadas pela mesma. De acordo com esse relatório, em relação às dificuldades encontradas no referente ao rendimento e comportamento dos alunos, a escola buscou superar essas questões através de reuniões individualizadas com as famílias, o uso de recursos pedagógicos como um plano de reforço e o acompanhamento individualizado uma vez por semana para esses alunos. Também foram realizadas reuniões com o conselho tutelar e funcionários da área de Saúde.

Entre as inúmeras dificuldades apresentadas pela escola, entre outras, está a questão relacionada ao espaço físico, que além de extremamente reduzido, também se encontra com salas de aula sem iluminação adequada e sem refrigeração. Há ainda a ausência de funcionários, o que acarreta uma sobrecarga e acúmulo de funções inerente aos cargos; ausência de livros didáticos; ausência de recursos didáticos audiovisuais; ausência de acompanhamento da família no aprendizado do aluno e a baixa freqüência dos mesmos. Ainda de acordo com esse relatório, apesar das dificuldades, ocorreu um avanço em 50% (cinqüenta por cento) dos casos de baixo índice de aprendisagem, e de um modo geral, tem se alcançado uma melhora em relação às ações propostas pela escola.

Quanto à presença de violência entre os alunos fora e dentro da sala de aula, nessa escola só há uma turma com adolescentes, que é a turma do PAA, como citado anteriormente, que engloba alunos entre dez e catorze anos de idade. No referente a essa turma, durante as duas visitas realizadas, foi identificada uma certa inquietação da turma, ou pelo menos em mais de 60% dela, como também uma falta de concentração dos alunos e um tom geral de brincadeiras. Gestos como agressões verbais, empurrões e inquietação na sala de aula, para surpresa do observador, foi identificado muito mais intensificados entre as meninas do que entre os meninos.

[6] Cópia em Anexo.

No entanto, no referente aos alunos identificados como autores de atos infracionais, nenhum dos quatro se encontrava na escola durante o período dessas visitas, e, de acordo com o questionário aplicado pelo Gestor aos responsáveis dos mesmos, durante sua visita às respectivas residências, as justificativas apresentadas para a ausência desses menores na escola foram problemas familiares como doença, viagem, e no caso do aluno envolvido com o tráfico de drogas, a morte do irmão. Houve ainda, entre as justificativas, a separação dos pais e falta de interesse do responsável.

Por fim, no referente à análise geral do quadro que compõe a escola "J", pode-se concluir, em um primeiro momento, que diante de uma questão como a educação, pouco ou quase nada se pode progredir só com o esforço individual de um ou outro personagem. Faz-se necessário a união de forças como a família, a escola e os órgãos públicos responsáveis pelo setor da educação, como também é de máxima importância abrir leques de parcerias, com instituições privadas, ONGs e Centros Universitários, entre tantos outros, na busca de ampliar recursos para o desenvolvimento e melhoria da qualidade da educação pública, não só na cidade de Manaus, mas no Brasil como um todo.

Diante do que foi identificado na escola "J", Libâneo (2003) contextualiza esse quadro diante do cenário mundial quando coloca que:

> A reorganização do capitalismo mundial para a globalização da economia, trouxe novas exigências e novo discurso para o setor educacional, sobretudo a partir da década de 80, quando se torna evidente o surgimento de dois paradigmas, o da liberdade econômica e o da igualdade social, que inclui uma educação de qualidade para todos. Essa nova orientação política, baseada no neoliberalismo, evidencia o fracasso da escola pública baseado na incapacidade administrativa e financeira do Estado, e evidencia a primazia da iniciativa privada, regida pelas leis de mercado (LIBÂNEO, 2003, p. 101).

Quanto às observações realizadas na escola "E", inicialmente foram estabelecidos os mesmos procedimentos que os aplicados na escola "J", ou seja, ao adentrar no prédio da referida escola, primeiro buscou-se circular pela mesma com o objetivo de identificar possíveis alunos que se encontrassem circulando fora da sala durante o horário de aula. Em seguida, buscou-se o contato com o responsável pela escola no momento da visita.

Na primeira visita realizada nessa escola, durante o momento em que circulava pelos corredores, presenciei uma situação um tanto quanto inusitada. Dois alunos do 8º ano saíram de uma sala de aula empurrando um carrinho que continha uma televisão de 29' e um aparelho de DVD. Os dois cruzaram por mim no corredor empurrando o tal carrinho descuidadosamente, brincando, sem proteger o aparelho e acelerando os passos, a mais ou

menos um metro depois de terem cruzado por mim, ouviu-se o estrondo do aparelho de TV no chão.

O que mais chamou a atenção, em relação a esse acontecimento, foi o fato de que, logo após o aparelho ter caído, um dos alunos passou a isentar-se de qualquer culpa e, automaticamente, jogar toda a culpa no outro, e esse outro, por sua vez, não demonstrou preocupação em relação a defender-se.

Muito rapidamente a cena estava composta de inúmeros outros alunos, e quanto mais a multidão crescia, mais o primeiro aluno insistia em culpar o segundo, até que chegou a professora que estava responsável pela turma dos dois alunos naquele momento, e conseqüentemente, também responsável pelos aparelhos eletroeletrônicos. Ao compor a cena e ao ouvir a acusação do primeiro aluno sobre o segundo, automaticamente a professora tomou o discurso para si, passando a também acusar unicamente o aluno que já vinha sendo acusado. Como presenciei toda a cena, vi que os dois alunos vinham igualmente brincando e igualmente descuidados em relação aos aparelhos que estavam empurrando, mas me mantive quieta, observando o desfecho do ocorrido.

Ao me dirigir à sala dos professores em busca da pedagoga, que estava respondendo pela escola naquele momento, deparei-me com a professora que estava responsável pelos aparelhos e com os próprios aparelhos danificados. Logo veio o intervalo e cada professor que adentrava a sala e via os demais professores rodeando o aparelho, perguntava o que estava acontecendo. Ouvia-se a professora repetindo o mesmo discurso, ou seja, culpando unicamente o segundo aluno. Até que intervi, perguntando a professora se o aluno acusado seria também o mais peralta da sala de aula, o que ela me respondeu positivamente.

Esse acontecimento possibilitou a percepção de vários comportamentos diante do mesmo fato. Um dos alunos que empurravam a TV, o da professora que em nenhum momento questionou o posicionamento dos dois alunos, no entanto assumiu a responsabilidade diante do aparelho danificado, e por último, dos demais professores, que acabaram por tratarem o fato comicamente. Em seguida, chegou a professora que estava temporariamente responsável pela escola, já que a pedagoga oficial se encontrava de férias e o gestor ausente naquele momento. Essa professora, durante o período matutino, é professora de Artes, e no turno vespertino está como Apoio pedagógico.

A escola “E” se localiza na área urbana periférica da Zona Leste da cidade de Manaus. Funciona durante os três períodos: vespertino, matutino e noturno. É composta de onze salas de aula, sendo seis do 5º ao 9º ano, quatro salas do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e uma sala de recursos. Há ainda um laboratório de informática e uma biblioteca. Quanto ao Projeto

Político Pedagógico e o Plano de Gestão anual, a escola ainda está concluindo a sua elaboração.

Durante o turno matutino funcionam duas turmas de 5º ano, três turmas de 6º ano, duas turmas de 7º ano, duas turmas de 8º ano e uma de 9º ano. No turno vespertino funcionam quatro turmas de 6º ano, duas turmas de 7º ano, duas turmas de 8º ano e duas turmas de 9º ano. Durante o turno noturno são duas turmas de 6º ano, duas turmas de 7º ano, uma turma de 8º ano e uma turma de 9º ano. O Ensino de Jovens e Adultos funciona no turno noturno com uma turma de primeira fase A, uma turma da primeira fase B e duas turmas da segunda fase.

O corpo administrativo dessa escola é composto por um gestor, uma secretária, três auxiliares administrativos, três pedagogos (cada um em um turno), dois apoios pedagógicos (um no vespertino e outro no noturno), um articulador de projetos, e uma bibliotecária no turno noturno. Ao todo são trinta e nove professores, oitocentos e sessenta alunos, sete serviços gerais e um agente de saúde.

A escola está envolvida em alguns projetos e programas como o Programa de Erradicação das Drogas (PROERD) e Honra ao Mérito. Além do Laboratório de Informática, que funciona nos turnos matutino e vespertino, há também o Laboratório de Ciências Brink Móbil que funciona nos turnos vespertino e noturno. Os demais eventos realizados pela escola são: O Dia da Água, Dia das Mães, Gincana das Cores, Semana do Meio Ambiente, Dia da Árvore, Festa Junina, Dia Internacional da Mulher, Páscoa, Seminários, Festivais, Cantata de Natal, Dia do Amazonas e Semana do Trânsito.

Foram realizadas três visitas observacionais a essa escola, em horários distintos. Durante a segunda visita, que ocorreu pelo horário da manhã, em conversa com a professora de Artes, que se encontra como apoio pedagógico, a mesma estando inteirada dos interesses dessa observação, relatou que sendo o seu esposo policial, durante o final de semana que antecedeu essa segunda visita à escola, o mesmo prendeu três adolescentes em flagrante por assalto à mão armada. Os três adolescentes foram identificados pela pedagoga como alunos da escola, sendo um do turno vespertino, outro do turno noturno e o terceiro que está registrado na escola como abandono escolar.

Fazendo um levantamento do perfil do aluno do turno vespertino, que foi preso em flagrante por assalto a mão armada, identificou-se que esse aluno freqüenta o 8º ano e que está nessa escola pelo sétimo ano consecutivo. Os demais alunos não tinham conhecimento do ocorrido, pelo menos não até o dia daquela visita.

No dia da visita observatória à escola no turno vespertino, esse aluno já havia sido solto e se encontrava na sala de aula. Ao adentrar na sala de aula e identificar o aluno, foi

percebido que ele estava sentado, com um semblante calmo e lendo algo, que não foi possível identificar de que livro se tratava, mas é certo que não era nenhum material da escola.

De acordo com a pedagoga, esse aluno nunca demonstrou mau comportamento em sala de aula, nem fora dela, é respeitador com os professores, com o administrativo da escola e com os demais colegas. A professora de História, que é professora do menor desde o ano passado, o classificou como muito brincalhão em sala de aula, "está sempre com um sorriso no rosto". No entanto, desde o ano passado tem faltado bastante e não participa das atividades da sala de aula. Aliás, essas duas últimas características são comuns também ao aluno da noite.

Quanto ao aluno do turno noturno, ele é aluno dessa escola há quatro anos, e de acordo com a pedagoga, que também já foi sua professora, é um aluno que não apresenta maiores transtornos em sala de aula. A pedagoga definiu esse aluno como "sonso". Os dois alunos, o do turno vespertino e o do turno noturno apresentam um baixo rendimento, e ambos já estão com mais de 55 (cinqüenta e cinco) faltas só no primeiro bimestre do corrente ano letivo. No momento da visita à escola, a mãe do aluno do turno vespertino chegou na escola para conversar com o Gestor.

De acordo com as observações realizadas na escola "E", o turno matutino aparenta uma tranqüilidade maior em relação ao turno vespertino. De uma forma geral, no turno vespertino é perceptível uma inquietação maior por parte dos alunos. Também é nesse turno que vem ocorrendo com certa freqüência brigas entre "galeras" no horário de saída da escola. A novidade em relação a esses conflitos é que vem aumentando significantemente o numero de brigas entre galeras compostas por adolescentes do sexo feminino, fato extremamente novo diante do até então conhecido em relação aos adolescentes ligados a esses grupos. Durante o momento da visita no turno vespertino, foi presenciado quando alguns alunos vieram avisar a pedagoga e ao gestor da escola, que havia uma galera rival aguardando as alunas da escola em um lugar estratégicas prontas para o conflito. Diante desses acontecimentos, que estão ocorrendo com uma determinada freqüência, a escola resolveu chamar os pais ou responsáveis pelas alunas identificadas como pertencentes a esses grupos, para assinarem termos de responsabilidade e participarem de reuniões sobre essa questão, inclusive com a assinatura de Atas.

Dois fatores foram observados como possíveis possibilidades para justificar o comportamento significantemente diferenciado entre os alunos de um e de outro turno, o primeiro deles é o fato de que os alunos do turno vespertino apresentam uma faixa etária um pouco mais elevada, o segundo seria o fato de que, por se tratar da cidade de Manaus, cidade

em que a temperatura média anual varia entre 38 a 40°C, durante o turno vespertino o desconforto térmico é ainda mais incidente.

No que diz respeito à escola "E", foi percebida uma determinada dispersão do corpo técnico administrativo em relação ao corpo discente. Durante o horário de aulas foi identificado, no turno vespertino, alguns casais de alunos se abraçando pelos corredores da escola. Inclusive, as meninas chegam a realizar verdadeiras reformas no fardamento escolar de modo a deixarem as blusas bem mais curtas, explorando com isso toda uma sensualidade. Essa determinada dispersão do corpo técnico em relação ao alunato, possibilita que um grande número de alunos fique circulando pelos corredores e arredores da escola durante o horário de aula. No turno matutino esses aspectos parecem ser menos freqüentes.

De acordo com a professora, com a qual se estabeleceu um diálogo, a escola está fazendo um acompanhamento individualizado com alunas e alunos identificados como portadores de uma má conduta dentro da escola, chamando os país de cada um deles e pedindo que assinem um termo de responsabilidade diante do Estatuto da Criança e do Adolescente. No referente à sala de aula, para combater as alunas e os alunos que costumam tumultuar o ambiente, foi eleito um líder de classe. Esses líderes foram presenteados com uma agenda, na qual lhes foi dada a responsabilidade de registrar o nome do aluno (a) tumultuador (a) e os detalhes sobre o tipo de tumulto, horário, etc.

Outras dificuldades enfrentadas pela escola "E", de acordo com o Parecer Técnico Pedagógico emitido pela Divisão Distrital Leste I, são as evasões escolares, que apresentam índices muito altos; baixos rendimentos e a indisciplina, principalmente no turno vespertino. Quanto aos baixos rendimentos, segundo o Parecer Técnico, chegam a atingir índices de reprovação tais como 52% em Língua Portuguesa, 69% em Matemática, 57% em Ciências, isso só em uma turma de 5º ano. Outra situação em relação a rendimentos nessa escola, de acordo com esse Parecer, são duas turmas de 8º ano que se encontram sem notas na disciplina de História até o presente momento.

Como citado anteriormente, através da análise dos relatórios e das observações na escola "E", pode-se concluir que há um certo descaso por parte da equipe administrativo-pedagógica dessa escola em relação aos problemas detectados e que envolvem os alunos, principalmente aqueles que apresentam algum tipo de dificuldade. Pode-se ter como exemplo os três alunos que foram presos em flagrante por assalto à mão armada. Os mesmos são alunos antigos da escola, e de acordo com o que foi percebido, os três já vinham apresentando problemas como baixo rendimento, baixa freqüência e desinteresse pelas atividades didático-pedagógicas da escola desde anos anteriores. No entanto, nada foi feito pela escola até o

presente, e de acordo com o que foi percebido, não há projetos, programas, ações, ou qualquer outro tipo de atividades sendo executados ou mesmo em planejamento. O que se evidenciou foi um repasse de responsabilidade para os pais ou responsáveis. Apesar da escola ter um bom espaço físico e um bom número de funcionários.

Também foi identificado na escola "E" que, até o momento das visitas, o que já ocorreu logo após o final do primeiro bimestre do corrente ano, ainda havia professores que não tinham entregado as notas finais do bimestre para os alunos, como também disciplinas que, apesar de ter professor no quadro da escola, os alunos nem sequer tinham notas com esses professores devido aos mesmos faltarem demasiadamente. Nessa escola procurou-se saber quantos alunos freqüentam a sala de recurso e não havia registros sobre isso. Também não há documentação sobre os projetos desenvolvidos na escola. Foi também identificada uma certa desarticulação entre Gestor, Pedagogas e Professores.

Na escola "E" não há nenhuma ação ou programa destinado ao combate ou prevenção da violência, nem contra a evasão escolar. A escola chegou a tentar colocar alguns dos alunos identificados como indisciplinados como monitores de atividades como informática, mas os alunos não assumiram o compromisso.

Segundo dados do Conselho Tutelar, a maioria dos atos violentos envolvendo adolescentes são praticados dentro ou ao redor da escola. O gestor registra o fato e encaminha para o Conselho Tutelar em busca de orientação. O Conselho Tutelar por sua vez encaminha para as instâncias responsáveis, e muitos adolescentes a partir de doze anos, envolvidos em casos extremos, como venda de drogas e homicídios, são encaminhados para o cumprimento de medida socioeducativa de internação no Centro Sócioeducativo Dagmar Feitosa. Nesses abrigos, os adolescentes podem passar três dias de internação ou ser encaminhados para a Delegacia de Atos Infracionais acompanhados por um (a) Assistente Social e um(a) Psicólogo(a), onde vão ser analisados por um Promotor, e partir de então, ou são encaminhados para o Dagmar Feitosa ou para trabalhos na comunidade.

Diante do que foi detectado na escola "E", torna-se importante lembrar, como coloca Mantoan (2003), que a escola tem uma função formadora e instrutora universal, e para que cumpra a sua proposta de inclusão, é necessário que aconteça uma ruptura na atual estrutura organizacional. O resultado dessa quebra de paradigmas certamente será uma formação onde os indivíduos sejam capazes, de uma forma adequada, de alcançar o seu pleno desenvolvimento.

Ao contrario disso, existem escolas que, através de seus representantes, insistem em continuar assumindo modelos escolares antiquados que impõem a exclusão. Para que se

rompa com esses modelos reducionistas, e se adote modelos inclusivos, faz-se necessário uma mudança de perspectiva educacional cuja nova intenção seja alcançar todos os alunos, principalmente aqueles que, de alguma forma, já sofreram a exclusão ou o fracasso, como defende Mantoan (2003).

5.2 – **Leis e representações sociais para adolescentes na cidade de Manaus**

Além de uma Delegacia Especializada de Combate às Galeras, no município de Manaus identificam-se também alguns projetos criados com o objetivo de prevenir a entrada dos adolescentes na criminalidade. Porém, o programa como o Galera Nota 10, que é o mais antigo e que está sob a responsabilidade do Governo do Estado, encontra-se atualmente desestruturado. Há ainda algumas ações da prefeitura apresentadas através dos projetos denominados Agente Jovem, Mudando a História e alguns Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente, esses últimos distribuídos em quatro zonas da cidade. No entanto, esses programas, como também os Centros Integrados, não alcançam um número satisfatório da população como um todo, além de terem seus funcionamentos correspondendo à iniciativa da gestão vigente.

Há também nesse Município, a Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEAPCA), juntamente com o programa de atendimento emergencial e psicossocial ao menor, implantado nos Distritos Integrados de Polícia (DIPs) da cidade de Manaus, e que atendem a um outro grupo, o grupo composto por adolescentes vítimas da violência. Essas instituições costumam atender menores que chegam à Delegacia por terem sido vítimas de conflitos familiares, uso de drogas, fuga do lar, exposição e exploração sexual, espancamento, abuso sexual, e ainda aqueles que foram parar nas ruas por causa de problemas como os referidos acima (BELÉM, 03/05/2009).

No caso da cidade de Manaus, uma das ações executadas pelo Poder Público é o recolhimento, com a posterior liberação, de menores encontrados circulando em horários "impróprios", e que, para essas autoridades, estariam no mínimo expostos à situação de risco. Essas ações criam divergências de opiniões até entre autoridades, especialistas, conselheiros tutelares, promotores, delegados e assistentes sociais envolvidos com as mesmas. Para os executores dessas prisões, as mesmas se justificam por estarem cumprindo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja, retirar das ruas os menores que circulam em horários impróprios e que estão se expondo à situação de risco.

No entanto, para alguns conselheiros tutelares, promotores, delegados e assistentes sociais integrantes dessas ações, é considerado que as mesmas não resolvem. Para estes, são necessárias mais ações e medidas para apoiar os jovens e adolescentes, que por motivos diferenciados, acabam se expondo a situações de risco ou envolvidos com a delinqüência juvenil (BELÉM, 03/05/2009).

Quanto ao envolvimento do setor educacional, foi identificado o Projeto **Escola que Protege**. Trata-se de uma ação que se estrutura, em um primeiro momento, na capacitação dos professores para o enfretamento à violência de crianças e adolescentes, como também para o combate ao abuso e a exploração sexual e comercial dessas crianças e adolescentes. No entanto, essa ação, como todas as outras, não abrange todas as escolas, na verdade, este programa ainda está iniciando na cidade de Manaus, e por isso, até o presente momento só alcançou quatro escolas.

O Programa Escola que Protege é promovido pela Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), em parceria técnica com os Companheiros das Américas (Partners of the America). Diante da concepção de que o espaço escolar é também um lugar de proteção e de educação para o enfretamento dos problemas sociais, entre os objetivos propostos por esse programa, encontra-se o de alertar que o educador está frente ao desafio de identificar a violência e proteger os estudantes. Outro objetivo é o de formar profissionais de educação para atuação na prevenção, reinserção social e educacional da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade à violência. Existe ainda outro programa, como o Agentes Jovens, promovido pela Secretaria de Recursos Humanos (SEND), no entanto, o acesso a informações sobre esse programa não foi possível devido à burocracia dos órgãos responsáveis pelos mesmos.

Quanto à origem do problema, a polêmica é ainda maior. Por exemplo, para muitos, os problemas começam pela desestruturação familiar e a falta de medidas como a de chamar os pais e orientá-los para que tenham mais responsabilidades com seus filhos. Por exemplo, para a Delegada titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente de Manaus, a (DEAPACA), “a raiz do problema está na família”. Para essa delegada a responsabilidade está naqueles pais que permitem que seus filhos menores permaneçam desacompanhados em determinados locais, como baladas, forró ou cinemas, e que também permitem que seus filhos assistam a determinados programas de TV (BELÉM, 03/05/2009).

Há ainda aqueles, como alguns bispos da Igreja Católica, que defendem a idéia de que adolescentes e jovens são vítimas da violência. Para eles, a responsabilidade está nos poderes públicos e na sociedade civil como um todo (MAYRINK, 26/04/2009). Dentre esse leque de

opiniões, também encontram-se aqueles que acreditam que o problema perpassa por todas essas questões e algumas outras mais, como o próprio sistema capitalista, que é por si só excludente. Por fim, ainda não há consenso em relação a opiniões sobre essa questão.

No entanto, ao se refletir sobre o papel da educação diante dessa problemática e diante dessa polêmica, para Guimarães (1998), na maioria dos casos, esses adolescentes são indivíduos que se encontram permeados de valores e estratégias, reinterpretados sob a influência de processos sociais historicamente constituídos. Entre eles, uma forma de organização social diferenciada, específica, articulada e expressiva, que se manifesta na forma de violência. Nesse caso, a violência passa a ser compreendida como um elemento unificador entre indivíduos ligados às "galeras", definindo seus espaços de vida e retraçando suas fronteiras. A autora conclui expondo que "é necessário se pensar a escola como instituição pública co-responsável pela construção e consolidação da ordem social, logo, inserida entre as ações do Estado, em confronto com a presença desses indivíduos em seu interior" (p.24). Portanto, evidencia-se que essa questão passa pelo investimento de uma educação de qualidade para às crianças e os adolescentes

Na atualidade se presencia, em praticamente todas as grandes cidades do planeta, a angustia de muitos diante da presença crescente da violência, que tem entre seus atores indivíduos oriundos de todas as camadas sociais, e que nos últimos anos vem alcançando adolescentes e crianças em faixa etária cada vez menor. Edgar Morin (1977) é reconhecido como um dos primeiros teóricos a abordar, de forma sistemática, a mudança de comportamento dos adolescentes, e relativizou essa mudança de comportamento juvenil com o desenvolvimento da cultura de massas. Nesse sentido, a violência passa a ser compreendida como um fenômeno sócio-histórico, que tem por base as diversas formas de ações criminosas, e que vêm ampliando as suas dimensões em um número cada vez maior.

Portanto, diante do contexto analisado, identificou-se que as conexões entre as escolas públicas municipais de ensino fundamental da cidade de Manaus e a violência manifestada dentro dessas escolas, que vêm se intensificando e se ampliando paulatinamente, segue um paralelo com situações semelhantes observadas nos demais grandes centros urbanos brasileiros.

No caso das escolas que foram observadas, a manifestação dessa violência é protagonizada em quase toda sua totalidade por adolescentes vinculados às galeras, ou quando não, trata-se da atuação da própria galera. Evidenciou-se também que normalmente os adolescentes que se filiam às galeras passam a ter na violência o elemento constitutivo de seus modos de vida, uma espécie de ordenador de suas experiências sociais.

Essas galeras geralmente aglutinam grupos de adolescentes e jovens habitantes da periferia da cidade, formando-se de acordo com a área residencial dos mesmos, e relativamente se aglutinam nas escolas ou no entorno da mesma e estão envolvidos com o tráfico de drogas, sendo essas práticas compreendidas como elementos comuns que proporcionam uma certa continuidade entre eles.

Apesar de claramente se perceber que as escolas vêm sendo estabelecidas como campo de ramificação e de confronto entre esses grupos, chegando a reunir entre dois a três grupos rivais em seu entorno ou dentro dela, o que se identifica em relação ao posicionamento das escolas diante dessa nova realidade, é que ocorre uma determinada acomodação seguida de uma relativa indiferença. Todavia, quanto à percepção das formas de inserção da escola diante dessa realidade, ficou compreendido que, as escolas se encontram permeadas de valores e estratégias reinterpretados sob as influências de processos sociais historicamente constituídos e estabelecidos, portanto ainda presas a esses valores, o que vem as impedindo de assumir posturas mais determinantes diante dessas novas formas de convivência organizadas por esses adolescentes, que apesar de diferenciadas dos valores estabelecidos pela sociedade e pela escola, encontram modos específicos de articulação e de expressão.

No caso das escolas analisadas, ao se identificar o aluno envolvido em ações mais alarmante, dentro da concepção dos responsáveis pela escola, o problema é resolvido se dando a transferência dos mesmos, os quais, em sua maioria, acabam por não retornar aos bancos escolares. Em casos classificados como mais graves, a escola recorre ao conselho tutelar.

Para Guimarães (1998), ao se pensar a escola como uma instituição pública co-responsável pela construção e consolidação da ordem social, inserida entre as ações do Estado, cabe a essas instituições então, o desafio, diante da presença de grupos como as galeras, encontrar formas de relacionamentos e de convivência com esses adolescentes que freqüentam o seu interior.

Por fim, ao se contemplar a história da trajetória da educação no Brasil, e principalmente ao se perceber a sua aplicação na atualidade, no caso específico das escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Manaus, se presume que se presencia um sistema que se encontra invulnerável, dominador e controlador; que procura manter e perpetuar os interesses da classe dominante, a qual estende seu poder às instituições políticas, econômicas e educacionais. O que gera a sensação de se estar presenciando uma ditadura do capital executada por um sistema de coronelismo.

Entretanto, é fundamentalmente necessário se manter a crença no poder de transformação da educação, que não se esgota ou se limita as paredes dos estabelecimentos de

ensino, mas que forja e se inicia dentro da estrutura familiar e se estende nas mais diversas práticas sociais, seja na escola, na igreja, nos sindicatos, nas associações de grupos, organizações, etc. em qualquer destes lugares é possível se identificar a construção constante do conhecimento, o que vai ocorrer conforme a experiência de cada indivíduo. Assim, a educação não se dá ou é somente um acúmulo e transmissão do conhecimento, mas é também resultado das relações cotidianas. Portanto, não é e nem deve ser exclusividade de um único grupo, de uma única nação ou de um único governo. Ela pertence a todos. Quanto aos educadores, eles são parte do todo, ou, parte do povo, portanto está intrínseca a identificação com este, com suas lutas, com suas necessidades, então podem ser definidos como detentores do poder político de transformação das realidades.

É necessário não se desistir do sonho de conquista de uma educação universal, pública, gratuita e igualitária acessível a todos, que vá de encontro ao que se tem hoje, ou seja, políticas pedagógicas que contribuem com o modelo ditatorial e excludente, que impede o acesso a uma cidadania plena para todos. Se necessita de uma educação de qualidade, emancipatória, construtora de sujeitos que podem e devem escolher um futuro melhor para si e para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que na atual realidade, o Ensino aprendizagem é priorizado em relação à formação social do indivíduo. No entanto, educar hoje não é priorizar a formação do indivíduo para os valores morais e sociais da comunidade, mas sim para o conhecimento técnico-científico, o que corresponde aos interesses da sociedade. Porém, além da obrigatoriedade, há também o aumento dos conteúdos escolares e das exigências para que sejam absorvidos os conhecimentos, e nessas condições, atender ao mercado de trabalho, que não busca indivíduo crítico, mas atuante.

Conclui-se então que o interesse do aluno em participar ativamente do universo escolar está diretamente relacionado com a certeza de que a escola lhe servirá para melhorar a sua posição social através da sua inserção no mercado de trabalho, como também contribuirá para a sua autonomia, no momento de decidir a escolha do espaço que ocupará dentro desse mercado.

No entanto, diante da realidade educacional brasileira, a educação de qualidade ainda é prioridade de poucos, o que vem fazendo com que muitos adolescentes se afastem das salas de aula diante da desesperança de, através dela, conseguir o seu espaço no tão concorrido, e cada vez mais seletivo, mercado de trabalho.

Nessas condições, questiona-se o por quê e para que as crianças e adolescentes, pertencentes aos grupos sociais menos favorecidos, continuam a ter que freqüentar a escola. A primeira resposta encontrada é para aprender, para adquirir conhecimentos necessários para a vida, ou ainda, porque precisam fazer alguma coisa enquanto os seus pais trabalham. Então, percebe-se que cuidar das crianças e dos adolescentes enquanto os seus pais trabalham passou a ser uma nova função da escola.

Diante da análise aqui desenvolvida, evidenciou-se que além de não estar correspondendo à expectativa de ser um meio preparador e condutor para o mercado de trabalho, a escola como instituição, parece também estar perdendo terreno diante do seu papel

enquanto proporcionadora da socialização, enriquecedora da comunicação, promotora, cooperadora e possibilitadora da aprendizagem.

Outro aspecto detectado é que, além do distanciamento da escola, diante do contexto atual, crianças e adolescentes também se encontram cada vez mais afastados de seus núcleos familiares, principalmente os adolescentes inseridos nas escolas observadas. A maioria deles não desfruta de uma vida social junto a seus familiares, o que proporciona uma determinada perda de valores.

Entre as inúmeras suposições sobre as causas da violência, presente entre jovens e adolescentes, estão inseridos os problemas básicos vivenciados dentro do contexto familiar. É através da relação com a violência, ainda nos primeiros anos de vida e dentro do seio familiar, que seria o principal local de amparo, o que de acordo com Paiva e Sento-Sé (2007), afeta principalmente sentimentos relacionados à auto-estima, "*quanto piores os maus tratos, mais crescem as posturas violentas e reduzem as disposições sociais e a auto-estima"* (p. 182).

Assim, conclui-se que as novas formas de socialização entre adolescentes e os seus respectivos envolvimentos em atos de violência e infracionais, estão muito mais vinculados a uma expressão de manifestação de descontentamento diante do contexto social vigente, do que a qualquer outro motivo.

Para Paiva e Sento-Sé (2007), essa revolta juvenil expressada coletivamente através da violência, reflete o não reconhecimento a direitos iguais a todos os setores da sociedade. Trata-se de jovens confrontando com um mercado de trabalho cada vez mais restrito, com um sistema de educação que não dá a seguridade de inserção no mercado de trabalho, com um crescente apelo ao consumo de bens que refletem *status*, com o crescimento desordenado das cidades, com a dificuldade de acessos a serviços básicos como a saúde, como a falta de lazer, etc.

É importante destacar que essas ações não envolvem unicamente crianças e adolescentes das camadas menos favorecidas da sociedade globalizada. Elas também alcançam outras camadas sociais. O diferencial está em que "quanto mais elevada a classe no qual o infrator está inserido mais escondido fica o delito".

São inúmeras as pesquisas que convergem para a idéia de que prevenir é melhor que punir. É mais eficaz para todo mundo: vítimas, adolescentes, profissionais, enfim, cidadãos de uma forma geral. Entre as possíveis soluções para prevenção dessa questão está a criação de oportunidades e de integração social para esses adolescentes e os demais de sua família.

Paiva e Sento-Sé (2007) abordam o que eles denominam de prevenção desenvolvimentista, ou seja, começar o trabalho de prevenção com a criança ainda dentro da

barriga da mãe. Trata-se de colocar à disposição da sociedade mecanismos de assistência e apoio às mulheres grávidas voltados para a orientações como as de criar e educar os seus filhos, desenvolvendo centros de proteção materno-infantil. Esse modelo é aplicado no Canadá, onde o índice de delinqüência infanto-juvenil é relativamente baixo comparado a outros grandes centros urbanos da Europa e das Américas. No entanto, é de extrema importância se estabelecer uma reflexão sobre o que as crianças, os adolescentes e os jovens presenciam e vivenciam nos dias atuais diante das sociedades que se auto-denominam por "modernas".

No caso do Brasil, um dos primeiros aspectos que merece ser questionado é a representatividade e a autoridade do Estado brasileiro diante de toda a sociedade. Evidencia-se que essa representatividade e essa autoridade encontram-se extremamente comprometidas em todos os seus aspectos, principalmente através de escândalos potencializados cotidianamente pela mídia de forma avassaladora, e que envolvem representantes políticos brasileiros em todas as espécies de ações ilícitas. São os famosos "crimes de colarinho branco" que apesar de imensuráveis, jamais são punidos. Então lança-se aqui o questionamento: Como esses escândalos refletem na formação das nossas crianças e adolescentes?

Além do abalo moral em relação à representatividade, consolidada através do mau exemplo, o poder público brasileiro não é mais sinônimo de autoridade, o que se reflete através da ineficácia, inoperância, deficiência e ausência das instituições públicas, principalmente em relação à prestação de serviços essenciais para uma qualidade de vida digna, como os serviços de educação e saúde. Assiste-se cotidianamente a um esvaziamento progressivo da autoridade pública e de seus fundamentos de legitimidade.

Como pensar no comportamento violento e infracional de crianças, jovens e adolescentes sem questionar o seu contexto? Como, por exemplo, a própria convivência e sociabilidade do cidadão brasileiro, que na atualidade está caracterizado pelo signo da incivilidade, está impregnado de hábitos e costumes que são afrontas ao bem comum, ao uso da força direta ou subjetiva.

O convívio na cidade há muito deixou de lado a cordialidade, as regras elementares de respeito mútuo. Ao contrario disso se assiste a disputas pelos motivos mais banais, a falta de respeito ao espaço do outro, o que se estende desde o camelô, as barracas e aos restaurantes que ocupam as calçadas, até os pedestres que necessitam disputar os espaços com carros e motos estacionados nas mesmas.

Os costumes e hábitos do povo brasileiro estão impregnados de pequenas transgressões que passaram a ser vizualizados como normal ou como sinônimo de superioridade, como o desrespeito no trânsito, a imposição da vontade de um sobre o desejo do outro, o carro que passa com o volume do som muito acima do permitido, obrigando todos em volta a ouvir as mesmas músicas e na mesma altura que o protagonista do desconforto auditivo. O famoso “jeitinho brasileiro”, que significa, na maioria das vezes, burlar a lei, as regras, o outro. Como querer que crianças e adolescentes tenham comportamento exemplar quando todo o restante da sociedade age exatamente ao contrário disso?

REFERÊNCIAS

AMORETTI, R. *Bases para a leitura da violência. Psicanálise e violência*. Petrópoles: Vozes, 1992.

AMORIN, M. *O Pesquisador e seu outro:* Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo, Musa, 2001. Caderno de Pesquisa, n. 116, p. 07-19, julho/2002.

ARANHA, Maria Lúcia de. *Filosofia da Educação*. Ed. Moderna: São Paulo, 2006.

ARANTES, Esther Mª de Magalhães, TONIN, Marta Marília. In: *Direitos Humanos, um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Inspeção Nacional às unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Relatório das visitas realizadas simultaneamente em 22 Estados brasileiros e no Distrito Federal*, 2006.

ARAÚJO, Carla. *A violência Desce Para a Escola; Suas Manifestações no Ambiente Escolar e a construção da Identidade dos Jovens*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ATIVIDADES DA SEMED, 1997-2004. *Programa de Gestão Educacional*. Manaus/AM, 2004.

BELÉM, Nilson. *Juventude Transviada.* Amazonas em Tempo, Manaus, 03/05/2009. Dia a dia, C5.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma teoria do Ensino do Sistema de Ensino*. 2ª ed. Tradução Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1982.

BAZÍLIO. Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de Segurança Nacional.* Belo Horizonte: Editora Vega-Novo Espaço, 1985. 88p.

BRAGA, Genesino. *Chão e graça de Manaus.* Manaus, Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1975. 263 p. Coleção Pindorama, v. 4, Temas de História do Amazonas. Manaus – História. I, Título II

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Brasília-DF, 2008

CANCLINE, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: EDUF, 1995.

CAMACHO, Maria Luiza Y. *Violência e indisciplina no cotidiano escolar de jovens de classes médias*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000 (Tese de doutoramento).

CAMPOS, D. M. de Souza. *A Psicologia da Adolescência: Normalidade e Psicopatologia*. 18ª ed. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.
CARLOS, A.F.A. *Espaço - tempo na metrópole.* Editora Contexto, São Paulo, 2001 368 p.

CARRION, Raul K.M., VIZENTINI, Paulo G. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*. Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 1997.

CHAUI, Marilena de Souza. *O Que é Ideologia.* Editora Brasiliense. São Paulo. 1980. 125p.

CLIFFORD, Geertz. *A Interpretação das Culturas.* LCT Editora. RJ. 1973

_____. *Nova Luz Sobre a Antropologia.* Tradução, Vera Ribeiro; Revisão Técnica, Maria Cláudia Pereira Coelho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editora, 2001.

COLE, Michael. *O Desenvolvimento Criança e do Adolescente* / Michael Cole e Sheila R. Cole; trad. Magda França Lopes, - 4ª ed. - Porto Alegre: Artmed, 2003.

_____. *Culture in development.* Em: M.H. Bornstein & M.E. Lamb (Eds), **Developmental psychology**: Na advanced textbook (3ª ed) (pp. 731-788). Hllsdale, N.J.: Lawrence Earlbaum Associates). Tradução: Adriana Flores.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. *Desenvolvimento Psicológico e Educação. Psicologia Evolutiva*. Vol 1. Tradução: Marcos A. G. Domingues. Artes Médicas – Porto Alegre, 1995.

COSTA, Jurandir Freire. *A Trama da Violência na Escola*. Rio de Janeiro. IESA/FVG, 1993 (Dissertação de Mestrado).

CRESPI, Franco. *Introdução à Sociologia do Conhecimento/* Franco Crespi, Fabrício Fornari; Tradução Antônio Angonose. Bauru, SP: EDUSC, 2000. 232 P. (Coleção Ciências Sociais) Editora da Universidade do Sagrado Coração. EDUSC

CRUZ NETO, Otávio. *O Trabalho de Campo Como Descoberta e Criação.* Capítulo III, In MINAYO, Maria Cecília de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* Rio de Janeiro – São Paulo: ABRASCO-HUCITEC, 1992.

DENZIN, Norman K & LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432p.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *O Mito Moderno da Natureza Intocada.* 5ª ed. São Paulo NAPAUB/CEC 2004.

ENGUITA, Mariano Fernandes. *Trabalho, Escola e Ideologia. Marx e a Crítica da Educação.* Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. 351 p.

FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988.* 3ª ed. São Paulo: Autores Assossiados, 2005. (Coleção memória da educação).

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. História Geral do Amazonas/História. 2ª edição. s/editora. Manaus – AM. 2002.

FREITAS, M.T. de Assunção. *A Abordagem Sócio-Histórica Como Orientadora da Pesquisa Qualitativa.* Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF -, Minas Gerais, agosto de 2001. Caderno de Pesquisa, n. 116, p. 21-39, julho/2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a construção democrática no Brasil: da Ditadura Civil Militar à Ditadura do Capital.* Petrópolis: Vozes, 2003.

GAMBOA, Sílvio Sanchez. *Tendências da Pesquisa em Educação: um enfoque epistemológico e a construção do objeto na pesquisa educacional. Pesquisa em Educação: métodos e epistemologia.* Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, Bernadete, A. *Algumas Considerações Sobre Procedimentos Metodológicos Na Pesquisa Educacional.* ECCOS Rev. Cient. UNINOVE. São Paulo (1): 63-79, dez., 1999.

GENTILLI, Pablo. *A Educação e as Razões da Esperança Numa Era de Desencanto*. Bragança Paulista. EDUSF, 2003.

GONZALES, Rey e Fernando Luis. *Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios/* Fernando Gonzáles Rey. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva; Revisão Técnica: Fernando Luis. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. *Escolas, Galeras e narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 248 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 1992.

HESPANHOL, André. *O Adolescente, A Prática do Ato Infracional e a Retribuição do Estado*. Cap. 11. In: "*15 Olhares sobre os 15 anos do ECA"*. Revista Anced n° 2. Edição comemorativa do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. ANCED: São Paulo, julho de 2005.

HORTA, José Silvério Baía. *Planejamento Educacional* in: MENDES, Durmeval Trigueiro (org.) *Filosofia da educação brasileira.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1983, p. 195-239.

ISTVÁN, Mezáros. *O Poder da Ideologia.* São Paulo. Ensaio, 1996.

KUMAR, Krishan. *Da Sociedade Pós-Industrial À Pós-Moderna: Novas Teorias Sobre O Mundo Contemporâneo.* Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas.* Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: ARTMED; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LITAIFF, Paula. *Marginalidade Juvenil*. Diário do Amazonas, Manaus, 26/01/2007. Cidades, p. 6.

LUCAS, P. *Pequeno relato sobre a cultura da violência no sistema escolar público em Nova Iorque. Contemporaneidade e Educação,* Rio de Janeiro, v.2, n.2, set. 1997.

LUNA, Sérgio V. de. *O Falso Conflito Entre Tendências Metodológicas.* In: FAZENDA, Ivani (org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional.* 2ª ed. Aumentada. São Paulo: Cortez, 1991.

MACHADO, Adriana Marcondes...[et al.]. *Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola* – São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2005 – (Psicologia e Direitos Humanos).

MAYRINK, José Maria. *CNBB é contra maioridade.* A Crítica, 26/04/2009. A 11.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. *Representações Sociais de lei, Crime e Injustiça em Adolescentes*. Campinas, SP: Mercado de Letras: São Paulo: Fapesp, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* Rio de Janeiro – São Paulo, ABRASCO-HUCITEC, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otávio Cruz, GOMES, Romeu. *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.* 3ª ed. Petrópoles, R.J: Vozes, 1994.

MORIN, Edgard. *Cultura de Massas no Século XX: O Espírito do Tempo*. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

_____. *Cultura de Massas no Século XX: Necrose*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

_____. *O Método/* tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1998. 288p.

MOROZ, Melania & Gianfaldoni, Mônica Helena T. Alves. *O processo de pesquisa: iniciação.* Brasília: Plano Editora, 2002. 109p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Educação e política no limiar do século XXI.* Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 147-182.

OZELLA, Sérgio. (org.). *Adolescências Construídas: A Visão da Psicologia Sócio-histórica* – São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Vanilda & SENTO-SÉ, João Trajano. *Juventude em conflito com a lei.* Rio de Janeiro: Geramond, 2007. 280p

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades.* Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

PUCCI, Bruno (org.). *Teoria Crítica e Educação. A questão da formação cultural na Escola de Frankfurt.* São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 1995.

RICHARDSON, Roberto. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROGOFF, Barbara. *A natureza cultural do desenvolvimento humano.* Porto Alegre: ARTEMED, 2005. 358p.

SACRISTAN, J. Gimeno. *Escolarização e Cultura: a dupla determinação.* In: Silva, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. (org.). *Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais.* Porto Alegre/ RS: Sulina, 1997.

SANTOS, Raimundo Antonio. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento.* – 6 ed. revisada – Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 168p.

SEMED, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Desafios e conquistas: uma história da Educação.* S/editora, Manaus/AM. s/data.

SEMPRINE, Andréa. *Multiculturalismo;* Tradução Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999, 178 p.

SAVIANI, Dermeval. *Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nº. 5540/68 e 5692/71*. in: *Educação do senso comum à consciência filosófica.* São Paulo, Cortez Ed. & Autores Associados, 1980, p. 133-155.

SILVA, Hélio R. S. e Milito, Cláudia. *Vozes do Meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. (Coleção estudos culturais em educação).

SERRA, Mônica Allende (org). *Diversidade Cultural e Desenvolvimento Urbano.* São Paulo: Iluminuras, 2003, 264p.

SILVA, Marcus Vinícios de Oliveira. (org). *Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e Exclusão* – São Paulo: Casa do Psicólogo: Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004 – (Psicologia e Direitos Humanos).

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Alienígenas na Sala de Aula. Vozes, 1995 (Coleção Estudos Culturais em Educação) 3ª edição, 2001.

SILVEIRA, Cristiane; GUIMARÃES, Márcia. Juventude Mutilada. Acrítica, Manaus, 11 dez. 2005. Cidades, Caderno 1, pg.1.

SOARES, Francisca de Assis; AMSELEM, Samuel; FAIOLA, Eduardo Baptista. Cap. 12. In: *"15 Olhares sobre os 15 anos do ECA".* Revista Anced n° 2. Edição comemorativa do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. ANCED: São Paulo, julho de 2005.

SPRINTHALL, N. A; COLLINS, W. Andrews. *Psicologia do Adolescente, Uma Abordagem Desenvolvimentista*. Tradução: Cristina M. C. Vieira. 3ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 2003.

TAVARES Filho, Thomé Eliziário. *Padrões de Valores e Expectativas de Futuro dos menores Marginalizados em Manaus*. Manaus: EDUA, 2001.421p.

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: cortez, 2006.

VIANNA, Heraldo Marelin. *Pesquisa em Educação: a observação.* Brasília: Plano Editora, 2003. Série Pesquisa em Educação, V. 5.

ANEXOS